UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES

**Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e
Participação Política**

ADILANA GOULART SILVA OVANDO

**DIMENSÃO SOCIAL DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO PROCESSO DE
URBANIZAÇÃO NOS BAIRROS COTA DA SERRA DO MAR EM CUBATÃO**

SÃO PAULO

2014

ADILANA GOULART SILVA OVANDO

**Dimensão social da participação comunitária no processo de urbanização nos bairros
cota da Serra do Mar em Cubatão**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências do Programa de Mudança Social e Participação Política.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 22 de agosto de 2014. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Orientador:

Prof. Dr. Diamantino Alves Correia Pereira

SÃO PAULO

2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO
Universidade de São Paulo
Escola de Artes, Ciências e Humanidades da
Biblioteca

Ovando, Adilana Goulart Silva

Dimensão social da participação comunitária no processo de urbanização nos bairros cota da Serra da do Mar em Cubatão / Adilana Goulart Silva Ovando ; orientador, Diamantino Alves Correia Pereira. – São Paulo, 2014

180 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo
Versão corrigida

1. Urbanização – Cubatão (SP). 2. Habitação – Cubatão (SP). 3. Habitação – Serra do mar (SP). 4. Mudanças sociais – Cubatão (SP). 5. Participação comunitária – Cubatão (SP). I. Pereira, Diamantino Alves Correia, orient. II. Título.

CDD 22.ed. – 307.1098161

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome : OVANDO, Adilana Goulart Silva

Título : Dimensão social da participação comunitária no processo de urbanização nos bairros cota da Serra do Mar em Cubatão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientador:

Prof. Dr. Diamantino Alves Correia Pereira

Aprovado em 22/08/2014

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Diamantino Alves Correia Pereira (Orientador)

Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH/USP)

Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (ProMuSPP)

Prof. Dr. Antônio Carlos Sarti

Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH/USP)

Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (ProMuSPP)

Prof. Dr. Gustavo de Oliveira Coelho de Souza

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC)

**“Eu gosto de catar o mínimo e o escondido.
Onde ninguém mete o nariz, aí entra o meu,
com a curiosidade estreita e aguda que
descobre o encoberto”**

Machado de Assis

À minha família do A, os meus guerreiros pais
Adil e Ana, meu companheiro e amigo Altivo,
meus lindos filhos Ana Catharina e Alejandro
e às minhas ternas irmãs Abimara e Ana
Maris, que este naipe de ases sempre possa se
enriquecer conhecendo o novo.

AGRADECIMENTOS

Este espaço se reserva a recordar os que estiveram comigo na caminhada para a conclusão da pesquisa. Receio ser injusta ao não acenar para alguém que esteve à beira da estrada a torcer, zelar e me auxiliar durante essa trajetória, mas não posso deixar de mencionar nomes que me foram fundamentais.

Agradeço a Deus, fonte de vida, sabedoria e saúde por permitir existir e gostar de viver.

Agradeço aos meus pais que me ensinaram o que é o amor incondicional e sempre me apoiaram e me ajudaram nas minhas decisões.

Agradeço ao meu esposo Altivo (Vivo) por ser um homem sensível e sensato, ser meu companheiro, amigo, professor e por me permitir amadurecer ao seu lado.

Aos meus filhotes lindos e amores da minha vida! Agradeço a Ana Catharina e ao Alejandro, que nasceu durante o mestrado, por entenderem minhas horas ausentes, às vezes mesmo estando presente, para dedicação à leitura e à escrita desta pesquisa.

Às minhas irmãs Abimara e Ana Maris, ao nosso trio de meninas do A e aos seus desdobramentos Raul, Márcio e Leonardo.

Ao meu querido vô Lenca, inesgotável exemplo de caráter e integridade. Saudades! E a todos os tios e primos que fazem a família ser uma fonte de comilanças sem fim!

Agradeço ao meu orientador Diamantino Alves Correia Pereira que teve a paciência de aturar minhas ansiedades, sempre me tranquilizando de que o caminho escolhido era a melhor rota a trilhar.

Aos educadores Antônio Carlos Sarti e Gustavo de Oliveira Coelho de Souza que participaram da banca examinadora e tiveram a grandeza de partilhar conhecimento, indicar trajetos e fomentar a sede pelo saber, transcendendo suas atribuições.

A todos os professores do ProMuSPP – EACH fundamentais para que diversas “fichas caíssem” durante o processo, pelo acolhimento e pelo descortinar de um mundo novo.

Aos colegas de turma pelas constantes trocas e pela paciência de dividirem a sala de aula com um bebê.

Ao Tiago da Secretaria pela dedicação permanente, à Vanessa pela presteza e colaborações mais do que necessárias e à Fátima da Biblioteca que me proporcionou um auxílio sem igual para o término da dissertação.

Aos profissionais da CDHU, à minhas chefes Viviane, Walkyria e Adelina pelo incentivo, apoio e auxílio, principalmente à Walkyria que foi quem me apresentou esse mestrado e propiciou toda a retaguarda para que eu conseguisse participar da seleção e cursar as primeiras disciplinas. Walky, sem você nada teria existido!

A toda a equipe de trabalho de Cubatão e de São Paulo pelos árduos e deliciosos momentos vividos e a todos das oficinas dos projetos sociais, o que renderia uma página de citações nominais, o meu muito obrigada!

Aos entrevistados e colaboradores Pedro, Joelito, Maria José, Carlos, Ester e Tânia que me permitiram ver as mudanças sociais e refletir sobre a participação da comunidade sob um olhar da experiência vivida, me permitiram sair da aparência e buscar a essência, sair do papel e dos documentos para enxergar o ser humano!

Valeu!

RESUMO

OVANDO, Adilana Goulart Silva. **Dimensão social da participação comunitária no processo de urbanização nos bairros cota da Serra do Mar em Cubatão**. 2014. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, 2014.

Esta pesquisa versa sobre o processo de urbanização da Serra do Mar ocorrido nos bairros cota na cidade de Cubatão, no Estado de São Paulo, e se propõe analisar as mudanças sociais e a participação da comunidade no processo de intervenção governamental na área. O objeto da pesquisa é a implantação de um programa estadual de intervenção habitacional por meio de remoção de famílias que ocupavam trechos do Parque Estadual da Serra do Mar, áreas de risco de escorregamento e, ainda, por meio de urbanização de áreas que podem ser consolidadas e regularizadas.

A urbanização foi proposta sob o amparo da participação comunitária e com a implantação de projetos sociais e analisar as mudanças sociais e a efetiva participação decorrentes desse processo é o objeto deste estudo.

Palavras chave: Habitação. Urbanização. Dimensão Social. Participação Comunitária. Serra do Mar. Cubatão. Bairros Cota.

ABSTRACT

OVANDO, Adilana Goulart Silva. **Social dimension of community participation in the process of urbanization in the “bairros cota” settlements of the "Serra do Mar" in Cubatão.** 2014. 180 f. Thesis (Master's degree in Science) - Post Graduate Program in Social Change and Political Participation, School of Arts , Sciences and Humanities, University of São Paulo, 2014.

This research is about deals with the social the process of urbanization of "Serra do Mar" in the "bairros cota" areas located in the city of Cubatão, state of São Paulo, and it aims to analyze social change and community participation in the process of urbanization of the area . The object focused is the actual implementation of a State Program of housing interventions through removal of families that were occupying portions of the "Serra do Mar" State Park as well as areas at risk of slipping; and also the urbanization of settlement areas that could be consolidated and legalized.

Urbanization was proposed under the auspices of community participation and the implementation of social projects. Analyze social change and the effective participation in this process is the subject of this study .

Keywords: Housing. Urbanization. Social dimension. Community participation. "Serra do Mar". Cubatão. "Bairros cota".

RESUMEN

OVANDO, Adilana Goulart Silva. **Dimensión social de la participación de la comunidad em el proceso de urbanización en el barrios cuotas de la Serra do Mar en Cubatao.** 2014. 180 f. Tesis (Maestría en Ciencias) - Programa de Posgrado en Cambio Social y Participación Política , Facultad de Artes, Ciencias y Humanidades de la Universidad de São Paulo, 2014 .

Esta investigación se ocupa del proceso de urbanización de la Serra do Mar ocurrida en los barrios cuota de la ciudad de Cubatao, en São Paulo, y tiene como objetivo analizar el cambio social y la participación comunitaria en el proceso de urbanización de la zona . El objeto de la investigación es la aplicación efectiva de un programa estatal de intervención de las viviendas a través del cambio de las familias que ocupan porciones del Parque Estatal de la Serra do Mar , zonas con riesgo de resbalones y deslizamientos , y también a través de la urbanización de las zonas que pueden ser consolidadas y regularizadas.

La urbanización fue propuesto bajo los auspicios de la participación comunitaria y la ejecución de proyectos sociales y analizar el cambio social y la participación efectiva de este proceso es el objeto de este estudio.

Palabras clave: Vivienda. Urbanización. Dimensión social. Participación de la Comunidad.

Serra do Mar. Cubatão. Barrios cuota.

LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Proteção Permanente
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
DER	Departamento de Estradas e Rodagens
EAT	Escritório de Apoio Técnico
FEPASA	Ferrovia Paulista Sociedade Anônima
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPT	Instituto de Pesquisas Tecnológicas
NESDEL	Núcleo de Economia Solidária e Desenvolvimento Local
NOU	Núcleo Operacional de Urbanização
ONU	Organização das Nações Unidas
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PESM	Programa Estadual da Serra do Mar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRRU	Plano de Reassentamento e Recuperação Urbana
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
SARU	Superintendência de Ações de Recuperação Urbana
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SPO	Superintendência de Projetos e Obras
SUTACO	Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades
TS	Trabalho Social
UGP	Unidade de Gerenciamento do Programa
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 -	O DIREITO À MORADIA E OS DESAFIOS URBANOS.....	20
1.1	O ALICERCE BRASILEIRO PARA A MORADIA – DIREITOS, LACUNAS E O DESAFIO DAS CIDADES.....	22
1.2	A HABITAÇÃO INSERIDA NO MEIO URBANO - A VIDA EM COMUNIDADES.....	28
1.3	CUBATÃO: A CIDADE PAULISTA QUE DESAFIA E É CONSTANTEMENTE DESAFIADA.....	31
CAPÍTULO 2 -	A POLÍTICA HABITACIONAL COMO VETOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS E A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA.....	41
2.1	O EXERCÍCIO DA CIDADANIA.....	41
2.2	A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	45
CAPÍTULO 3 -	A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO PROGRAMA SERRA DO MAR EM CUBATÃO.....	52
3.1	O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA SERRA DO MAR E MOSAICOS DA MATA ATLÂNTICA: ESTRUTURA E ATORES.....	56
3.1.1	Áreas de erradicação e reassentamento.....	65
3.1.1.1	<i>Cotas 400/500.....</i>	<i>72</i>
3.1.1.2	<i>Cota 95/100.....</i>	<i>73</i>
3.1.1.3	<i>Água Fria.....</i>	<i>74</i>
3.1.1.4	<i>Sítio dos Queiroz.....</i>	<i>75</i>
3.1.2	Áreas de permanência e urbanização.....	75
3.1.2.1	<i>Cota 200.....</i>	<i>76</i>
3.1.2.2	<i>Pinheiro do Miranda.....</i>	<i>78</i>
3.2	A DINÂMICA DO TRABALHO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS ENVOLVIDAS.....	80
3.2.1	Apresentação do programa e eleição dos agentes comunitários.....	92

3.2.2	O curso de formação dos agentes comunitários e a preparação para os núcleos formativos.....	97
3.2.3	Reassentamento e urbanização - um comparativo entre as diferentes formas de participação.....	107
CAPÍTULO 4 -	A URBANIZAÇÃO NO PROGRAMA SERRA DO MAR EM CUBATÃO E SEUS REFLEXOS SOCIAIS.....	111
4.1	O PAPEL E ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE DA ÁREA DE URBANIZAÇÃO.....	112
4.1.1	A atuação dos agentes comunitários e dos núcleos formativos...	113
4.1.1.1	<i>Núcleo operacional de urbanização – elaboração e acompanhamento do projeto arquitetônico.....</i>	<i>115</i>
4.1.1.2	<i>Núcleo Comcom – comunicação comunitária em forma de jornal impresso, rádio e TV.....</i>	<i>117</i>
4.1.1.3	<i>Núcleo Arte nas Cotas – aplicação de mosaicos e estêncil nos espaços coletivos e fachadas das moradias.....</i>	<i>119</i>
4.1.1.4	<i>NESDEL – Núcleo de Economia Solidária e Desenvolvimento Local como forma de geração de renda sustentável.....</i>	<i>124</i>
4.1.1.5	<i>Viveiro escola – projeto cota viva.....</i>	<i>125</i>
4.2	PESQUISA DE CAMPO – A URBANIZAÇÃO VISTA PELO OLHAR DE AGENTES COMUNITÁRIOS E PARTICIPANTES DOS NÚCLEOS FORMATIVOS.....	127
4.2.1	Percurso metodológico.....	128
4.2.2	Desenvolvimento e análise	131
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
	REFERÊNCIAS.....	159
	ANEXOS.....	166

INTRODUÇÃO

O que está em jogo não é a transmissão daquilo que se inventa, mas antes a transmissão do poder de inventar (NASIO¹, 1980 apud ALVES, 1981, p. 117).

Decidir pelo retorno aos bancos da academia após pouco mais de uma década exercendo a profissão ou as profissões escolhidas não é tarefa das mais fáceis.

É realmente necessário ter a curiosidade estreita para meter o nariz e realizar novas descobertas, como já disse Machado de Assis na frase utilizada como abertura da concretização desta desvairada decisão.

A ideia inicial do projeto de pesquisa surgiu do desejo de aliar a prática à teoria, parafraseando Freud *a angústia é a mola propulsora do desenvolvimento* e, depois de anos atuando na área social, com comunidades, e ainda, principalmente sob o enfoque da política habitacional, a reflexão contínua se pautava na certeza de que a atuação social não pode ser baseada no senso comum, na prática repetitiva e rotineira de ações sem fundamentação e metodologia.

Era cada vez mais latente a necessidade de refletir sobre o que se pratica, praticar cientificamente ou refletir sobre a prática.

Inúmeras indagações profissionais surgiam todos os dias: o que é ser cidadão? Como tratá-los como sujeitos de direito? Como aplicar o direito à moradia? Quais os melhores termos, o que melhor reflete a realidade sem ofender ou denegrir alguém? Favelas? Comunidades? Ocupantes? Invasores? Como tratar as abordagens com os moradores? Como trabalhar a democracia? E a participação? Até que ponto é possível opinar? Participar? Os atendimentos devem ser feitos individualmente ou em reuniões? Quais são os melhores métodos? E se não tivermos adesão das pessoas? E se os moradores se rebelarem? Como entender esses comportamentos? Com o quê estamos lidando numa política habitacional? Estas e outras tantas indagações me motivaram a sair da observação para a reflexão e sistematização da experiência e da vivência.

Por todo o decorrer do mestrado, período referente ao cumprimento das disciplinas obrigatórias e optativas e, por influência destas, o projeto de pesquisa inicialmente apresentado foi diversas vezes mentalmente submetido a novas análises e revisões.

¹ NASIO, Juan David. *L' Inconscient à venir*. Paris, Christian Bourgeois, 1980.

A reformulação é uma constante até o momento do ponto final, mas não acaba neste, segue além, carecendo sempre de reflexões na busca do melhor caminho a seguir.

Oliva (2010) afirma que “com as esparsas e fragmentárias informações que nos chegam do mundo exterior, usamos a imaginação criadora para fazer arte, filosofia e ciência.” Segundo o autor “(...) Trata-se de um modelo de conhecimento por camadas. O processo se desenrola do empírico para o interpretativo, dos fatos para as teorias, do plano descritivo para o explicativo” (OLIVA, 2010, p. 39 e 41).

Refletir sobre a relação teoria-prática deve ser exercício constante em todas as profissões e, em especial, daquelas que lidam com as questões humanas, neste caso, com a formação em Serviço Social e em Direito. Assim, o caminho percorrido por essas formações culmina em acreditar que a universidade tem o fundamental papel de se manter viva, refletir e dialogar com o cotidiano, como diz Martinelli “a universidade em que acreditamos, e pela qual lutamos cotidianamente, é a universidade viva, a universidade cidadã, que pulsa com a comunidade que a abriga e onde *não se aprende na fantasia, sonhando, imaginando, senão vendo, tratando e pelejando*” (MARTINELLI, 1999, p. 10).

Na presente pesquisa o objeto concreto não é algo hipotético, mas surgiu da possibilidade de analisar um processo real de mudanças físicas e sociais que vem ocorrendo nos bairros cota no município de Cubatão, em São Paulo e, com isso, refletir sobre as formas de participação comunitária nos projetos habitacionais que vem ocorrendo no país.

A pretensão se denota na análise sobre as mudanças sociais ocorridas e a participação da comunidade num programa estatal intitulado como Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Mosaicos da Mata Atlântica, seus aspectos ativos e passivos de participação e omissão tanto do Estado, quanto da população no município de Cubatão no estado de São Paulo.

Como será possível perceber ao longo da pesquisa a origem do problema está na necessária recuperação socioambiental de trechos da Serra do Mar que tem sua raiz em décadas de agressão aos espaços e patrimônios naturais. A ocupação desordenada, a construção de moradias precárias em solo impróprio, o desmatamento e a ação humana no lançamento de dejetos diretamente no meio ambiente, pôs em risco a vida dos seres humanos e degradou o ambiente atingindo ferozmente a flora e a fauna do local.

Inúmeras são as possibilidades de mudanças sociais que podem vir a ocorrer a partir de uma dita recuperação socioambiental, mas as mudanças sociais só estarão presentes se a elas se somar a participação política. Martinelli alia brilhantemente a questão política com a

relação teoria-prática explicitada anteriormente quando diz que “não há prática social que não tenha substância política” (MARTINELLI, 2010, p.12).

Martinelli trata sobre a importância da capacitação que os profissionais que atuam na área social devem ter ao lidar com o componente político das questões para que a ação seja realmente efetiva. Segundo a autora, estamos presos à concepção de que a prática é ação e por esse motivo nos debruçamos e investimos anos com o objetivo de melhorar nossa capacidade operacional e dedicamos pouco, muito pouco, na reflexão profunda sobre a prática que desenvolvemos e menos ainda na sistematização do conhecimento a partir dela.

É muito importante que se coloque com muita clareza que discutir a prática social, que falar em construção de práticas coletivas, passa, fundamentalmente, pela questão da pesquisa. (...) A essa capacidade operacional é indispensável que se somem também a consistência argumentativa, a fundamentação teórica, a construção do saber (MARTINELLI, 1999, p. 12).

O presente texto se apresenta para analisar os aspectos envolvidos nas mudanças que estão em curso e para o desafio em identificar e entender as formas de promoção participativa da dignidade do ser humano e de proteção ao patrimônio natural que ainda resta, avaliando as possibilidades de mudança desse cenário.

Os desafios da desigualdade social e da consequente ocupação das áreas de risco só encontram resposta na participação da população, na reflexão sobre o ser e o ambiente que ele integra, na interação homem natureza com o foco do respeito e preservação, na qualificação do ser humano e de seus saberes em busca do bem comum e até na possibilidade de transformar o ambiente em propulsor de desenvolvimento econômico e de geração de renda.

Por se tratar o Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar de um programa do Governo do Estado de São Paulo de ampla magnitude – haja vista que a cidade de Cubatão é apenas um dos 14 municípios envolvidos – e ainda, por ser uma composição entre duas Secretarias, Meio Ambiente e Habitação, o escopo inicial desta pesquisa continha vários objetivos a serem analisados na dissertação.

Com o trilhar das aulas, as constantes trocas, os aprendizados decorrentes das disciplinas, as bibliografias lidas, o auxílio dos mestres e o partilhar com o orientador, foi possível perceber que o objetivo deveria ser melhor delimitado do que o inicialmente demonstrado.

Dessa forma, permaneceu nesse texto final a pretensão de refletir sobre o Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar, demonstrando toda sua amplitude e magnitude.

No entanto, o enfoque principal da dissertação resultou em analisar a participação comunitária ocorrida nesse processo de transformação de mudança social desde 2009 até os dias atuais.

Isso não significa afirmar que muitos dos temas mencionados no projeto de pesquisa inicial não serão abordados. Muito pelo contrário, as reflexões realizadas permitiram perceber que se tratava de temas de crucial importância para o entendimento do contexto, do todo, mas que não poderiam ser trazidos à baila como objetivos específicos a alcançar.

Para se ter uma ideia, no plano inicial faziam parte dos objetivos específicos:

- I. conhecer a memória coletiva de Cubatão: catástrofes e tragédias;
- II. refletir sobre o histórico da ocupação nas áreas que abrangem a Serra do Mar em Cubatão;
- III. estudar sobre a restauração e conservação das funções ambientais das áreas inadequadamente ocupadas da região da Serra do Mar;
- IV. analisar a forma proposta de reassentamento habitacional e a urbanização das áreas a serem consolidadas;
- V. quantificar e qualificar a participação da população nas ações desenvolvidas;
- VI. identificar se há articulação das ações aos processos de gestão urbana visando a sustentabilidade socioambiental;
- VII. acompanhar a recuperação ambiental e as mudanças sociais em curso.

Após as reflexões realizadas o foco escolhido foi o item IV, analisar a forma proposta de reassentamento habitacional e a urbanização das áreas a serem consolidadas e, ainda assim, com o recorte da participação comunitária somente nas áreas em processo de urbanização.

As dificuldades frente à delimitação do objeto partem da premissa de lidar com o ser humano, uma vez que não se trata de uma ciência exata, cujas probabilidades são altamente mensuráveis com técnicas precisas e possibilidades de experimentação, repetição etc. As relações humanas não contam com alto grau de erro e acerto, precisam de observação, tempo de assimilação dos acontecimentos, de maturação.

Tendo em vista o estágio atual do projeto estatal, não seria produtivo buscar analisar o reassentamento habitacional que engloba famílias que acabaram de deixar seus locais de moradia ou que sequer os deixaram ainda. Ante o curto espaço de tempo do reassentamento, as mudanças sociais, se é que existiram, podem ainda não ter tomado corpo e forma na vida das pessoas, ou pode ser tudo tão próximo, tão latente, que não se tem o distanciamento necessário para que os envolvidos analisem seu sucesso ou fracasso, uma vez que ainda estão envolvidos com as questões da alteração física, mudança de casa, de abrigo da família e das demais questões daí decorrentes.

Posto isso, a opção escolhida foi a de realizar uma pesquisa com pessoas da área de urbanização e tratar os temas abordados anteriormente e apresentados como objetivos específicos como eixos que servirão para contextualizar o tema central em seu tempo e espaço.

Para a pesquisa realizada vale salientar que as disciplinas cursadas possibilitaram conhecer e refletir sobre a importância da teoria para a produção científica, conhecer alguns dos diversos métodos e técnicas existentes e correlacionar com a pesquisa que aqui se apresenta.

Ante as possibilidades que se descortinaram foi possível perceber que a ideia inicialmente formulada careceria de reformulação e maior consistência num processo dialético de constante construção e amadurecimento.

Como fundamentação teórica a constante busca versa sobre autores que lidam com a ciência e a teoria de forma dialogada, com responsabilidade, consciência e participação.

Há inúmeros pensadores que poderiam ser citados, mas a título de exemplificação os principais expoentes que nortearam a pesquisa foram Rubem Alves, Boaventura de Sousa Santos, Edgar Morin, Ignacio Martín-Baró, Maritza Montero, Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira, Milton Santos, Nabil Bonduki, Raquel Rolnik, Ermínia Maricato, Lúcio Kowarick, Enrique Laraña, Alberto Oliva, Jaime Pinsky, Agnes Heller, Manuel Castells, Maria Lúcia Martinelli, Ana Maria Doimo e Eder Sader, dentre outros.

Quanto aos métodos e técnicas utilizados, se faz igualmente importante que a escolha teve por base o envolvimento e a participação dos indivíduos.

Sendo assim, o estudo se norteou pelo seguinte procedimento metodológico:

- a) revisão bibliográfica e pesquisa documental sobre a questão da participação em programas habitacionais que visem a urbanização da comunidade;
- b) construção de um referencial teórico sobre a participação comunitária, o exercício da cidadania e os desafios urbanos;
- c) coleta de dados sobre o Programa Serra do Mar em Cubatão através de pesquisa em documentos institucionais, periódicos locais e por meio de pesquisa qualitativa com entrevistas semiestruturadas e observação assistemática;
- d) análise do material coletado.

Construído o arcabouço teórico sobre o tema da política habitacional no Brasil, em especial a respeito da solução por meio da urbanização de comunidades, a participação comunitária foi detalhada com base na realização do Programa Serra do Mar em Cubatão e em diversos documentos que norteiam o estudo.

A análise buscou amparo na decisão judicial que condenou o Governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura de Cubatão e que foi pontapé inicial para a implementação do Programa Serra do Mar nos moldes como vem sendo executado, no Plano de Reassentamento e Recuperação Urbana (PRRU) apresentado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), agente financiador, nas Atas de Reuniões do Núcleo de Urbanização elaboradas pelos técnicos sociais e submetidas ao crivo da população e nas entrevistas com alguns moradores dos bairros cota no sentido de contextualizar a análise do fenômeno de participação da comunidade no Programa Serra do Mar e as possíveis mudanças sociais ocorridas.

Contudo, ainda que a pesquisa esteja direcionada para o acontecimento específico que vem ocorrendo na cidade de Cubatão, não nos exime de analisar a questão das políticas públicas urbanas e mais diretamente a política habitacional e as formas como vem sendo praticadas ao longo das últimas décadas.

A situação pontual está engendrada de nuances que se refletem na maioria das cidades brasileiras como é o caso da ocupação de áreas de risco.

Vale ressaltar que a política habitacional aqui tratada seguirá sempre a premissa de se fortalecer como promotora de desenvolvimento e não simplesmente fornecedora de abrigo.

Para tanto, o trabalho está estruturado em quatro capítulos, contando com conceitos teóricos e situações práticas, conforme a descrição abaixo:

No primeiro capítulo segue uma discussão sobre o direito à moradia no Brasil e os desafios urbanos. Aqui são tratadas as questões do direito e seu amparo constitucional, a questão da terra urbana com seus desafios, invasões, ocupações, assentamentos irregulares, urbanização, a vida em comunidade e os desafios da cidade paulista de Cubatão, cuja parte da população residente das áreas de urbanização dos bairros cota é objeto do estudo.

O capítulo dois aborda a habitação como política pública agregadora, menciona a intersecção da questão habitacional com a gestão da cidade, o exercício da cidadania, analisa as diversas formas de participação da comunidade e propicia um panorama sobre os movimentos sociais.

O terceiro capítulo trata da participação da comunidade no Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Mosaicos da Mata Atlântica em Cubatão, com a apresentação da sua estrutura, dos atores envolvidos, a dinâmica do trabalho social, a eleição dos agentes comunitários, o curso de formação, as reuniões realizadas, as assembleias e os protestos. Realiza também um comparativo entre as diferentes formas de participação da comunidade, principalmente na contraposição que atinge as famílias envolvidas no reassentamento e as famílias da urbanização.

Já no quarto capítulo a análise se dá sobre os reflexos sociais promovidos pelo Programa Serra do Mar a partir da urbanização. Aqui se denota o papel e o envolvimento da comunidade, a atuação dos Agentes Comunitários e dos Núcleos Formativos de urbanização, comunicação comunitária, artes e economia solidária e desenvolvimento local.

Nesse mesmo capítulo realizamos a análise dos dados coletados durante a pesquisa a fim de mensurar as mudanças sociais ocorridas na área de urbanização dos bairros cota da cidade de Cubatão, cuja conclusão se dá em forma de reflexão efetivada nas considerações finais.

CAPÍTULO 1 - O DIREITO À MORADIA E OS DESAFIOS URBANOS

Propiciar condições de vida digna para a população urbana brasileira é um enorme desafio que se faz presente tanto para o Estado como para a Sociedade Civil.

As desigualdades sociais são cada vez mais latentes e fruto da ordem mundial imbricada com a forma de organizar a sociedade sob a imposição do capital. Assim como disse Rosseau, alguns poucos desfrutam de privilégios em detrimento da grande maioria da população. (ROSSEAU, 1995)

Ana Maria Doimo afirma que o caráter e a natureza do Estado são demonstrados pela reprodução do capital, uma vez que o Estado se organiza, se aparelha e destina recursos com o objetivo de propiciar a sua reprodução (DOIMO, 1984).

No entanto, o Estado se mostra sempre carente de recursos financeiros para aplicar nos investimentos que objetivam a melhoria das condições de vida dos mais despossuídos, demonstrando a total carência da população ante as escolhas de prioridades dos investimentos e políticas públicas deficitárias.

Inúmeras são as questões sociais que poderiam ser discutidas a partir deste tema, mas para este texto abordaremos apenas o espaço urbano e, dentro deste universo, a questão da habitação.

Na atualidade, a habitação pode ser considerada um dos principais problemas sociais urbanos do Brasil, ainda mais quando se adota a premissa de que o direito à moradia está estritamente integrado ao direito à cidade.

É importante salientar que os atuais problemas urbanos, em especial aqueles relacionados à questão da moradia, refletem um século ou mais de políticas que não consideraram a população com menor poder aquisitivo, em situação de pobreza ou miséria e que ainda hoje essa população não é totalmente percebida.

Seguindo a diretriz que concebe o problema da moradia integrado à questão do direito à cidade, é possível notar que as reivindicações em relação à habitação lidam com diversas óticas: solução para os graves problemas de infraestrutura (saneamento, asfaltamento etc.), construção de moradias para atender ao número de famílias que não tem onde morar, recuperação e obras de urbanização em áreas degradadas, regularização fundiária etc.

Porém, as necessidades lidam com questões antigas e muito arraigadas. Segundo Godim, “a negação do direito à habitação foi a tônica da expansão das cidades brasileiras” (GODIM, 2012, p. 116).

O autor destaca que o modelo de urbanização segregadora que se deu com a construção de grandes conjuntos habitacionais, desde as décadas de 1960 e 1970 em áreas distantes, ambientalmente vulneráveis ou com pouca acessibilidade aos centros de emprego, comércio e serviços não assegurou o acesso à habitação digna. Cumpre salientar que a decisão de expandir a cidade remetendo a população de baixa renda para áreas cada vez mais periféricas resultou em enormes desafios urbanos e perda da qualidade de vida associada ao tempo de deslocamento, entre outros fatores decorrentes.

Assim, a opção pelo capital como valor maior da sociedade, aliada à má distribuição de renda, resulta na desigualdade social que assola o país e somando-se a dificuldade de financiamentos, a limitação de oferta de terrenos e, ainda, à política urbana limitada e quase sempre esmagada por interesses especulativos, eclode como única alternativa viável de acesso à moradia a ocupação, a invasão e consequente reprodução de assentamentos precários e informais. Afirma Doimo que “na falta extrema de acesso à habitação, os movimentos de invasão surgiram como a resposta possível e viável” (DOIMO, 1984, p. 51).

Para Maricato a invasão de terras urbanas no Brasil é parte intrínseca do processo de urbanização. “Ela é estrutural e institucionalizada pelo mercado imobiliário excludente e pela ausência de políticas sociais” (MARICATO, 2002, p. 152).

Com o intuito de ilustrar o caos urbano instaurado pela lógica do capital, pilar da desigualdade, vale trecho mencionado por Doimo em seu estudo dedicado à Grande Vitória, no Espírito Santo, mas que se estende para a situação brasileira em geral:

Sem fugir fundamentalmente do que tem se verificado nos grandes centros urbanos, a população da Grande Vitória vive o drama de uma urbanização “caótica”, carente e agressiva, porque segue a lógica do lucro, por trás daquelas sugestivas propagandas (...), esconde-se o mundo real e depauperado que a população teve que, cada vez mais, aprender a tolerar. É o mundo do trabalho – escasso, mal remunerado e distante dos locais de moradia –, da habitação, do transporte coletivo, da saúde, da educação, do saneamento básico, do lazer (DOIMO, 1984, p. 46).

A grande maioria dos trabalhadores sofreu com a crescente carência dos locais de moradia e com o aumento dos bairros periféricos como “resultado de uma ocupação discriminadora e segregadora do espaço urbano, ao bel-prazer da especulação imobiliária”, como parte da implementação do capital monopolista (DOIMO, 1984, p. 98).

O crescimento das favelas traz graves consequências que precisam ser enfrentadas como desafios posteriores, tais como o agravamento das questões socioambientais e a explosão da violência urbana (MARICATO, 2002).

A cidade é pensada por poucos e sob a égide de interesses que não representam a população e suas reais necessidades. Como disse Rubem Alves: “os engenheiros e urbanistas dizem como devem ser as nossas cidades, e assim acontece. (...) Afinal de contas, para que serve a nossa cabeça? Ainda podemos pensar? Adianta pensar?” (ALVES, 1981, p. 8).

Essas indagações nos fazem refletir sobre o que podemos pensar, mas também sobre o que já temos como pensado, como posto e que serve como base para a efetivação do direito à moradia. Em que alicerce nossa habitação está construída?

1.1 O ALICERCE BRASILEIRO PARA A MORADIA – DIREITOS, LACUNAS E O DESAFIO DAS CIDADES

A produção e a apropriação do espaço urbano não só reflete as desigualdades e as contradições sociais, como também as reafirma e reproduz (MARICATO, 2002, p. 170).

O direito à moradia no Brasil está consagrado na Constituição Federal, lei máxima que rege o ordenamento jurídico brasileiro.

Muito embora seja um dos inúmeros direitos listados apenas no papel, pois que na prática a realidade é vertiginosamente diferente, consta no artigo 6º do referido diploma legal que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988 – grifo meu).

Este direito foi originalmente inserido na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) como um direito do trabalhador, o que foi alterado pela Emenda Constitucional 26/2000, transferindo-o para o rol dos direitos sociais, equiparando-o à educação, saúde, alimentação e outros. No entanto, desde 1948 a moradia é tratada como um direito humano pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Mas é sabido que a implementação desse direito padece de um grande desafio e tê-lo consagrado no papel ainda está muito longe de vê-lo concretizado para cada brasileiro.

Há, pois uma desigualdade moral ou política caracterizada pelo privilégio de uns em prejuízo dos demais, mas para entender um pouco da dinâmica urbana no Brasil, da crescente demanda por moradia e do forte adensamento populacional se faz necessário buscar alguns aspectos históricos do processo de urbanização brasileiro.

De maneira sucinta podemos dizer que até 1960 a maior parte da população brasileira habitava as áreas rurais. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de urbanização brasileira saltou de 45% em 1960 para 84% em 2010 (IBGE, 2011).

No entanto, as desigualdades sociais decorrentes da grande concentração de renda, a desequilibrada apropriação do espaço, a falta de planejamento urbano e o crescimento acelerado trouxeram algumas consequências para os centros urbanos, tais como: problemas de saneamento básico (como adução, tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto); falta de moradias; congestionamento (em razão do privilégio ao transporte individual); poluição ambiental; escassez de áreas verdes (como praças e parques); indústrias e residências na mesma área (ocasionando problemas ambientais e de saúde); violência e diversos outros transtornos que resultam em má qualidade de vida para uma parcela considerável da sociedade.

Dentre os desafios urbanos, a moradia será aqui tratada com destaque. Como já mencionado, a Constituição Federal, principalmente após a Emenda Constitucional de 2000 elevou a moradia à condição de direito social, corroborado ainda pela criação e promulgação da Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, mais conhecida por Estatuto da Cidade.

Esse importante diploma legal proporcionou nova roupagem à questão da habitação popular, inserindo-a na construção e na permanência da cidade, buscando sua integração, o que há largos anos vem sendo estudado como um grande desafio conforme já afirmava Kowarick, em 1979.

A dinâmica de produção dos espaços urbanos, ao gerar uma melhoria, cria simultânea e constantemente milhares de desalojados e desapropriados que cedem seus locais de moradia para grupos de renda que podem pagar o preço de um progresso que se opera através de uma enorme especulação imobiliária. Tal trama urbana só pode levar à fixação das camadas pobres em zonas desprovidas de serviços públicos, até o dia em que, com o crescimento da Metrópole, também destes locais tenderão a ser expulsos se, porventura, sua iniciativa política ainda continuar bloqueada (KOWARICK, 1979, p. 82).

O raciocínio de Kowarick (1979) sobre a dinâmica de produção dos espaços urbanos que resulta em apartação, sempre encontrou amparo em uma legislação restritiva e segregadora, muito mais voltada para a proteção dos interesses do mercado e das camadas de renda alta.

Essa situação, além de desfavorecer completamente a população de baixa renda, a coloca em constante relação de fragilidade, exploração política e moeda de troca em períodos

eleitorais, uma vez que a população se torna alvo da situação de irregularidade habitacional, ausência de infraestrutura e escassez de serviços.

A legislação é muito importante no processo de produção do espaço urbano e na história brasileira encontramos seu amparo sempre sob a condicionante dos interesses individualistas dos agentes mais poderosos. Para se reduzir o recorte temporal apenas ao último século é possível salientar que prevalece a concepção privatista da propriedade fundiária no ordenamento jurídico brasileiro.

Para Maricato “o espaço urbano não é apenas um mero cenário para as relações sociais, mas uma instância ativa para a dominação econômica ou ideológica” (MARICATO, 2002, p. 168). As regras de dominação são postas e exercer, de fato, as políticas urbanas requer a ampliação da democracia e da cidadania.

A função social da propriedade encontra amparo legal desde a Constituição Federal de 1934, mas nunca se contrapondo à concepção privatista. Pelo contrário, as ações de função social se resumiam a legitimar algumas condutas estatais, tais como a desapropriação mediante aviso prévio e justo pagamento em dinheiro e a edição de normas para a construção e ocupação de edificações com o objetivo de garantir a salubridade e a segurança.

A função social da propriedade somente adquiriu condições para efetivação com a proclamação da Constituição Federal de 1988 quando se propôs relacionar suas diretrizes a outros instrumentos de direito urbanístico.

Para ilustrar tais medidas podemos ressaltar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal que tratam do parcelamento e edificação compulsórios e desapropriação com pagamento em Títulos do Tesouro Nacional e o usucapião especial urbano.

Porém, a utilização desses instrumentos ficou condicionada à edição de uma lei federal que estabeleceria as diretrizes gerais para a política de desenvolvimento urbano, que deveria ser executada pelos municípios.

Aos municípios caberia estabelecer as “exigências fundamentais de ordenação da cidade” e, conseqüentemente, as condições para que a propriedade urbana cumprisse sua função social, sempre sob o abrigo do Plano Diretor, que se tornou obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes.

No entanto, o detalhamento da legislação não resolveu o problema da questão urbana. Ermínia Maricato faz uma avaliação crítica quando analisa a aplicabilidade dos Planos Diretores e menciona que o tratamento da questão urbana no Brasil é fruto de uma combinação burocrática, cartorial e muito pragmática:

De um lado estão os Planos Diretores, cuja eficácia se restringe às áreas do mercado imobiliário privado. Alguns urbanistas já admitem que a detalhada legislação de zoneamento contribuiu decisivamente para a carência habitacional e para a segregação urbana, na medida em que alimentou a relação de monopólio do capital imobiliário sobre localizações valorizadas. A convivência da regulação detalhista com vastas regiões ocupadas ilegalmente por favelas, loteamentos irregulares e cortiços, numa mesma cidade, como acontece em todas as capitais brasileiras, não é fruto do acaso.

Por outro lado, os investimentos públicos obedecem à lógica secular dos interesses privados. Foi assim com o Banco Nacional da Habitação, entre 1964 e 1986. É assim, com a grande maioria dos orçamentos municipais que priorizam, há décadas, o sistema viário destinado à circulação do automóvel.

O direito à moradia e à cidade exigem a superação de duas heranças do Brasil arcaico, que estão sedimentadas nos procedimentos estatais: a concentração dos investimentos públicos seguindo a lógica da valorização imobiliária e a legislação urbanística (propriedade fundiária e imobiliária, parcelamento, zoneamento, código de obras etc), que se pretende moderna, mas que tem o efeito de contribuir com a escassez de moradias e o atraso tecnológico na construção civil.

Após um século de desenvolvimento urbano com exclusão, o problema da moradia social está extravasando por todos os poros (MARICATO in BONDUK, 1996, p. 39).

A análise da autora é de fundamental importância para se entender o contexto do desafio das cidades; a lógica imposta privilegia a escassez de moradias aumentando o ‘extravasar por todos os poros’.

Ainda que pese ter sido o texto de Maricato escrito antes da promulgação do Estatuto da Cidade, não foi por falta de estoque regulatório que as cidades se tornaram uma sucessão de tragédias urbanas com desmoronamentos, enchentes, poluição do ar, da água, trânsito caótico etc. A ação e ambição humana aliada à falta de vontade política promoveram o *apartheid* territorial urbano e esse

(...) descasamento entre leis, planos e gestões é outra das tradições arcaicas do Brasil, que é preciso superar. Os intelectuais pensam a cidade, enquanto mãos mais pragmáticas definem prioridades de ação e investimentos. O que interessa à elite é implementado, o que não interessa não é (MARICATO in BONDUK, 1996, p. 40).

O Estatuto da Cidade é uma lei que foi gestada por mais de uma década e suas inovações situam-se em três grandes áreas: “induzir, mais do que normatizar as formas de uso e ocupação do solo” (SOMEKH, 2008, p. 6), a questão da participação comunitária sob a forma de “uma nova estratégia de gestão é formulada, incorporando a ideia de participação direta do cidadão em processos de construção dos destinos da cidade” (SOMEKH, 2008, p. 7) e a possibilidade de regularização de áreas urbanas até então consideradas ilegais.

Com as inovações normativas introduzidas, o Estatuto da Cidade passou a valorizar o local na solução de problemas urbanos, o que desde a década de 1960 era preconizado pelo urbanista inglês John Turner, um dos inspiradores da política de não remoção de domicílios,

que esteve no Rio de Janeiro e proferiu a seguinte frase: “A favela me foi mostrada como um problema e, no entanto, é a solução; os planos de erradicação eram citados como a solução e são o problema” (TURNER¹, 1960 apud MONTERO, 2003).

Durante muitos anos predominou um pensamento em relação às políticas de habitação: de que os assentamentos construídos pelos pobres eram provisórios e seriam substituídos por produção em massa de moradia financiada pelo Estado. Os anos de atuação da Agenda Habitat foram revelando tanto a incapacidade do Estado em realmente enfrentar a questão na escala requerida, quanto as possibilidades de sucesso das intervenções *upgrading*, ou seja, da consolidação e urbanização dos assentamentos, sem remoções nem despejos, e a partir da própria lógica e formas de organização da comunidade (ROLNIK; SAULE, in BONDUK, 1996, p. 17).

O respeito à área e assentamento consolidados e a requalificação das glebas ganhou força e status com o Estatuto da Cidade através de instrumentos garantidores da regularização da terra. A cidade é real, está posta e as perdas na busca de soluções quando se opta por preservar a moradia original são muito menores que em mirabolantes planos de remoção e reassentamento.

Dessa forma, a possibilidade de enfrentar parte dos desafios urbanos atendendo o direito à moradia é considerar e valorizar, sempre que possível, a urbanização da área. Godim, (2012), em seu artigo intitulado “Meio ambiente urbano e questão social” destaca que o Estado brasileiro já reconhece a favela como solução legítima ao alcance da população de baixa renda e que possui “considerável experiência” na urbanização de assentamentos informais:

Já é considerável a experiência brasileira de urbanização de assentamentos informais, produto de uma profunda inflexão na política habitacional brasileira operada no início da década de 1980, quando o Estado reconhece a favela como solução habitacional legítima ao alcance dos pobres. Poucos avanços, no entanto, se têm registrado na luta contra a persistente *reprodução* da moradia precária e informal e contra o permanente aumento de populações sem acesso à terra urbanizada, e as dificuldades são recorrentes nos programas de titularidade e na questão da recuperação de custos (FURTADO; JORGENSEN², 2008 apud GODIM, 2012, p. 118).

A terra urbanizada passa a ser um fundamental componente dos desafios urbanos, uma vez que o mais custoso nem é a construção da moradia em si, mas sim o solo com sua política

¹ TURNER, John. Pronunciamento do urbanista inglês em visita ao Rio de Janeiro em 1960.

² FURTADO, Fernanda; JORGENSEN, Pedro. Auto-sustentabilidade e recuperação de custo na provisão de infra-estrutura básica no Brasil. Disponível em: www.sead.ufsc.br/cidades. Acesso: 30 jul. 2008.

de proteção à propriedade privada e à especulação imobiliária a serviço do poder e da manutenção do capital.

Vale ressaltar que a terra é um bem que não se reproduz, que não se amplia a oferta com um simples engrenar de máquinas de uma fábrica. Trata-se de um bem escasso, limitado, considerado garantia contra instabilidades econômicas, sendo, portanto, ótima fonte de acumulação de poder.

Para Godim “o principal determinante do seu valor a terra urbana é a localização, o que torna cada parcela de solo única em relação às demais” (GODIM, 2012, p. 119 – grifo meu).

É sabido que o Estado pode contribuir para o aumento e valorização da terra urbana quando realiza investimentos públicos e permite que ocorram também investimentos privados caracterizados por obras e serviços de infraestrutura e equipamentos urbanos. O resultado desses investimentos é a melhoria na acessibilidade às áreas com boas condições do sistema viário e disponibilidade de transporte público.

Porém, a concentração dos recursos públicos não ocorre necessariamente onde mais se necessita, muitas vezes ocorre nas áreas habitadas pelos grupos com maior poder de pressão econômica ou política.

Muito já se avançou no aspecto legal, mas há muito o que se alcançar. Contudo, o simples entendimento de que moradia não é só a casa, mas que está inserida no contexto da cidade e do desenvolvimento urbano, inclusive como causadora de impactos para as relações sociais e de trabalho, já agrega uma forte responsabilidade para a política habitacional. A moradia precisa ser sempre tratada como direito fundamental e não somente como ordenamento territorial e ordem urbanística.

As cidades evoluíram e com elas a forma de lidar com o ambiente urbano que precisa respeitar a necessidade humana e a natureza. Para tanto, a gestão compartilhada e o exercício da cidadania são fundamentais para melhorar a qualidade da existência dos cidadãos.

Sarti fez uma interessante projeção da quantificação de pessoas nas áreas urbanas e os dados foram atualizados neste estudo. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) em 2011 mais da metade da população mundial, de 6,9 bilhões de pessoas vivia em cidades e sob o amparo da pesquisa da United Nations World Urbanizations Prospects de 2011 foi apresentada a estimativa que em 2025 haverá uma população em torno de 8 bilhões de pessoas no mundo, sendo 58% vivendo em cidades (4,6 bilhões) e 42% vivendo no campo (3,3 bilhões) (SARTI, 2009; ONU, 2011).

Segundo o autor, muitos viverão em dez megacidades com mais de dez milhões de habitantes na seguinte ordem: Tóquio, Bombaim, Nova Deli, Cidade do México, São Paulo, Nova Iorque, Dacar, Jacarta e Lagos.

Mas, o aumento do número de habitantes não representa necessariamente um avanço na qualidade do espaço urbano e, principalmente, na condição de vida das pessoas.

Tanto é que o autor afirma que “especialmente na América Latina e na Ásia serão megacidades (de) pobres” (SARTI, 2009, p. 8).

Os números que aqui se projetam são alarmantes. Ainda mais quando se reflete sobre a forma como os cidadãos vem lidando com os espaços e os recursos que se apresentam. Como diz o autor, é chegado o momento e a oportunidade de identificar as características positivas e os problemas a enfrentar, uma vez que “a urbanização da humanidade é definitiva e os fenômenos que hoje já tornam a vida urbana de qualidade discutível, também indicam que o momento é de rearranjos do sistema urbano em outro patamar de organização” (SARTI, 2009, p. 8).

A cidade não pode ser pensada com suas funções estanques, tudo se integra, tudo se articula, tudo se desafia. É preciso observar a cidade como um sistema, como menciona o autor, permitindo explorar outras possibilidades do ambiente urbano além das funções clássicas de trabalho, moradia, transporte e lazer. E para isso se faz necessário “repensar suas estratégias de existência (e não de sobrevivência), abandonando a visão estritamente utilitarista e abrindo-se para as possibilidades criativas nas interfaces entre cidade, natureza e cultura” (SARTI, 2009, p. 8).

Somente a integração das políticas públicas poderia enfrentar os desafios das cidades brasileiras, alterando a ordem existente e propiciando mais qualidade aos seres humanos e ao ambiente em que vivem.

1.2 A HABITAÇÃO INSERIDA NO MEIO URBANO – A VIDA EM COMUNIDADES

Sobre o trabalho realizado, nas idas e vindas. Os olhos presos no hoje e no amanhã; a vida crescendo nas vilas e favelas. As famílias se metamorfoseando, esforços infinitos, constituindo uma cidade. Diversa, plural, abundante de vida. Na cotidianidade, os conflitos: a insegurança, a violência, as drogas, o desemprego. Conversas. Permuta de angústias e sonhos, conquistas e perdas tecendo o percurso.

A equipe profissional desafiada, alerta, na procura da rota das relações democráticas; da cidade democrática. Um espaço, um lugar onde seja possível aprender a condição humana pela pronúncia própria e pelo reconhecimento do outro - igual e diferente -, sujeito de liberdade e de dignidade.

As crianças crescem na família e na escola.
A sociedade aprende a solidariedade e a paz (RAMO in ACOSTA; VITALLE, 2010, p. 289).

Tratar a questão habitacional é integrá-la à cidade com suas articuladas funções, mas é, acima de tudo, lidar com pessoas! Lidar com pessoas e seus múltiplos olhares, a diversidade de relações e a pluralidade do cotidiano.

Para discutir a vida em comunidade se faz necessário conhecer os aspectos envolvidos no cotidiano das pessoas. A discussão deve ser iniciada pela própria definição de cotidiano, aqui adotando Heller quando afirma que “a vida cotidiana é a vida do indivíduo. O indivíduo é sempre, *simultaneamente, ser particular e ser genérico*” (HELLER, 2008, p. 34).

Assim temos que há essa dualidade no indivíduo possibilitando que ele seja simultaneamente particular e genérico. Cada ser é um ser inteiro, considerando que o homem participa da vida cotidiana de forma individual, com todos os aspectos de sua personalidade, das suas capacidades, sentidos e sentimentos, mas não consegue pôr em prática toda a inteireza de suas habilidades e capacidades e, então, a intensidade de suas ações se torna limitada e genérica.

Para Heller é preciso cuidar para não ocorrer confusão de conceitos nas relações do indivíduo com a sociedade/comunidade, o grupo e a massa. A relação entre indivíduo e grupo pode basear-se na casualidade e, sendo assim, nem todo grupo pode ser considerado uma comunidade, embora possa vir a ser. Entre o indivíduo e a massa a relação é heterogênea, atua sob a coparticipação de muitos numa ação determinante que pode expressar um objetivo comum ou o “papel de coristas”, que segue as conduções obedecendo sem pestanejar, de forma casual ou não. Um grupo ou uma comunidade jamais pode ser considerado uma massa. “(...) Sociedade de massas, portanto, é uma expressão metafórica para descrever uma sociedade conformista e manipulada” (HELLER, 2008, p. 96).

Na relação entre indivíduo e comunidade é preciso ter clareza de que “o homem não nasce numa comunidade, sua existência individual não está determinada por sua existência social.” Assim, quando o indivíduo passa a pertencer a uma é porque “trata-se de uma comunidade construída, livremente escolhida” (HELLER, 2008, p. 103).

Ao fazer a conexão entre as reflexões sobre o indivíduo e a comunidade e a vida nas comunidades habitacionais, temos que para muitos as conexões oriundas da questão habitacional não ultrapassam os singulares cumprimentos de mera relação de vizinhança, com um simples bom dia, boa tarde ou boa noite. Para outros, em geral aqueles que precisam batalhar pela manutenção, conquista ou melhoria da moradia em assentamentos precários,

ilegais, a habitação é um argumento especialmente desenvolvido para tratar a vida cotidiana e as relações numa comunidade.

Afinal, em diversas situações os indivíduos que habitam áreas carentes da implantação de alguma política habitacional, terão que atuar em conjunto como comunidade. E é nesse cotidiano que a vida se descortina.

Enquanto indivíduo, portanto, é o homem um ser genérico, já que é produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano; mas o representante do humano-genérico não é jamais um homem sozinho, mas sempre a integração (tribo, demos, estamento, classe, nação, humanidade) – bem como, frequentemente, várias integrações – cuja parte consciente é o homem e na qual se forma sua “consciência de nós” (HELLER, 2008, p. 36).

A “consciência de nós” é a possibilidade de se estabelecer uma conversa, uma ligação do homem com seus pares e seu entorno.

Silva afirma que “a sociedade tem a tendência de fragmentar a consciência do indivíduo a partir de interpretações segmentadas de visões de mundo impossibilitando a formação da consciência política” (SILVA, 2008, p. 408). No cotidiano atribulado e individualista a consciência pode se reduzir ao senso comum.

Considerando o indivíduo como um ser particular, o que ele pode ofertar aos outros indivíduos é aquilo que ele tem em suas raízes, seus saberes, sua visão de mundo.

Para um homem se desenvolver como indivíduo é necessário que sua liberdade, aqui entendida nas dimensões de ser livre para pensar e agir, não lhe seja tolhida. A autora afirma que “o desenvolvimento do indivíduo é antes de mais nada – mas de nenhum modo exclusivamente – função de sua liberdade fática ou de suas possibilidades de liberdade” (HELLER, 2008, p. 37).

Não há como mencionar a vida em comunidade sem ser possível que o indivíduo seja livre para se manifestar, opinar, reivindicar e lutar.

Sem a liberdade não há desenvolvimento do indivíduo, não há como garantir sua participação na vida cotidiana aguçando os aspectos de sua personalidade, haverá tão somente um aglomerado de pessoas aproximadas entre si por viver em um mesmo espaço geográfico.

Ao contrário, viver em comunidade é um querer viver junto quando se trata de decisões coletivas tomadas pela comunidade.

Para que as ações e decisões possam emergir da comunidade “é impreterível que ocorra o rompimento da rotina, a introdução da reflexibilidade na vida do sujeito” (SILVA, 2008, p. 408).

Charadeau afirma que a vida social é determinada pela ação política dos indivíduos. Essa ação tem por objetivo organizar a vida social e obter o bem comum com base na sensação do querer viver em conjunto, em comunidade (CHARADEAU, 2008).

O autor faz uma distinção entre sociedade civil, que caracteriza como um termo mais genérico e sociedade cidadã, como um termo mais específico e afirma:

[Na] (...) sociedade civil (...) os membros dessa sociedade se reconhecem em nome do “estar junto”, que caracteriza sua comunidade cultural. (...) A sociedade cidadã, ao contrário, é uma construção. Ela reúne indivíduos que têm consciência de um papel a desempenhar na organização política da vida social. [É a] (...) comunidade do “viver junto” em nome de um projeto de sociedade (CHARADEAU, 2008, p. 60).

É, pois, a sociedade cidadã, na terminologia de Charadeau, o que se busca para a vida em comunidade quando se trata da questão habitacional.

Cada sujeito deve ter assegurada a possibilidade de participar das decisões que envolvem os aspectos que englobam a moradia. Assim se parte da premissa do indivíduo para envolver o todo, do reconhecimento do poder local como promotor do desenvolvimento de assentamentos humanos sustentáveis (ROLNIK; SAULE in BONDUK, 1996).

Para tanto, os autores citam como medidas necessárias a remoção de barreiras legais para a participação na vida pública de grupos socialmente marginalizados e o estabelecimento de mecanismos de participação “habilitando indivíduos, famílias, comunidades, populações indígenas e sociedade civil na identificação das necessidades e prioridades locais e na formulação de políticas, planos e projetos” (ROLNIK; SAULE in BONDUK, 1996, p. 16).

Neste ponto inicia-se a discussão sobre a área e a comunidade objeto do estudo. Trata-se da cidade de Cubatão, localizada no estado de São Paulo, e que tem um programa estadual de intervenção urbana nos bairros cota existentes na cidade.

A cidade se apresenta a partir do item que segue e a comunidade no capítulo 3 e seguintes.

1.3 CUBATÃO: CIDADE PAULISTA QUE DESAFIA E É CONSTANTEMENTE DESAFIADA

O município de Cubatão está localizado no estado de São Paulo, na região denominada Baixada Santista, junto às escarpas da Serra do Mar, nos vales dos rios Cubatão, Moji,

Perequê e das Pedras, distante aproximadamente 60 quilômetros da cidade de São Paulo e 20 quilômetros do centro do município de Santos.

A cidade possui 142,879 km² de área, população de 118.720 pessoas, segundo o censo do IBGE 2010 e segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que avalia expectativa de vida da população, a taxa de mortalidade, os investimentos públicos em saúde e o nível de desigualdades, é de 0,737, o que é considerado um índice médio para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Embora o município se encontre em 850º lugar dentre das 5.565 cidades brasileiras avaliadas, Cubatão está atrás de outras cidades da Baixada Santista, como Santos, São Vicente, Mongaguá, Praia Grande, Guarujá, Peruíbe e Itanhaém, à frente apenas de Bertioga, que possui índice de 0,730.

Grande parte da área de Cubatão integra a Serra do Mar que é uma região de grande importância e cerca a faixa litorânea entre os estados do Espírito Santo ao sul de Santa Catarina. No estado de São Paulo possui 315.000 (trezentos e quinze mil) hectares e corta o litoral em suas três regiões: norte, sul e central (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2009).

Em São Paulo o trecho que abriga a região litorânea se caracteriza por unidades de conservação denominadas como Parque Estadual da Serra do Mar – PESM, que somada à Estação Ecológica Jureia-Itatins, composta por mais 100.000 (cem mil) hectares, são as maiores e mais importantes unidades de proteção integral de todo o estado de São Paulo, tanto pela dimensão territorial quanto pelos altos índices de biodiversidade e número de espécies ameaçadas que abrigam (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2009).

Ocorre que a ação humana e a omissão do papel do Estado fizeram com que tais áreas atingissem um considerável nível de degradação.

A maior concentração de ocupação humana em áreas do Parque Estadual da Serra do Mar do estado de São Paulo está localizada no município de Cubatão.

A Figura 1 demonstra trecho de Cubatão em que se pode observar a Mata Atlântica e a Figura 2 registra o alto nível de ocupação humana.

Fonte: Foto - Autoria desconhecida³

Figura 1 – Queda d'água no Rio Capivari, Cubatão, 2009

Legenda: Lado direito da imagem – parte superior à Rodovia Anchieta: Cotas 95/100; Lado esquerdo da imagem – parte inferior à Rodovia Anchieta: Pinheiro do Miranda. Fonte: Foto - Autoria desconhecida.

Figura 2 - Adensamento populacional dos bairros Cota em Cubatão

³ Fotos (Figuras 1 a 9) são do acervo da CDHU, Superintendência de Ações de Recuperação Urbana.

No vale do rio Cubatão estão localizadas as rodovias Anchieta e Imigrantes e uma linha da antiga Ferrovia Paulista Sociedade Anônima (FEPASA). Ao longo do vale do rio Moji localizam-se duas linhas férreas da antiga Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) que ligam a baixada ao planalto, através de Paranapiacaba.

A via férrea foi fruto da política de outrora que privilegiava o setor utilizando-o para o transporte de mercadorias.

O município de Cubatão abrange terrenos de vasta planície sedimentar, quase ao nível do mar, com ação fluvial e marinha e, a encosta da serra, com suas escarpas e morros isolados. A região de escarpas de serra é reconhecidamente uma região de frágil equilíbrio geológico-geotécnico palco de frequentes escorregamentos naturais. A evolução natural das escarpas tem nos movimentos de massa um de seus principais processos e a supressão da cobertura vegetal alterou o equilíbrio dinâmico das encostas, tornando-as mais suscetíveis à ocorrência de corridas de massa caracterizados pela movimentação de grandes volumes de solo e rochas por meio de drenagens com enorme potencial destrutivo (FERNANDES in BONDUK, 1996, p. 97).

O município conta com um grande parque industrial e petroquímico e a combinação deste com os deslocamentos de massa pode gerar o rompimento de tanques de armazenamento e dutos de transporte de produtos altamente perigosos, colocando em risco toda a população da cidade.

Por conta da intensa poluição produzida por seu parque industrial, nas décadas 70 e 80 o município ficou famoso, chegando a ser considerado pela ONU como a cidade mais poluída do mundo e, após um documentário de uma emissora de televisão francesa em um dos bairros de Cubatão, a Vila Parisi ficou conhecida como “Vale da Morte”.

Cubatão ficou ainda marcado na memória da população pelas tragédias ocorridas decorrentes da atividade industrial. Para ilustrar, vale lembrar a tragédia ocorrida em 1984 na Vila Socó, um incêndio culminado pela explosão de dutos da Petrobrás, atingindo uma favela e matando oficialmente 93 pessoas, dentre elas muitas crianças e deixando mais de 4.000 feridos.

E ainda, os inúmeros casos de mortes neonatais e anencéfalos, associados, por alguns pesquisadores, como uma decorrência da poluição a que sua população estava submetida, uma vez que os estudos apontaram que alguma substância impedia o aproveitamento do ácido fólico, vitamina do complexo B que reduz riscos de malformações congênitas nos bebês.

Ainda segundo Fernandes, as situações de risco enfrentadas por Cubatão diferem de tantas outras encontradas no Brasil por conta da existência do pólo petroquímico. No entanto,

a causa é a mesma para a maioria das situações existentes, ou seja, a não consideração das potencialidades e restrições impostas pelo meio físico ao processo de ocupação urbana.

A forma desordenada pela qual tem se dado o processo de urbanização brasileiro propicia o surgimento de numerosas áreas potenciais de risco, envolvendo escorregamentos de solo e inundações. Esses problemas não estão relacionados com as características intrínsecas do relevo, mas principalmente às alterações causadas pela forma de ocupação do meio físico. Como resultado, observa-se nos últimos anos um incremento no número de acidentes geológicos-geotécnicos, principalmente no número de escorregamentos induzidos pela ação antrópica associado à intensificação do processo de urbanização (FERNANDES in BONDUK, 1996, p. 101).

Com o passar dos anos e os inúmeros graves problemas respiratórios da população local, a cidade buscou seu restabelecimento e em 1992 Cubatão recebeu da ONU o título de “Cidade Símbolo de Recuperação Ambiental” pela implementação da prática de controle de poluentes.

Porém, muito ainda resta fazer. A fauna deu sinais de restauração com a volta do guará-vermelho, mas o patrimônio natural permanece ameaçado com a ocupação das áreas de Parque Estadual.

São seis núcleos que estão, no todo ou em parte, dentro das áreas de conservação. Esses núcleos são também chamados de bairros cota, tendo em vista a medida de distância utilizada do nível do mar. Na Figura 3 é possível observar a topografia da área.

Fonte: Foto - Autoria desconhecida

Figura 3 - Vista aérea do município de Cubatão e cidades do entorno

São os seis núcleos assim agrupados: Cota 400/500, Cota 200, Cota 95/10, Pinheiro do Miranda, Água Fria e Sítio dos Queirozes.

A Figura 4 retrata a Cota 500 local de difícil acesso mais utilizado para realizar a captação de água das nascentes e escolhido para implantar a caixa d'água que abastece muitas moradias das cotas inferiores.

COTA 500

Legenda : Local onde se encontra a caixa d'água que abastece grande parte das moradias das cotas inferiores e 02 moradias identificadas em 2007, informação mantida em 2013. Fonte: Foto - Autoria desconhecida.

Figura 4 - Cota 500 – vista aérea

As Figuras 5 a 9 retratam os demais núcleos inseridos no Programa Serra do Mar.

Legenda : Local com 217 edificações identificadas em 2007 e 229 reconhecidas em 2013. Fonte: Foto – Autoria desconhecida.

Figura 5 - Cota 400 – vista aérea

Legenda : Local com 2.132 edificações identificadas em 2007 e 2.218 reconhecidas em 2013. Fonte: Foto – Autoria desconhecida.

Figura 6 - Cota 200 - vista aérea

Legenda : Considerando a Rodovia Anchieta como marco divisor, à direita é a Cota 95/100 com 1.037 edificações identificadas em 2007 e 1.073 reconhecidas em 2013 e à esquerda o Pinheiro do Miranda com 2.289 edificações identificadas em 2007 e 2.420 reconhecidas em 2013. Fonte: Foto – Autoria desconhecida.

Figura 7 - Cota 95/100 e Pinheiro do Miranda - vista aérea

Legenda : Local com 1.352 edificações identificadas em 2007 e 1.415 reconhecidas em 2013. Aqui se avista ainda o núcleo denominado Pilões que deixou de integrar o Programa Serra do Mar em sua totalidade. Fonte: Foto – Autoria desconhecida.

Figura 8 - Água Fria - vista aérea

Localizado às margens da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega com 152 edificações identificadas em 2007 e 168 reconhecidas em 2013. Fonte: Foto – Autoria desconhecida.

Figura 9 - Sítio dos Queirozes - vista aérea

Segundo a Secretaria Estadual de Habitação os núcleos que são participantes do Programa Serra do Mar representavam, aproximadamente, 7179 edificações/famílias em 2007, alcançando 7.525 edificações em 2013, totalizando cerca de 22.000 pessoas, sendo que dessas edificações, 5.214 estão dentro do Parque Estadual ou em situações de risco.

Embora nas figuras esteja presente o núcleo de Pilões, por uma série de fatores relacionados à titularidade da área, ele não faz parte do Programa.

Cada núcleo possui suas particularidades de formação, mas todos se caracterizam pelas ocupações improvisadas, sem ordenamento urbano, que potencializam o risco a que uma região serrana naturalmente já está submetida.

A ocupação humana em Áreas de Proteção Ambiental já foi alvo de muitas tragédias por deslizamentos e escorregamentos, causando perdas materiais e até mortes. E a população que ali vive transita entre o papel de pivô da degradação ambiental à vítima da falta de políticas públicas consistentes.

No entanto, é sabido que a falta de políticas públicas, de planejamento urbano e a exploração dos recursos naturais de forma inconsequente perdura há anos em nossa sociedade, sendo, por que não dizer, decorrência do mercado capitalista e herança do antigo sistema colonial.

Por conseguinte, as mudanças sociais no Brasil e as contradições urbanas perduram no

(...) conceito de espoliação urbana para caracterizar o crescente processo de pauperização e a dilapidação da força de trabalho decorrente do modelo capitalista de desenvolvimento, particularmente na sua expressão de criação de uma configuração espacial marcada pela distribuição desigual dos serviços urbanos (KOWARICK⁴, 2000 apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 335).

Dessa forma, a desigualdade latente nos faz perceber o quanto é difícil discutir a participação da população em processos de conservação do meio ambiente quando se tem a moradia incrustada numa encosta e seu esgoto sendo lançado a céu aberto. É ambíguo relatar inúmeros animais sendo incluídos nas listagens de espécies em extinção, quando o espaço que os animais ocupavam é hoje usado para a sobrevivência das pessoas.

O grande desafio é a busca pelo equilíbrio, tendo em vista que o respeito e a conservação do meio ambiente, tornando-o sustentável, perfaz também o caminho da garantia de promoção e dignidade humana.

⁴ KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

CAPÍTULO 2 - A POLÍTICA HABITACIONAL COMO VETOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS E A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

A política habitacional está em constante intersecção com as demais políticas públicas e a gestão das cidades. Não há como realizar qualquer interferência na questão habitacional de forma estanque, como já mencionado anteriormente.

Sob essa ótica, a política habitacional pode buscar, por empréstimo, a palavra vetor, um termo da geometria que pode ser conceituado como um segmento de reta orientado no qual se distingue uma origem e uma extremidade.

Assim, a política habitacional pode ser entendida como uma reta, um eixo, que orienta a origem e a extremidade da gestão de uma cidade. Muitas políticas se baseiam na questão habitacional, seja por sua relação com o espaço, sua localização física, implantação de equipamentos de saúde, educação, planejamento da infraestrutura e do transporte urbano ou por sua relação com a condição socioeconômica dos que habitam as moradias como produto e condições da sociedade.

A moradia pode ser utilizada como estratégia para se compreender e para se conceber a cidade porque ela representa uma multiplicidade de fatores sociais, econômicos e culturais. É no espaço da moradia que a cidade se articula e se pulveriza, favorecendo a análise do urbano e a forma de gestar a cidade.

Porém, como bem articula Tenório quando trata a gestão da cidade e, portanto, da gestão pública, o processo deve ser baseado em uma forma democrática, cooperativa e educativa “na medida em que a população, conscientizada de seu papel político-participativo, possa influenciar todos os níveis decisórios, desde o planejamento até a execução, sendo solidários no empenho para a realização dos objetivos propostos” (TENÓRIO, 2004, p. 3).

2.1 O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

A construção da cidadania implica em descobrir o véu que encobre a cidade real, onde frequentemente a maioria é excluída (ROLNIK; SAULE in BONDUK, 1996, p. 41).

“Afinal, o que é ser cidadão?”. Essa instigante pergunta que inicia a introdução do livro *História da Cidadania*, Pinsky e Pinsky (2003) ecoa e reflete em nossas mentes na busca do verdadeiro significado dessa palavra.

Para Charadeau a cidadania não pode ser definida por “origem étnica, religiosa ou geográfica, mas pela filiação simbólica dos indivíduos a uma mesma comunidade nacional, na qual eles se reconhecem porque ela é a fiadora de sua vontade de estar e viver junto.” (CHARADEAU, 2008, p. 58).

Para Mutzemberg “a cidadania é orientada num terreno em que sua definição não está dada, não é definitiva nem uniforme” (MUTZEMBERG, 2011, p. 142).

Contudo, mais do que encontrar o sentido perfeito, mesmo porque esta seria uma inglória tarefa, uma vez que, como o próprio autor diz, “cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço” (PINSKY, 2003, p. 9), mais do que a busca do sentido se faz necessária a aplicabilidade prática, o efetivo exercício na vida das pessoas.

E o exercício da cidadania nas ações corriqueiras, cotidianas, demonstra que a luta pela cidadania é a forma mais moderna e contemporânea do conflito de classes (OLIVEIRA, 2001). É no cotidiano das pessoas, fora do governo, que a instância cidadã se revela, “é o lugar no qual os atores buscam um saber para poder julgar os programas que lhes são propostos ou as ações que lhes são impostas, e para escolher ou criticar os políticos que serão seus mandantes” (CHARADEAU, 2008, p. 58).

As cidades não são pensadas para todos, nelas nem todos são considerados iguais. Elas reafirmam e reproduzem desigualdades e privilégios. Na cidade ilegal não há planos, nem ordem, é um lugar fora das idéias (MARICATO, 2002).

A disparidade social se concretiza com a ideia-ficção imposta pelas instituições de que todos podem ser considerados iguais, com o mesmo poder político, aqui representado por Pinzani por meio do voto

A igualdade jurídica postulada pelas constituições democráticas e liberais esconde uma realidade feita de desigualdade econômica, social e política – uma desigualdade que a igualdade jurídica protege e até fomenta, por exemplo, através da defesa da propriedade privada não qualificada, ou seja, de uma defesa geral que não leva em conta a origem e a justiça das concretas relações de propriedade (PINZANI, 2012, p. 27).

Entre as desigualdades econômicas, políticas e sociais, que comprometem o exercício da cidadania, cumpre destacar a questão da gestão das cidades e principalmente a questão da moradia, da habitação, fator tão importante na vida de qualquer pessoa.

Sem a participação e o envolvimento dos cidadãos nos rumos da construção da política habitacional, quão mais distante está o vislumbrar de uma solução para esta questão. Assim já dizia a Declaração de Barcelona de 1985:

La Declaración de Barcelona en La Conclusión de la Conferencia sobre Grandes Ciudades, celebrada en dicha ciudad en el año 1985 propuso: ‘Queremos finalmente destacar el valor de la ciudadanía entendida como el conjunto de derechos y responsabilidades de los habitantes de la ciudad y la conciencia que tienen estos de su derecho de participar en la gestión de la ciudad y en la obtención de un conjunto de bienes y servicios. Asimismo, la ciudadanía supone la existencia de un sentimiento de pertenencia a la ciudad que está en la base de la asunción voluntaria por parte del ciudadano de sus responsabilidades’ (MORENO, 2005, p. 21).

O mundo atual nos remete a uma indefensável tendência ao individualismo e à compartimentação, valores e ações egoístas e solitárias na busca do ter, do consumir. Para o indivíduo, se torna cada vez mais difícil a descoberta da sua identidade política, de seu pertencimento social para transformar as injustiças e praticar a democracia.

Santos destaca a diferença entre a democracia, que ele denomina como hegemônica, em que a representatividade tem papel central com o distanciamento entre representantes e representados e na inclusão abstrata feita da exclusão social e a democracia participativa, também denominada de popular (SANTOS, 2002).

Para o autor, a democracia participativa, exercida pelas comunidades, tem adquirido protagonismo nas lutas por mais inclusão. “Trata-se de iniciativas locais, em contextos rurais ou urbanos, em diferentes partes do mundo, e que crescentemente vão desenvolvendo vínculos de interconhecimento e de interação com iniciativas paralelas (...)” (SANTOS, 2002, p. 32).

No entanto, exercitar a identidade política não é uma tarefa fácil. Em geral “os governados aceitam os seus governantes de uma maneira passiva e céptica, a política não interessa quase nada às massas” (DORNA, 2007, p. 157).

Alexandre Dorna diz que muitas vezes “o povo é reduzido ao silêncio dos figurantes, enquanto a cena pública é usurpada pelas personagens ávidas e vaidosas, frívolas e cínicas, sempre ansiosas por perderem os seus privilégios e de atrair as armas das legiões romanas” (DORNA, 2007, p. 157).

Assim temos que, ao não assumir a identidade política, ao não exercitar a cidadania, a população fica à mercê dos eleitos e de suas práticas, nem sempre condizentes com as carências e necessidades daqueles que os elegeram.

A desconfiança nas instituições e no comportamento dos políticos pode resultar em grave fragilização da democracia, dificultando a ação concreta dos indivíduos e o amplo exercício da cidadania.

A constante suspeição das instituições retrai a ação dos cidadãos ocasionando uma consequência negativa na relação democrática que é o conformismo (DORNA, 2007). O conformismo pode também ser entendido como uma retração do debate de ideias, da troca de opiniões no espaço público e do fazer político no espaço onde se tomam decisões e se instituem atos (CHARADEAU, 2008). Isso se dá quando o exercício da cidadania se esvai e como antídoto, Dorna afirma que para evitar o conformismo é necessária “a descentralização do poder, o desenvolvimento de uma comunicação horizontal e a diminuição das formas arbitrárias de autoritarismo” (DORNA, 2007).

O espaço que separa o conformismo do indivíduo da participação coletiva será debatido com mais profundidade no campo da participação comunitária, mas vale mencionar que a cidadania se exercita quando a ação se ampara no coletivo e para isso é preciso que os envolvidos se entendam “para a elaboração de um projeto comum, decorrente de um objetivo comum, o que supõe a existência de um espaço de discussão onde se elabore esse projeto comum” (CHARADEAU, 2008, p. 18).

A cidadania para ser exercida em sua plenitude deve ser pautada pelas noções de esfera pública e bem comum, afastando qualquer tipo de mando, ações autoritárias e respeitando as diversidades que a situação coletiva impõe por seus diferentes integrantes.

O processo de construção coletiva e exercício da cidadania implica afirmar que os indivíduos não devem observar somente seus direitos, mas também os deveres, respeitando o espaço do outro e comprometendo-se com a sociedade como um todo, com o bem comum. O bem comum se alcança quando se submetem os interesses individuais aos interesses da coletividade como resultado de negociação e articulação entre os envolvidos.

A cidadania depende tanto do indivíduo quanto da sociedade e para elucidar essa afirmativa segue pensamento de Pinsky:

Sonhar com cidadania plena em uma sociedade pobre, em que o acesso aos bens e serviços é restrito, seria utópico. Contudo, os avanços da cidadania, se têm a ver com a riqueza do país e a própria divisão de riquezas, dependem também da luta e das reivindicações, da ação concreta dos indivíduos (PINSKY, 2003, p. 13).

2.2 A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Para saber por que as pessoas participam em movimentos sociais, e se expõem a riscos ou enfrentam custos consideráveis por eles, é necessário prestar atenção aos processos sociais através dos quais se definem as questões que motivam sua ação e nos que sintonizam com essas definições coletivas. Isso implica revisar as suposições que tem prevalecido até há pouco neste campo e elaborar outras novas. (LARAÑA, 1999, p. 469).

Tratar sobre a participação comunitária e os movimentos sociais enseja definir os conceitos que se desenvolverão no decorrer desse texto.

A participação comunitária será trabalhada a partir da ótica de Maritza Montero que a define como um processo organizado, coletivo, livre, inclusivo, no qual há uma variedade de atores, de atividades e de graus de compromisso, que está orientado por valores e objetivos compartilhados, em cuja realização se produzem transformações comunitárias e individuais. (MONTERO, 1987).

Vários outros olhares são também direcionados para a discussão da participação comunitária e Mutzemberg faz um interessante compêndio ao tratar da visão de outros autores sobre esse conceito.

Mutzemberg cita que a participação é um constante vir-a-ser, que esta nunca é suficiente e acabada, está sempre em transformação e em construção e, caso se imagine completa, é porque já começou a regredir; afirma ainda que a participação integra o cotidiano de todos os indivíduos, uma vez que somos levados ao longo da vida a participar de grupos e atividades e, tanto a participação, quanto a cidadania, tratada no item anterior, se referem à apropriação pelos indivíduos do direito de construção democrática do seu próprio destino. Assim, para se participar há que se concretizar a organização coletiva dos envolvidos (MUTZEMBERG, 2011).

Quanto ao tema dos movimentos sociais, a caracterização e definição se tornam tarefas bem mais difíceis, uma vez que não há possibilidade de uma abordagem na amplitude que exige o assunto ou aqui teríamos uma pesquisa inteira.

Vale salientar que a própria Maria da Glória Gohn, referência no estudo dos movimentos sociais há décadas, afirma que “não há um conceito sobre movimento social mas vários” (GOHN, 2007, p. 13).

Em linhas gerais, poderíamos afirmar que “os movimentos sociais são forças importantes na arena política de qualquer país” (SANDOVAL, 1989, p. 122).

Os movimentos sociais acontecem em espaços não consolidados e costumam questionar as estruturas vigentes, pressionando o Estado a pensar e agir sob novas formas organizativas (GOHN, 2007) e isso os eleva em grau de importância, pois são capazes de inovar, provocar e indicar as mudanças sociais necessárias.

Eder Sader em seus estudos sobre o tema afirmou que “ao observarmos as práticas desses movimentos, nós nos damos conta de que eles efetuaram uma espécie de alargamento do espaço da política” (SADER, 1988, p. 20).

Nas provocações suscitadas pelos movimentos sociais, surge, a partir do cotidiano, o rechaço da política tradicionalmente constituída (SADER, 1988), questionando suas bases e objetivando a transformação estrutural do sistema urbano ou ainda uma modificação da correlação de forças na luta de classes (CASTELLS, 1983), ou seja, enfrenta-se o poder do Estado demonstrando que as velhas práticas e as velhas teorias já não cabem para atender e explicar as atuais situações e necessidades.

Gohn analisa a trajetória de Castells sobre os movimentos sociais urbanos que ele passou a denominar como cidadãos ou de cidadãos e concluiu que para Castells há um limitador nas ações dos movimentos urbanos, pois mesmo afirmando que são capazes de produzir mudanças qualitativas no sistema urbano, na cultura local e nas instituições políticas, esclarece que a transformação social possui limites técnicos e políticos, podendo estar sujeita ao clientelismo em troca de demandas imediatas, considerando, apesar das limitações, que os movimentos são fundamentais para uma gestão democrática da cidade pelo poder de diagnóstico das necessidades coletivas (GOHN, 2007).

Doimo afirma que “o espaço urbano expressa antes de tudo relações sociais contraditórias constituindo-se num *locus* potencial para a emergência de conflitos que podem vir a ter peso na mudança qualitativa nas relações entre as classes” (DOIMO, 1984, p. 24). E acrescenta que não é qualquer movimento que pode ser tratado como movimento social urbano, pois tem que haver o germe da transformação e o transformar deve ser capacidade do próprio movimento, uma vez que após suas vitórias imediatas precisam acompanhar a modernização da sociedade para buscar maior alcance político. E no conflito entre as contradições urbanas e o processo político deve-se considerar o “processo histórico assim como a apreensão das orientações político/ideológicas presentes no seu interior” (DOIMO, 1984, p. 24).

Sader salienta que tentar explicar os movimentos sociais por determinações estruturais faz com que os analistas cheguem a impasses insolúveis. E isso se dá porque “uma conclusão

extraída da observação desses impasses é que não se pode deduzir orientações e comportamentos de condições objetivas dadas” (SADER, 1988, p. 42).

O autor afirma que há a pressuposição de que os atores são movidos por necessidades objetivas, sem se preocupar com a simbologia do que as necessidades representam enquanto necessidade social e, ainda, que se tentarmos captar a dinâmica dos movimentos por aquilo que é genérico, sem analisarmos os imaginários próprios, perderemos sua singularidade.

Cada vertente do movimento social lida com questões e motivações diferentes e dentro destas, há o contexto que singulariza e especifica cada qual.

O tema aqui tratado se insere na luta pelo direito social à moradia, o direito à habitação, ao abrigo com qualidade e dignidade.

Na questão da moradia, ao se noticiar a implementação de um projeto habitacional, as pessoas, em geral, se sentem ameaçadas e acuadas, pois sabem que o Estado interferirá em suas raízes, naquilo que possuem de mais concreto, que é o local onde habitam, ainda que a moradia não passe de um amontoado de tábuas.

A participação se inicia, em geral, no confronto em que reina o paradoxo da ação x omissão estatal e o desenrolar de sucesso ou insucesso da intervenção depende dos caminhos a serem trilhados.

A intervenção se dá em determinado grupo e é preciso situar esse grupo propiciando a busca da identidade da posição que eles passam a assumir como grupo, pois dessa identidade, do modo como se articulam os objetivos práticos e das experiências vividas pelos sujeitos e pelo grupo (SADER, 1988) é que dependerão os caminhos e os resultados que poderão ser alcançados.

Quando se firma alguma parceria com os cidadãos, possibilitando que eles participem nos processos de escolha a favor da comunidade, propiciando um envolvimento efetivo na dinâmica de decisão do grupo, das organizações e da comunidade como um todo, tem-se a participação comunitária.

Assim também ocorre quando a população percebe um Estado que dialoga, discute, ouve e realiza devolutivas capazes de agregar na busca de melhores soluções.

Não se pode classificar a participação como uma simples presença, uma oferta voluntária de tempo e até de recursos. Há que se atentar para seu poder decisório e transformador.

Assim percebemos que a prática se apóia na teoria, assim como o moderno, o atual se apóia no clássico, no antigo.

Os movimentos sociais, a participação comunitária, as relações humanas não podem ser classificadas de forma isolada e nem se rompem definitivamente de um ciclo para se iniciar em outro. As construções sociais dependem e se enriquecem com o acúmulo e a troca de saberes.

Laraña em seu livro “La construcción de los movimientos sociales” já mencionava a necessidade de se buscar as origens para fortalecer o processo construtivo:

(...) para construir novos significados e formas de refletir a realidade, o moderno se apóia no clássico ao mesmo tempo que o questiona. (...) sou daqueles que crêem que a construção teórica neste campo hoje não pode realizar-se sem reconhecer a influência dos clássicos e que eles enriquecem os modelos contemporâneos porque contribuem para o conhecimento de suas origens (LARAÑA, 1999, p. 33).

Assim, para que se possa valorizar a participação comunitária como um processo através do qual, os indivíduos participam das tomadas de decisões das instituições, programas e dos contextos que os envolvem, é preciso partir do conceito de Laraña que “considera os movimentos sociais como massas integradas por atores que são fonte de novas ideias e organizações sociais” (LARAÑA, 1999, p. 50).

Vale ressaltar que a participação só é possível num estado democrático de direito, tendo em vista que em outros regimes, como o ditatorial, impera a voz daquele que comanda, sem possibilidade sequer de questionamento, que dirá de efetiva contrariedade por parte da população.

Num regime ditatorial ou de falsa democracia impera a contraposição como bem define o autor quando diz “que os atores são irracionais, cegos e selvagens e os movimentos sociais considerados como desvio social” (LARAÑA, 1999, p. 50).

Analisar a participação comunitária de pessoas inseridas num programa habitacional é lidar com a questão da consciência, individual e coletiva, com o poder transformador, sempre partindo dos conceitos que o indivíduo possui, pois “a aprendizagem da ciência é um processo de desenvolvimento progressivo do senso comum. Só podemos ensinar e aprender partindo do senso comum de que o aprendiz dispõe” (ALVES, 1981, p. 10).

Dessa forma, é possível perceber a importância da participação. Seguindo a premissa de que todos os indivíduos possuem capacidade de transformar e serem transformados, entende-se que quando se modifica a realidade o agente também se transforma, uma vez que “estabelece-se entre o ser humano e a realidade um processo dialético, ativo. Nele há um elemento por demais importante: o diálogo. Conscientização é algo que não pode se construir

através da imposição, mas somente por meio do diálogo (MARTÍN-BARÓ¹, 1996 apud SILVA, 2008, p. 384).

E o diálogo se concretiza por meio da participação do indivíduo e seus pares na objetivação de algo comum.

A participação comunitária precisa alcançar a superação da falsa consciência para atingir o saber crítico e utilizar as competências e a energia desses mesmos indivíduos para alcançar os objetivos coletivos.

Rubem Alves contribui com a sensação de que a construção da ciência faz parte do cotidiano aproximando o mundo acadêmico do dia-a-dia quando afirma que “E a ciência? Não é uma forma de conhecimento diferente do senso comum. Não é um novo órgão. Apenas uma especialização de certos órgãos e um controle disciplinado do seu uso” (ALVES, 1981, p. 10).

Analisar a participação comunitária de pessoas inseridas num programa habitacional é lidar com a questão da consciência, individual e coletiva, com o poder transformador, sempre partindo dos conceitos que o indivíduo possui, pois como menciona Rubem Alves “a aprendizagem da ciência é um processo de desenvolvimento progressivo do senso comum. Só podemos ensinar e aprender partindo do senso comum de que o aprendiz dispõe” (ALVES, 1981, p. 10).

Não se pode olvidar que a participação a ser analisada possui uma motivação real, que é a questão da moradia, do território em que se habita ou que se terá que habitar e, para tanto, há que se estudar os fluxos que ocorrem neste tema para se conhecer a dinâmica das ações.

Maritza Montero (2004) e Martin-Baró (1987) afirmam que um grande dificultador do exercício da cidadania e da participação comunitária são as questões sobre o fatalismo e a cultura da pobreza e que tais implicadores podem ser percebidos na maioria da população.

O ambiente em que os cidadãos carentes vivem é fator preponderante nas ações e/ou omissões dessa grande massa.

Por fatalismo entende-se que é aquilo a que se está predestinado, aquilo a que o destino já se encarregou de deixar traçado, revelando grande carga de conformismo em tudo o que ocorre a sua volta, para Martin-Baró “fatalismo es um término que proviene del latín *fatum*, que significa *hado*, es decir, *predicción*, *oráculo* y, de ahí, *destino inevitable*. Algo es fatal cuando es inevitable, pero también cuando es *desgraciado*, *infeliz*.” (MARTIN-BARÓ in MONTERO, 1987, p. 137).

¹ MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O Papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*. 2(1) 1996, p.14.

As pessoas se adaptam à realidade acreditando que não há o que fazer, o que transformar, o que mudar e segundo Chauí “muitos acreditam-se impotentes para mudá-la e, em vez de assumir essa falta de força, confessar seu medo e tratar de superá-lo, preferem tomar uma atitude fatalista” (CHAUÍ, 1980, p. 17).

É uma visão de mundo que tende a bloquear o esforço e qualquer progresso pessoal ou social, podemos dizer que o fatalismo “es una de esas profecias que se cumplen por si mismas, ya que provoca aquello mismo que postula: la imposibilidad de alterar el rumbo de la propia existência o de controlar las circunstancias que determinan la vida real de cada cual” (MONTERO, 2004, p. 143).

Para Chauí a calma que o fatalismo provoca é aparente, pois na essência há “um inconformismo profundo, que às vezes é difícil perceber sob a capa do fatalismo. Até onde possam ir na ação, depende da repressão e da persistência do medo” (CHAUÍ, 1980, p. 17).

Como já mencionado a efetividade da participação necessita de um ambiente democrático. A repressão e o medo a que a autora se refere advém do contexto em que se vivia à época tanto no Brasil, como em outros países da América Latina, porém há inúmeras situações em que os fatores que desencorajam a participação podem ser observados.

A participação comunitária permite e propicia a transformação pelo empoderamento que possibilita aos indivíduos iniciar ações, influenciar processos, organizar por si só recursos que resultem em desenvolvimento.

Montero apresenta um interessante rol contendo os principais alcances que a participação comunitária pode atingir destacando que se trata de um processo simultâneo de ensino-aprendizagem, que possui efeito de socialização, conscientização, desenvolvimento de colaboração e solidariedade, que a participação mobiliza, facilita e estimula recursos existentes, favorecendo a obtenção de novos recursos, que pode gerar formas horizontais de comunicação, intercâmbio e geração de conhecimentos, que permite o desenvolvimento da capacidade reflexiva e crítica, fortalece o compromisso, a comunidade, introduz a diversidade, facilita o diálogo para a inclusão, fomenta o surgimento de novas idéias, formas de fazer e novos resultados e ainda pode mudar a direção e o controle das tarefas que são executadas. (MONTERO, 1987).

Para Tenório e Rozemberg (1997) a participação deve obedecer alguns pressupostos que garantem sua eficácia, são eles: consciência sobre atos, forma de assegurá-la e voluntariedade. Esses pressupostos são necessários para que o envolvido participe de forma consciente, sem restrições de conhecimento do que está fazendo, que sua ação não seja mera concessão, tão menos oriunda de coação ou imposição e que a participação seja de fato um ato

realizado em decorrência do interesse do indivíduo (TENÓRIO; ROZEMBERG², 1997 apud TENÓRIO, 2011).

O alcance da transformação que a participação comunitária pode atingir é o eixo da realização dessa pesquisa, uma vez que a participação comunitária pode apresentar dimensões que vão além do acesso a benefícios materiais e do alcance de objetivos imediatos, podendo ser direcionada para a consecução de objetivos cada vez mais amplos e mais complexos.

Edgar Morin que em recente visita ao Brasil deixou essa pintura reflexiva quando em entrevista afirmou: “Precisamos fazer a crítica das utopias de um mundo perfeito, mas também precisamos fazer a crítica do fatalismo realista. Penso que é necessário abandonar a ideia do melhor dos mundos e partir para a busca de um mundo melhor” (MORIN, 2011).

² TENÓRIO, Fernando Guilherme & ROZENBERG, Jacob Eduardo. **Gestão Pública e cidadania:** metodologias participativas em ação. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.31, n.4, p.101-125, jul/ago. 1997.

CAPÍTULO 3 - A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO PROGRAMA SERRA DO MAR EM CUBATÃO

A composição de um movimento social pode ser vista sob dois ângulos: da origem social de seus participantes ou do princípio articulatório que os aglutina. (GOHN, 2007, p.256 – grifo nosso).

Para analisar a participação de uma comunidade, principalmente no âmbito habitacional, há que se ter em conta o entendimento do que a envolve, conhecer o contexto da população e minimamente sua origem e formação.

Diferentemente do que afirma Gohn (2007) é relevante conhecer a origem dos participantes e o motivo que os fazem se reunir e se aglutinar em torno das ocupações. Os dois ângulos citados na abertura deste capítulo podem ser somados e não, necessariamente, excludentes.

Em geral, as ocupações são estratégias que os segmentos populares encontram para ter acesso à moradia a partir da organização de “invasões” em lotes urbanos vazios. Na maioria das vezes, a principal característica é a rapidez das ações, o que implica em acesso imediato ao lote, possibilitando a construção contínua da moradia com o passar do tempo.

Como já explicitado na caracterização da cidade de Cubatão, o Programa Serra do Mar se divide em seis núcleos e as características da ocupação diferem muito entre eles. Há áreas em que a população não admite a menção ao termo invasor, uma vez que o histórico da ocupação da terra em nada se assemelha às conhecidas invasões.

A ocupação da Serra do Mar se iniciou na década de 1940, com a construção da Rodovia Anchieta, importante via de acesso entre a Capital e o Porto de Santos.

A construção se deu sob a responsabilidade do Departamento de Estradas e Rodagem (DER) e teve duas inaugurações, sendo uma etapa em 1947 e a outra em 1953.

Não é difícil imaginar o grau de dificuldade envolvido nesta obra. São inúmeros túneis e viadutos construídos com a tecnologia da época, algo distante do existente atualmente. A necessidade de mão-de-obra era vasta e operários foram recrutados em diversos cantos do país.

O trecho da Serra do Mar escolhido para ser construída a rodovia era desbravado dia-a-dia, o transporte dos materiais, máquinas e pessoas exigia enorme aparato logístico e era praticamente impossível avançar na mata, voltar à cidade para pernoitar e retornar ao trabalho no dia seguinte. Assim, os acampamentos foram criados pelo DER para abrigar os trabalhadores.

As obras se estenderam por mais de uma década, foram empregados cerca de três mil trabalhadores e os acampamentos iniciais se transformaram em moradias das famílias dos operários da rodovia. Na Figura 10 é possível observar em foto datada da inauguração do primeiro trecho da Rodovia Anchieta, em 1947, casas ao fundo que foram construídas como acampamento para os trabalhadores.

Segundo estudos existentes, assim como depoimentos colhidos em campo, o DER não criou obstáculos à permanência de seus ex-contratados nos antigos acampamentos da obra. Ao contrário, se beneficiou com a permanência deles no local, pois passou a contar com a disponibilidade de trabalhadores treinados para a manutenção da rodovia e para novas intervenções na Baixada Santista. Esses primeiros moradores e seus descendentes são os que mais resistem à proposta de realocização, pois não se vêem como invasores – nem favelados, estando no local há mais de três gerações.

Legenda : Ao fundo, avista-se moradias construídas pelo DER utilizada como acampamento durante as obras.
Fonte: Rafael Dias Herrera¹.

Figura 10 – Cena da inauguração da Via Anchieta em 1947

¹ Foto do acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos (FAMS). Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0102i.htm>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

Após a conclusão da obra, muitos dos trabalhadores que já haviam migrado de diversos lugares do Brasil, permaneceram na Serra do Mar em busca de outras formas de sobrevivência, novos empregos no parque industrial e no Porto de Santos.

Outros parentes, amigos, conhecidos e desconhecidos desembarcaram em Cubatão e foram se agrupando aos que já haviam se instalado. O descaso político com a ocupação desordenada, a falta de políticas de habitação, a carência socioeconômica, a proximidade com o Pólo Industrial e o Porto que sempre necessitavam de mão-de-obra, resultaram em desmatamento e ocupação de alto risco geológico e geotécnico.

É, portanto, evidente que o Poder Público tem responsabilidade na existência e dimensão do problema, entre outros aspectos, pelo fato de que sua política de controle do uso do território ter sido extremamente permissiva, tolerando o crescimento dos assentamentos e fornecendo serviços insuficientes e precários que induziram a um adensamento ainda maior no contexto existente, bem como por sua inoperância na criação de alternativas habitacionais regulares.

Outro destaque que deve ser suscitado é a responsabilidade das grandes empresas que se instalaram no município de Cubatão. A construção e a operação das empresas atraíram grandes fluxos migratórios. As empreiteiras contratadas para implantação dessas grandes plantas industriais foram responsáveis diretas pelo maior afluxo de trabalhadores que, como já mencionado, após dispensados, permaneceram no local em ocupações irregulares, que progressivamente se transformaram em grandes bairros-favelas, no caso, em bairros cota.

A situação apresentada pouco difere da de outras cidades do estado e do país. Para ilustrar, “São Paulo apresenta um fenômeno comum em todas as grandes cidades brasileiras: a ocupação de áreas de proteção ambiental pela moradia pobre, ocasionando sua deterioração” (MARICATO, 2007, p. 163).

E esse fator tem uma lógica razão de ser, uma vez que essas são as terras que não interessam ao mercado imobiliário e que sobram porque são áreas ambientalmente frágeis - beira de rios, córregos, nascentes, encostas íngremes, mangues - merecendo legislação específica e proteção estatal.

Os acontecimentos que se sucedem com frequência são os mesmos: os moradores se instalam nas áreas, constroem suas moradias da forma que conseguem, utilizando seus mínimos recursos, acabam por poluir os recursos hídricos, se sujeitam a desmoronamentos, enchentes e após um vasto período de invisibilidade pelo Poder Público, os moradores enfrentam um processo judicial para retirá-los do local.

É comum neste estágio os moradores serem vistos como inimigos da qualidade de vida e do meio ambiente (MARICATO, 2007). Se não houver um planejamento para que a situação seja solucionada o que ocorre não é a remoção, mas a consolidação da ocupação, com a devida dotação de equipamentos e serviços públicos, ainda que de forma carente, e a área, e por consequência seus moradores, seguem na clandestinidade, carente de regularização.

No Programa Serra do Mar, objeto deste estudo, as soluções foram diversificadas, conforme a possibilidade de cada gleba.

As características de cada núcleo serão detalhadas posteriormente, porém a caracterização geral da origem da ocupação era necessária para que possamos analisar a participação da comunidade moradora dos bairros cota como um todo.

Ao mesmo tempo em que há nuances na origem da ocupação que diferem os moradores e os núcleos entre si, há também muitas coisas que os aglutinam, que os agrupam, a começar pelo território que ocupam.

Como diz Doimo, “neste universo culturalmente multifacetado e socialmente difuso há que surgir, para efeitos da participação e da organização dos moradores, motivações permanentes que tenham trânsito entre os interesses, expectativas e grupos diferenciados” (DOIMO, 1984, p. 29).

Cada morador tem seus interesses, expectativas e propósitos, cada qual possui seu modo de vida, seus círculos de amizade, os grupos menores caracterizados pela vizinhança, pela idade, pela religião, pelo lazer, pelas preferências partidárias etc. Muitas vezes, a categoria morador fica obscurecida enquanto portadora de significação para a ação política coletiva por conta desses grupos que se cruzam, se sobrepõem, se inter cruzam e até se hostilizam e se opõem entre si (DOIMO, 1984).

É muito difícil promover uma ação política coletiva, pois como indaga a autora:

Como retirar as pessoas, cansadas depois da jornada de trabalho, da frente de uma televisão, se isso é o que constitui o seu lazer? De que forma solicitar o exíguo tempo livre das pessoas para participarem de iniciativas organizativas? Enfim, como motivar moradores à participação social e política organizada em face de um emaranhado de situações que o encaminham no sentido inverso? (DOIMO, 1984, p. 37).

As indagações suscitadas pela autora são fundamentais para a reflexão da participação da população em um programa de urbanização, como é o caso do Programa Serra do Mar e o desfecho trazido por ela representa um importante argumento para se meditar. Doimo afirma

que antes de tudo, os movimentos sociais, precisam existir e que a existência se concretiza com algum tipo de intervenção que abra caminhos entre as forças contrárias e, ao mesmo, desenvolva laços de solidariedade, com espaço para comunicação, interação, estabelecimentos de metas e valores comuns (DOIMO, 1984).

A identificação entre os envolvidos é muito importante para que se ocorra o processo participativo. Participar não é tarefa fácil, a própria participação implica dificuldades que devem ser previstas e resolvidas no trabalho comunitário, como já afirmou Montero. As pessoas são diferentes e possuem distintos saberes provenientes de sua cultura e tradições, o que pode ser muito valioso para a troca de conhecimento, porém também podem representar um entrave quando os saberes se contrapõem às mudanças necessárias para a comunidade (MONTERO, 2004).

Para isso, é importante instaurar mecanismos para que os conflitos que surgirem não se transformem sempre em confronto. É preciso canalizar as atitudes de forma positiva, visando o bem comum e o interesse da coletividade, sempre de forma construtiva e democrática. O conflito que resulta em confronto não produz benefícios, pois como afirma Diaz *“debilita a una sociedad, disipa energías en forma improductiva, paraliza y dilata la toma de decisiones, instaura la desconfianza como patrón de conducta”* (DÍAZ in HERRERO, 2005, p. 180).

Em geral, as intervenções habitacionais e urbanísticas em uma área representam fonte inesgotável de conflitos e confrontos porque alteram o espaço, a rotina e invadem o “patrimônio” da família. Para os projetos urbanísticos a primeira reação é a visão de uma agressão à coletividade, muito mais do que uma oportunidade de apresentar um processo transformador (VELÁZQUEZ; VERDAGUER in HERRERO, 2005).

A participação da comunidade no Programa Serra do Mar em Cubatão foi pensada na estrutura do projeto, como se vê mais adiante e foi articulada de diferentes formas a fim de se efetivar sua realização.

3.1 O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA SERRA DO MAR E MOSAICOS DA MATA ATLÂNTICA: ESTRUTURA E ATORES

O Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistemas de Mosaico da Mata Atlântica vem sendo implantado desde 2007 pelo Governo do Estado de São Paulo,

através das Secretarias de Meio Ambiente, por meio da Fundação Florestal e pela Secretaria de Habitação, por meio da CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano.

Ele possui financiamento parcial do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento e atinge toda a extensa cadeia montanhosa que cerca a região litorânea do Estado de São Paulo. No entanto, seu foco central está localizado na cidade de Cubatão, que possui o maior adensamento populacional nas áreas ambientalmente protegidas.

Para entender o caráter histórico dessa atuação, cumpre esclarecer que em 1999 o Ministério Público de Cubatão impetrou Ação Civil Pública, através do Processo 157.01.1999.008980-6, ordem 944/1999, na 4ª Vara Cível de Cubatão em face do Estado e do Município de Cubatão pleiteando:

- a erradicação com a desocupação e retirada de todas as edificações localizadas nas áreas do Parque Estadual da Serra do Mar;
- a recuperação das situações de risco;
- a restauração da flora local e ainda;
- o reassentamento das famílias existentes com habitação digna

Em 2007 foi concedida a sentença no processo judicial confirmando a liminar anteriormente obtida pelo Ministério Público, cujo trecho final foi grafado com os seguintes termos:

(...) Isto posto, JULGO PROCEDENTE a ação para o fim de tornar definitiva a liminar concedida, em parte, a fls. 986 e condenar solidariamente as rés PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO e FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO a:

a) extinguir fisicamente os bairros ou núcleos habitacionais formados no interior do Parque Estadual da Serra do Mar, realocando os invasores para outras áreas não sujeitas a restrições de ordem ambiental, fixado o prazo de um ano para tanto;

b) manter a fiscalização efetiva e permanente no interior do Parque Estadual da Serra do Mar a fim de impedir novas invasões, construções e desmatamentos, abates de flora e fauna, disposição irregular de resíduos e esgoto;

c) apresentar plano de recuperação da área degradada elaborado por profissionais capacitados para replantio das espécies nativas; descontaminação do solo, lençol freático e das águas; retirada de todo entulho e lixo existente no local, fixado o prazo de 90 (noventa) dias para tanto, iniciando-se a execução do projeto nos 6 (seis) meses subsequentes;

d) indenizar em dinheiro pelos danos diretos e indiretos causados ao meio ambiente, o que deverá ser apurado em regular liquidação de sentença por arbitramento.

(SÃO PAULO, Tribunal de Justiça, Ação Civil Pública, 2007)

A sentença judicial, datada de 06 de setembro de 2007, que determina a desocupação da área pertencente ao Parque Estadual por se tratar de unidade de conservação afirma que “os

autos fornecem elementos de prova de que as ocupações iniciaram-se com o processo de construção da Via Anchieta. Entretanto, ao longo dos anos, novos invasores foram se agregando ao núcleo que se formava intensificando a degradação ambiental” (SÃO PAULO, Tribunal de Justiça, Ação Civil Pública, 2007).

A condenação judicial do Estado e Município resultou na criação de um programa de cunho ambiental e habitacional.

No decorrer do processo judicial, peritos da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual Paulista (UNESP), bem como profissionais do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), que atuou como perito assistente contratado pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo, através da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), elaboraram seus laudos e pareceres.

O resultado do trabalho do IPT, contratado pela CDHU, se dividiu em três relatórios, a saber: o das Cotas 95/100 e Pinhal do Miranda, o da Cota 200 para análise de riscos geológicos e geotécnicos com classificação de setores de risco muito alto, alto, médio e baixo (R4, R3, R2 e R1, respectivamente) e o da Cota 400 para verificar os riscos ambientais e analisar a condição e possibilidade de desafetação da área, de acordo com texto do artigo 3º e parágrafo único da Lei 8.976 de 1.994, trecho originalmente vetado pelo Governo do Estado de São Paulo, mas posteriormente mantido pela Assembléia Legislativa que diz:

Artigo 3.º - Fica a Fazenda do Estado autorizada a doar, ao Município de Cubatão, para fins de reurbanização, área denominada Bairro-Cota 400, existente ao longo do Parque Estadual da Serra do Mar.

Parágrafo único - A doação de que trata o "*caput*" deste artigo somente será concretizada após a apresentação de Laudo Conclusivo do IPT, e no caso do referido Bairro não apresentar situação de alto risco (SÃO PAULO, Assembléia Legislativa, Lei 8.976 de 1994).

Porém a desafetação não ocorreu, pois foi constatado alto risco e a necessidade de remoção total deste núcleo.

As intervenções humanas e a ocupação desordenada causaram inúmeros prejuízos à Serra do Mar e os estudos do IPT evidenciaram os riscos existentes, demonstrando como principais riscos ambientais vinculados às ocupações irregulares, o seguinte:

Riscos Geológicos e geotécnicos: uma junção de fatores tais como a alta pluviosidade (média de 3.500 mm/ano), altas declividades, solos de textura frágeis, rochas em processo de intemperização, fragmentos de rocha soltos etc., que fazem das escarpas da serra áreas muito suscetíveis a deslizamentos e desmoronamentos, com potencial para causar grandes acidentes. O histórico da serra registra vários acidentes inclusive com vítimas fatais;

Riscos Hidrológicos: as altas precipitações associadas a altas declividades formam enxurradas com expressiva energia dinâmica e potencial para acidentes fatais, principalmente considerando ocupações muito próximas dos canais de drenagem naturais e dos múltiplos mananciais existentes;

Riscos Biológicos: a existência de populações vivendo muito próximas de ambientes naturais possibilita acidentes envolvendo a fauna e a flora silvestre, gerando também impactos negativos sobre o ambiente natural pela presença de animais domésticos, uso de produtos químicos e deságue de esgotos domésticos e águas servidas diretamente nos canais de drenagem;

Riscos tecnológicos: a proximidade com o sistema rodoviário Anchieta – Imigrantes, um dos mais movimentados do país, gera riscos potenciais de atropelamentos, derrame de produtos perigosos, inviabilização do acesso aos núcleos por interrupção das pistas, exposição a ruídos e cargas tóxicas;

Riscos socioeconômicos: as ocupações improvisadas e sem ordenamento urbano trazem uma série de consequências que potencializam as situações de risco já existentes com ações desestabilizadoras tais como cortes de taludes, ocupação de área de drenagem, desmatamento, entre outros, além de acarretar danos ambientais vinculados à constante expansão sobre as áreas naturais, tais como a existência de atividades ilegais (caça e retirada de plantas), incêndios, contaminação dos cursos d'água etc. (SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria Estadual da Habitação/CDHU, 2009 - CT BR-T1117, p. 12 e 13).

As Figuras 11 a 15 retratam alguns exemplos de situações de risco encontradas nos bairros cota com detalhes para a declividade do terreno, construções em mais de um pavimento, acessos às moradias, adensamento, diferentes materiais construtivos utilizados na edificação das moradias e construções encrustadas à mata.

Legenda : Situação de risco geológico e geotécnico – detalhe da declividade do terreno.
Fonte: Foto – Autoria desconhecida².

Figura 11 - Cota 95/100

Legenda : Situação de risco geológico e geotécnico – grande número de edificações em mais de um pavimento. Fonte: Foto – Autoria desconhecida³.

Figura 12 - Cota 95/100

² Fotos ou slides (Figuras 11, 13-14, 17, 19-41) do acervo da CDHU. Superintendência de Ações de Recuperação Urbana.

³ Disponível em: http://www.cobrape.com.br/det_noticia.php?id=145. Acesso em: 22 jan. 2014.

Legenda : Situação de risco geológico e geotécnico – detalhe dos acessos às moradias. Fonte: Foto – Autoria desconhecida.

Figura 13 - Cota 200

Legenda : Situação de risco geológico e geotécnico – adensamento, declividade e diversos tipos de materiais construtivos. Fonte: Foto – Autoria desconhecida.

Figura 14 - Cota 200

Legenda : Situação de risco geológico e geotécnico – edificações construídas em locais íngremes e em meio à mata da Serra do Mar. Fonte: Foto – Autoria desconhecida⁴.

Figura 15 - Cota 200

Há inúmeras situações que podem decorrer dos riscos apresentados nas Figuras de 11 a 15, sem contar o impacto que tais riscos representam para toda a coletividade. O Parque Itutinga-Pilões é totalmente prejudicado pelo adensamento populacional, o que contraria seus objetivos de preservação ambiental, afeta a qualidade dos mananciais, influenciando a captação e distribuição da água que abastece a Baixada Santista.

Para a concepção do Programa Serra do Mar no município de Cubatão foram analisados não somente os limites impostos pela Ação Civil Pública, ou seja, as áreas de proteção ambiental, mas também todas as situações de risco geológico, geotécnico e tecnológico classificadas pelo laudo do IPT, resultando na diretriz de 4.750 edificações a serem removidas, conforme dados de 2007 e 5.214 edificações após atualizações e alterações de projeto ocorridas até o fim de 2013, tendo suas famílias reassentadas em outros locais e 2.450 edificações localizadas em locais aptos à moradia, passíveis de urbanização e futura regularização fundiária, conforme informações de 2007 e 2.037 famílias sob a atual diretriz.

Trata-se, portanto, de programa habitacional que envolve cerca de 22.000 pessoas com vasto potencial para ser um facilitador de mudanças. Possui como diretriz a promoção da erradicação dos núcleos habitacionais localizados dentro dos limites do Parque Estadual e a

⁴ Disponível em:< http://www.cobrape.com.br/det_noticia.php?id=145> (imagem 3/7). Acesso em: 22 jan. 2014.

urbanização e regularização dos núcleos existentes nas áreas de amortecimento que foram desafetadas do PESM. Os principais objetivos do Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar são os seguintes:

Restauração e conservação das funções ambientais de áreas inadequadamente ocupadas na região da Serra do Mar;

Adoção de medidas de prevenção aos riscos ambientais e de acidentes geotécnicos na Serra do Mar, bem como a eliminação dos riscos aos demais ecossistemas e à poluição dos mananciais regionais da Baixada, em especial o Rio Cubatão, e o complexo de manguezais do estuário;

Reassentamento habitacional, em bairros urbanizados, dos moradores das ocupações irregulares que deverão ser removidos, e urbanização das áreas de ocupação a serem consolidadas;

Articulação das ações habitacionais ao processo de gestão urbana, nas áreas de intervenção, com vistas à sustentabilidade socioambiental e econômica previstas na Agenda 21 do Município de Cubatão; e, finalmente,

Cumprimento de decisão judicial (processo nº 944/99), que determinou a erradicação, pelo Estado e Prefeitura municipal de Cubatão, dos assentamentos ilegais do PESM em Cubatão. (SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria Estadual da Habitação, CDHU. Relatório Programa Serra do Mar, fev. de 2008 in Plano de Reassentamento e Recuperação Urbana – PRRU/2009 – CT BR-T1117, p. 15).

Dessa forma, temos que nas áreas do Parque Estadual foi determinada a remoção total das edificações (erradicação da área e reassentamento da família), bem como nas situações de risco identificadas nos núcleos que tiveram as áreas desafetadas. Após a desocupação, as áreas serão recuperadas ambientalmente e reintegradas ao Parque Estadual da Serra do Mar e, para tanto, foi criado um plano de manejo.

Para as demais áreas, consideradas zonas de amortecimento do Parque e liberadas para a ocupação, foram elaborados projetos de urbanização e requalificação urbana, o que será detalhadamente tratado mais adiante.

Foi firmado um Acordo de Cooperação Técnica entre as Secretarias de Habitação e de Meio Ambiente com o BID para a elaboração de um Plano de Reassentamento e Requalificação Urbana (PRRU) para os núcleos de ocupação irregular do Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar em Cubatão (CT BR-T1117), com recursos de um fundo holandês.

Trata-se de um documento composto por 89 (oitenta e nove) páginas organizado em doze capítulos, divididos em três partes, assim agrupadas:

1. A primeira, que contém os capítulos sobre antecedentes, objetivos e características da população, contempla os diagnósticos gerais das áreas de intervenção e da população alvo, assim como as propostas do programa para resolver os problemas das ocupações e ameaças que afetam o PESM.

2. A segunda parte é a mais substancial por tratar do plano operativo para o reassentamento da população que será removida das áreas de risco e de conservação ambiental, da requalificação urbana das áreas remanescentes dos núcleos que permanecerão dentro da poligonal de amortecimento do Parque, e das ações de reabilitação e apoio social que contemplam todos os programas de sustentabilidade dos projetos implantados.
3. A terceira parte se relaciona com as ações de apoio ao PRRU e trata especificamente do plano de participação, de comunicação e dos mecanismos de controle externo do Plano. O plano de participação contempla vários mecanismos que atendem as diferentes etapas de implantação, inclusive um mecanismo de resolução de controvérsias para facilitar a gestão de possíveis conflitos que possam surgir com as comunidades (SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria Estadual da Habitação, CDHU. Relatório Programa Serra do Mar, fev. de 2008 in Plano de Reassentamento e Recuperação Urbana – PRRU/2009 – CT BR-T1117, p. 5).

No decorrer deste e do próximo capítulo serão abordados alguns aspectos apresentados no PRRU e seus desdobramentos práticos.

Do ponto de vista institucional, em 2007 foi assinado um Acordo de Cooperação Técnica com o Município de Cubatão para viabilizar as ações do Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar, bem como de outros dois programas também de ocupação irregular, quais sejam: Programa de Gestão Ambiental e Renovação Urbana Guará-Vermelho e Programa de Urbanização do Complexo da Vila Esperança.

Em 2009 foi publicado o Decreto 55.011/09 dispondo sobre a criação de uma Unidade de Gerenciamento atribuindo à Secretaria de Economia e Planejamento a implementação do Programa sob a denominação UGP – Serra do Mar.

A UGP direciona e coordena o trabalho das Secretarias de Meio Ambiente e de Habitação, representadas na prática pela Fundação Florestal e pela CDHU.

Na estrutura interna da CDHU, o Programa Serra do Mar é dividido em duas equipes:

- Equipe de Projetos e Obras – ligada à Superintendência de Projetos e Obras (SPO) e;
- Equipe de Trabalho Técnico Social – ligada à Superintendência de Ações de Recuperação Urbana (SARU).

Do ponto de vista social, os trabalhos técnicos foram divididos em duas vertentes, sendo elas: Remoção, Reassentamento e Urbanização e a Organização Comunitária e Desenvolvimento Sustentável.

A primeira lida com todo o processo que envolve a edificação, sua permanência ou retirada e a destinação e inserção da família na nova comunidade; e a segunda vertente atua com foco nos indivíduos, a fim de torná-los sujeitos de direitos capazes de escrever suas próprias histórias para utilizar os termos citados anteriormente.

3.1.1 ÁREAS DE ERRADICAÇÃO E REASSENTAMENTO

Como visto, as áreas de erradicação são aquelas que estão localizadas dentro da área do Parque Estadual da Serra do Mar e em locais de alto risco geotécnico e geológico.

Dos seis núcleos envolvidos no Programa, quatro deles estão nessas condições: Cotas 400/500, Cotas 95/100, Água Fria e Sítio dos Queirozes.

Em 2007 foi realizado o mapeamento da área, também denominado arrolamento das edificações. Nesta ocasião foram identificadas todas as edificações existentes, o uso de cada uma delas, se domiciliar, se comercial, misto, igrejas, escolas, unidade de saúde, associação entre outros. Foi realizada ainda pesquisa socioeconômica das famílias residentes para quantificar e traçar um perfil da comunidade.

Para efetivar o Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e evitar novas ocupações foi realizada parceria com a Polícia Ambiental do Estado de São Paulo a fim de conter novas ocupações. Para tanto, foi estipulado o “congelamento” logo após a “selagem” dos domicílios com a proibição de comercialização e recebimento de todo e qualquer material de construção por moradores dos bairros cota para evitar que houvesse a ampliação da área construída existente e novas moradias.

Segundo o PRRU, essa operação compreende três níveis de prevenção, a cargo do Comando de Policiamento Ambiental e do Comando de Policiamento do Interior, sediado em Santos:

- a) **Primária:** voltada para ações informativas e educativas;
- b) **Secundária:** já envolvendo ações policiais ostensivas tais como patrulhamento, controle de acesso e buscas direcionadas, e
- c) **Terciária:** lavratura de autos de infração ambiental, condução ao Distrito Policial, denúncia ao Ministério Público, apreensão de equipamentos e materiais, e embargos e suspensão de atividades. A fiscalização e o controle realizado pela Polícia Militar Ambiental se mantém de forma bastante ostensiva e eficiente, conseguindo manter sob controle a expansão das ocupações. (SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria Estadual da Habitação, CDHU. Relatório Programa Serra do Mar, fev. de 2008 in Plano de Reassentamento e Recuperação Urbana – PRRU/2009 – CT BR-T1117, p. 14).

Caso houvesse necessidade de uma reforma pontual na moradia, como troca de telhas, por exemplo, deveria ser solicitada autorização da Polícia Ambiental para a compra, transporte e colocação do material.

Com base nas informações do número de unidades habitacionais necessárias para atender a população residente nas edificações com necessidade de remoção foram estabelecidas as seguintes estratégias:

- construção de unidades habitacionais prioritariamente no município de Cubatão em três áreas: Residencial Rubens Lara – Jardim Casqueiro, Vila Harmonia – Bolsão VII e Parque dos Sonhos – Bolsão IX;
- construção de unidades habitacionais em outros municípios da Baixada Santista;
- aquisição pela CDHU de unidades construídas pela Caixa Econômica Federal, vinculadas ao Programa de Arrendamento Residencial (PAR) nas cidades de São Vicente, Praia Grande, Peruíbe e Itanhaém, na Baixada Santista e em São Paulo e na Região Metropolitana em Campo Limpo, São Bernardo e na cidade de Cotia;
- liberação de Carta Crédito para a compra de unidade habitacional diretamente pelo beneficiário em qualquer local do Estado de São Paulo. O beneficiário recebe um instrumento de garantia de crédito e de prazo de liberação dos recursos, que lhe habilita a assinar um termo de compromisso de compra com o proprietário do imóvel elegido;
- troca interna: metodologia utilizada pela Equipe Técnica Social oriunda do pacto de negociação entre as famílias e consiste em permitir que uma família que esteja em frente de remoção seja transferida para uma moradia dos bairros cota que esteja em área de permanência e urbanização e ceda o seu direito de aquisição de uma unidade habitacional nova à família que disponibilizou a casa para troca;
- bônus mudança: pagamento, em dinheiro, de um auxílio social, definido com base no valor correspondente aos gastos de mudança, podendo alcançar até 10 salários mínimos. Essa alternativa tem como público potencial as famílias que desejam mudar para outros estados da federação, locais em que a CDHU não pode atuar.

O Programa Serra do Mar foi concebido sob as novas diretrizes adotadas pela Secretaria da Habitação para os projetos habitacionais que buscaram facilitar o processo de atendimento dos diferentes segmentos sociais, respeitar os padrões culturais dos locais de intervenção, produzir unidades com diferentes tamanhos, tipologias construtivas e melhor acabamento.

As alterações propostas se relacionam principalmente com o conceito de construir novos bairros e não apenas conjuntos habitacionais isolados, o que, na prática, implica na construção de equipamentos sociais de serviços e lazer, na existência de áreas para comércio e serviços, no tratamento dos espaços públicos, arborização, paisagismo etc.

Com o intuito de facilitar o processo de remoção, foi planejada em Cubatão a construção de unidades habitacionais de dois e três dormitórios, dispostas em condomínios horizontais e verticais, com diferentes modelos de construção: edifícios com ou sem elevador, sobre pilotis ou não, casas sobrepostas, sobrados individuais e de uso misto (residencial e comercial).

As unidades são entregues com azulejo e piso cerâmico, elevação do pé direito, disponibilidade de vaga para autos, além de equipamentos que visam diminuir os custos dos serviços e contribuam para a sustentabilidade dos novos condomínios, tais como: energia solar para aquecimento de água, medidores individuais de água, revestimento externo impermeável (pastilha), no caso de edifícios e janelas mais amplas para aumentar a iluminação natural.

Os novos bairros representam 75% da destinação das famílias dos bairros cota. No que tange à localização, são afastados do centro da cidade, mesmo porque o estoque de terrenos no município de Cubatão é escasso e as características da cidade, com equipamentos industriais de grande porte também contribuem para a descontinuidade da trama urbana.

O Plano de Reassentamento e Recuperação Urbana (PRRU) assim descreveu os locais de destino:

Residencial Rubens Lara – Jardim Casqueiro: o bairro situa-se na porção meridional do município, na divisa com o Município de Santos. Tem uma ocupação consolidada, apresentando ainda grandes vazios intersticiais, um dos quais a ser ocupado pelo Residencial Rubens Lara. A ocupação atual é predominantemente residencial unifamiliar, com um setor industrial, de comércio e serviços assentado sobre a via local marginal à Via Anchieta e à interligação Anchieta-Imigrantes. A acessibilidade está restrita a um único acesso, no Km 58 da Via Anchieta, com viaduto de transposição para a pista ascendente da rodovia, dirigida para o centro urbano de Cubatão. O tráfego nesta interligação já está saturado nos horários de pico, sendo que o aumento de população em decorrência da implantação do empreendimento pode agravar as condições de acessibilidade ao conjunto. A construção de um novo acesso ao bairro já está sendo estudada pela Secretaria dos Transportes e deverá ser construído concomitantemente com as obras do Residencial.

Empreendimentos Habitacionais dos Bolsões 7 e 9: estes bolsões integram um conjunto de glebas que foram aterradas na década de 1970, na área compreendida entre as rodovias Anchieta, Imigrantes e Interligação Anchieta-Imigrantes. O projeto inicial previa uma série de bolsões circundando um lago artificial, mas apenas três foram concluídos, denominados Bolsões 7, 8 e 9. A região está afastada cerca de 5 km do centro de Cubatão. O bairro Jardim Nova República (Bolsão 8) conta com equipamentos institucionais (escola, creche e postos de saúde) e comércio local. (SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria Estadual da Habitação, CDHU. Relatório Programa Serra do Mar, fev. de 2008 in Plano de Reassentamento e Recuperação Urbana – PRRU/2009 – CT BR-T1117, p. 22)

As Figuras 16, 17 e 18 retratam as construções realizadas nos novos bairros em Cubatão:

Legenda : Construção de um novo bairro com arruamento planejado e projeto paisagístico. Fonte: Foto – Autoria desconhecida⁵.

Figura 16 - Residencial Rubens Lara

Legenda : Prédios sem elevador em pilotis com apartamento térreo e garagens e mais 4 pavimentos. No canto inferior direito observam-se os sobrados com uma casa sobreposta. Os sobrados são construídos com a garagem em frente ao imóvel e a cada dois sobrados há uma casa sobreposta com escada de acesso independente da entrada dos sobrados, cuja garagem se localiza em pequenos bolsões no meio das quadras. Todos possuem aquecimento solar. Fonte: Foto – Autoria desconhecida.

Figura 17 - Residencial Rubens Lara

⁵ Disponível em: <http://www.cobrape.com.br/det_noticia.php?id=145> (imagem 7/7). Acesso em: 22 jan. 2014.

Legenda : Construção de um novo bairro. Edificações de 2 e 3 dormitórios e diferentes tipologias. Fonte: Foto – Autoria desconhecida⁶.

Figura 18 - Parque dos Sonhos, Bolsão 9

As Figuras 19 a 24 demonstram os diferenciais do projeto de reassentamento para as famílias oriundas dos bairros cota, como os equipamentos de energia solar, as instalações individualizadas de água, luz e gás, as janelas mais amplas e os revestimentos cerâmicos.

Legenda : Estrutura instalada no telhado das edificações para gerar energia e economizar eletricidade. Fonte: Foto sem autoria.

Figura 19 - Aquecimento solar

⁶ Disponível em: <http://www.cobrape.com.br/det_noticia.php?id=145> (imagem 6/7). Acesso em: 22 jan. 2014.

Legenda : Condomínios com medição individualizada do consumo de gás (à esquerda) e do consumo de água (à direita). Fonte: Foto – Autoria desconhecida.

Figuras 20 e 21 - Ligações de gás e água

Legenda : Residencial Rubens Lara. Janelas amplas para favorecer a iluminação natural e melhorar a circulação de ar, revestimento cerâmico nos pisos e paredes e revestimento externo (pastilhas). Fonte: Foto – Autoria desconhecida.

Figuras 22, 23 e 24 - Amplitude de janelas e revestimentos cerâmicos

As Figuras 25 e 26 ilustram outras alternativas habitacionais destinadas às famílias que não aderiram às unidades da CDHU. A figura 25 retrata uma situação real de troca, em que a família que estava em frente de remoção permaneceu numa edificação da Cota 200 que está em área de urbanização concedendo seu direito de aquisição de unidade habitacional à família que tinha interesse de sair do bairro cota. Já a figura 26 apresenta uma aquisição por carta de crédito de um imóvel que estava à venda no mercado formal.

TROCA ENTRE FAMÍLIAS

Família em frente de remoção
PROCURA TROCA

Família em área de
permanência disponibilizou
casa para troca
Optou por nova UH

CH Andorinhas
Praia Grande

186 trocas realizadas
até abril de 2012

Legenda : Slide exemplificativo da situação de troca. Família em frente de remoção não possui condições ou não deseja sair dos bairros Cota realiza a troca e concede o seu direito de aquisição de unidade habitacional da CDHU a uma família da área de permanência e urbanização, passando a residir nesta casa e a família da casa da área de urbanização segue para a unidade destinada. Fonte: Slide – Autoria desconhecida.

Figura 25 - Troca de moradia

Casa Balneário Esmeralda - Praia Grande SP

Legenda : Slide exemplificativo da situação de aquisição por carta de crédito. Família buscou por conta própria imóvel cuja documentação estivesse completa dentro do valor estabelecido de acordo com seu poder aquisitivo, após vistoria e aprovação foi realizada a compra do imóvel. Fonte: Slide – Autoria desconhecida.

Figura 26 - Aquisição por carta de crédito

3.1.1.1 COTAS 400/500

A Cota 500 está localizada no km 45 da via Anchieta, possui acesso pela pista ascendente e apenas duas edificações. As famílias residentes fazem a manutenção das redes de captação de água do Projeto Água Limpa da Prefeitura Municipal de Cubatão, que abastece outros bairros da região. Pela dimensão e características, a ocupação não é considerada como um assentamento específico, sendo contada e caracterizada juntamente com a ocupação da Cota 400.

A Cota 400 está localizada no km 47/48 entre pistas descendentes e ascendentes da via Anchieta, sua ocupação data da implantação daquela rodovia pelo Departamento de Estradas e Rodagem (DER). Neste local foi erguido o acampamento para as obras resultando em núcleo consolidado com o passar dos anos.

Em 2007 o local foi mapeado com 217 edificações, atualizado para 231 edificações, condições de acessibilidade precárias com acesso às áreas de ocupação e retorno a partir das pistas da Rodovia Anchieta, principais vias asfaltadas, energia elétrica para parte das moradias e as demais com abastecimento irregular, água fornecida pelo Projeto Água Limpa, custeado pela Prefeitura de Cubatão, tratando-se um sistema muito vulnerável de mangueiras a céu aberto, sérios riscos de contaminação e sem qualquer captação de esgoto, sendo em sua totalidade liberado nos córregos ou nos terrenos próximos.

A Cota 400 possui ainda as seguintes descrições de acordo com o PRRU:

O bairro se caracteriza pelas condições geomorfológicas serranas, recortadas por talvegues que conformam microbacias com vertentes de alta declividade, alto índice de pluviometria, alta capacidade de transporte de material (blocos e rochas). As edificações estão, em sua maioria, assentadas sobre depósitos de coberturas detríticas que chegam a 20m de espessura, em algumas situações, recobertos por bota-foras lançados durante a construção da Via Anchieta, que conformam áreas mais aplainadas e mais densamente ocupadas (SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria Estadual da Habitação, CDHU. Relatório Programa Serra do Mar, fev. de 2008 in Plano de Reassentamento e Recuperação Urbana – PRRU/2009 – CT BR-T1117, p. 8).

A Cota 400 contava com uma escola municipal de Ensino Fundamental I, transporte coletivo com ponto de parada na Rodovia Anchieta e coleta de lixo por pontos com caçambas nos locais de mais fácil acesso.

Os moradores locais criaram e se organizaram em torno da Sociedade de Melhoramentos do núcleo, a SOMEC 400.

No PRRU há a descrição do resultado do laudo do IPT, que concluiu se tratar de situação potencial de alto risco, ressaltando os pontos do sistema viário com risco de acidentes com cargas perigosas, atropelamentos, altos níveis de ruído e emissões gasosas, do risco de acidentes com a flora e fauna, da infraestrutura precária com incidência de doenças de veiculação hídrica e de incêndio pela situação irregular de energia, dos riscos de escorregamentos em períodos de chuvas intensas.

Por todos os motivos expostos, a área, que havia sido palco do início das obras da Rodovia Anchieta, foi indicada como de erradicação total com a devida remoção das famílias.

Com famílias moradoras há duas, três gerações não é difícil imaginar que este foi o núcleo com maior resistência ao Programa Serra do Mar, apresentando grande dificuldade na adesão às novas moradias.

3.1.1.2 COTA 95/100

A Cota 95/100 está localizada na pista ascendente da Rodovia Anchieta, em área desafetada do Parque Estadual da Serra do Mar. Segundo o PRRU a desafetação ocorreu em 1994, porém a ocupação continuou se expandindo para áreas fora da desafetação aproximando-se das altas vertentes, áreas de cursos d'água que deveriam ser protegidas e ainda para áreas de alto risco geotécnico com a ocupação de terrenos altos na proximidade da Rodovia Anchieta.

No mapeamento realizado em 2007 o núcleo foi identificado contendo 1.037 edificações, atualizado para 1.073 edificações, não possui interligação viária entre si, é entrecortado pela Rodovia Anchieta, a rede de energia atende parcialmente a população, a água é do Projeto Água Limpa e não há esgotamento sanitário. Poucos locais possuem espaço para tráfego de veículos, a maior parte é constituída por acessos menores, escadas e vielas. Há muitas rochas e algumas moradias são construídas sobre e ao lado delas, utilizando-as como solo ou parede. Não há equipamentos públicos. A população utiliza a escola e a unidade de saúde localizadas no Pinheiro do Miranda.

De acordo com o PRRU as descrições da Cota 95/100 são as seguintes:

Seu perímetro, de aproximadamente 27 ha, se caracteriza por ser recortado por inúmeros talwegues em vales encaixados, com declividades acentuadas, que também predominam nas altas vertentes, locais de ocupação com padrões mais precários. As

primeiras ocupações datam da construção da via Anchieta, verificando-se maior adensamento com a construção da primeira pista da rodovia dos Imigrantes, com novos trabalhadores trazidos pelas empreiteiras, que se instalaram no local e lá permaneceram após sua desmobilização em 1.976. (SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria Estadual da Habitação, CDHU. Relatório Programa Serra do Mar, fev. de 2008 in Plano de Reassentamento e Recuperação Urbana – PRRU/2009 – CT BR-T1117, p. 9).

Primeiramente esta gleba foi considerada como área de urbanização. No entanto, com o início das remoções e consequente demolição das edificações e início das obras de contenção e urbanização ocorridas entre 2009 e 2012, foi verificada a desestabilização do terreno e o risco de escorregamentos aumentou consideravelmente resultando na revisão do projeto e decisão pactuada com comunidade de erradicação da área.

3.1.1.3 ÁGUA FRIA

A Água Fria é um núcleo totalmente inserido na área do Parque Estadual da Serra do Mar, está localizado na margem direita do rio Cubatão e enfrenta constantes enchentes em períodos de chuvas intensas.

O mapeamento realizado em 2007 identificou 1.352 edificações, atualizado para 1.415 edificações, em uma área sem pavimentação, com iluminação pública na via principal, energia elétrica, telefonia e coleta domiciliar de lixo nas áreas mais acessíveis. Nas demais, os sistemas são irregulares e o lixo coletado por caçambas. Não há rede de esgoto, nem equipamentos públicos de educação ou saúde.

A ocupação antiga era constituída, principalmente, de sítios voltados à produção de bananas. Com a instalação da Cia. Santista de Papel S.A., na década de 1910, foram atraídos novos moradores, passando a região a ser conhecida como Companhia Fabril de Cubatão. (...) A rede pública de abastecimento de água é parcial (SABESP), sendo complementada por um sistema gerido pelos próprios moradores (SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria Estadual da Habitação, CDHU. Relatório Programa Serra do Mar, fev. de 2008 in Plano de Reassentamento e Recuperação Urbana – PRRU/2009 – CT BR-T1117, p. 9).

No local há atuação de uma Sociedade de Melhoramentos (SOMEC Água Fria) e lideranças políticas. Parte da população é extremamente reivindicativa e, assim como na Cota 400, ocorreram algumas manifestações e resistências ao Programa.

3.1.1.4 SÍTIO DOS QUEIROZES

O Sítio dos Queirozes é uma ocupação lindeira à Rodovia Padre Manoel da Nóbrega e está inteiramente em área do PESM. É o menor e mais precário núcleo com 152 edificações, atualizado para 168 edificações. Não possui equipamentos públicos, nem infraestrutura. A água é captada e distribuída pelos próprios moradores, a energia elétrica é irregular, não há rede de esgoto, nem iluminação pública.

O acesso de veículos se dá somente na saída da Rodovia e entrada do núcleo, as construções foram erguidas num caminho que se estreita continuamente. Há riscos de acidentes, atropelamentos e contaminação por cargas perigosas em virtude da proximidade com a Rodovia.

O início se deu com um loteamento irregular datado da década de 1970 e é o local com maior número de novas ocupações após o início do Programa.

3.1.2 ÁREAS DE PERMANÊNCIA E URBANIZAÇÃO

As áreas dos bairros cota que não se encontram sob proteção ambiental ou riscos geológicos, geotécnicos, tecnológicos e outros são passíveis de consolidação após urbanização com implantação de infraestrutura e posterior regularização fundiária.

Para o desenvolvimento do Programa Serra do Mar foi realizado um Projeto Básico, necessário para entender as necessidades e possibilidades da área e para a realização da licitação das empresas que executarão os serviços. No decorrer dos trabalhos e com o acompanhamento dos moradores, como veremos mais adiante, foi elaborado o Projeto Executivo de acordo com a realidade local e contribuição da comunidade.

Neste caso, os principais critérios se pautaram pelas condições de acessibilidade e trafegabilidade do local. Há muitas entradas e saídas ligadas diretamente à Rodovia Anchieta, o que representa risco aos moradores e aos usuários da rodovia. Assim, tais acessos devem ser restritos e realizados com segurança com a criação de transposição em desnível (viaduto, passagem inferior etc.). O Programa previu ainda a implantação de uma via perimetral separando a área do Parque Estadual da área urbanizada a fim de facilitar a fiscalização para dificultar novas ocupações.

De acordo com o PRRU os Projetos Básicos de Urbanização contemplaram:

A requalificação do sistema viário, (...), propiciando acesso a todas as edificações, mesmo que apenas por vias de pedestres, com abertura e distribuição de vias passíveis de receberem veículos de maior porte de forma a atender todos os setores de ocupação (coleta de lixo, ambulância, bombeiro etc.). A este sistema viário estão associadas às redes de infraestrutura básica (energia, drenagem, abastecimento de água, e esgotamento sanitário);

A execução de obras de contenção, onde necessário, e a implantação de plantios de proteção em taludes de corte e aterro;

A implantação de áreas verdes e de lazer, mirantes, equipados com mobiliário urbano e arborização;

A implantação de edificações destinadas a usos institucionais e comunitários, previstos com tipologias que permitem sua adequação a usos diversificados, em função de demandas a serem definidas com a comunidade e com a Prefeitura Municipal (Escola, Creche, Posto de Saúde, Posto Policial, Centro Comunitário e outros) (SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria Estadual da Habitação, CDHU. Relatório Programa Serra do Mar, fev. de 2008 in Plano de Reassentamento e Recuperação Urbana – PRRU/2009 – CT BR-T1117, p. 17).

Nos núcleos em que a área foi desafetada permitindo a urbanização, somente ocorrerão remoções se estiverem:

(...) em áreas de risco muito alto (R4 e R3) e/ou que demandam soluções de contenção de alto custo;

Na faixa de proteção dos cursos d'água, foi liberado espaço de, no mínimo, 15m em cada margem, conforme legislação de proteção às Áreas de Preservação Permanente em áreas urbanas já ocupadas;

Na faixa de domínio de linhas de transmissão, foi liberado espaço total de 16m, conforme definição da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL);

Na faixa de domínio da Via Anchieta, as áreas liberadas compreendem 30m de recuo das margens da rodovia;

Os critérios de remoção incluíram também os casos necessários à viabilização das intervenções propostas, principalmente no que se refere à adequação do sistema viário (SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria Estadual da Habitação, CDHU. Relatório Programa Serra do Mar, fev. de 2008 in Plano de Reassentamento e Recuperação Urbana – PRRU/2009 – CT BR-T1117, p. 17).

3.1.2.1 COTA 200

A Cota 200 está localizada no km 50 da Rodovia Anchieta em área desafetada do Parque Estadual de acordo com a Lei 8.976/94 e conta com 2.132 edificações, sendo que 771 estão em áreas passíveis de urbanização e regularização e as outras 1.361 necessitam de remoção pelo fato do núcleo ter crescido além do limite da desafetação, principalmente se aproximando das vertentes ou por estar em áreas de risco geotécnico com situações de risco

muito alto, tendo em vista a declividade do terreno, as inúmeras drenagens que recortam a gleba e a instabilidade prevalecente.

Os dados atuais são de 2.218 edificações, sendo 767 de urbanização e 1.404 de remoção. A diferença é explicada pela CDHU como sendo de edificações de uso totalmente comercial, entidades associativas e religiosas, edificações vagas, fechadas ou em construção, bem como aquelas ocupadas por famílias que não atendem aos critérios de atendimento habitacional da CDHU, como moradores que já tenham sido atendidos anteriormente pela CDHU, os chamados ex-mutuários.

A ocupação se estende ao lado das pistas ascendente e descendente e ainda na região entre as vias.

Conforme o PRRU, a Cota 200

(...) também se constituiu a partir das obras da Via Anchieta, tendo o DER construído alojamentos e casas para seus funcionários, além de oferecer serviços como transporte gratuito, escolas, energia elétrica, saneamento básico, assistência médica. Com o término das obras, o DER desativou esses serviços, mas permitiu (informalmente) a permanência dos antigos ocupantes, que passaram à situação de desempregados ou trabalhadores temporários em outras obras do DER e na manutenção da Anchieta.

Com a construção do pólo industrial e da rodovia dos Imigrantes, verificou-se forte adensamento da ocupação original, tendo seus habitantes desenvolvido uma tradição de lutas reivindicatórias para a obtenção de serviços básicos. Dessa forma foi obtida a rede de energia elétrica que atende parcialmente a população local, iluminação pública nos caminhos principais, rede de telefonia, transporte coletivo e pontos de coleta de lixo (sistema de caçambas, pois as deficiências do sistema viário local não permitem a circulação de caminhões) (SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria Estadual da Habitação, CDHU. Relatório Programa Serra do Mar, fev. de 2008 in Plano de Reassentamento e Recuperação Urbana – PRRU/2009 – CT BR-T1117, p. 8).

Cota 200 conta com serviços de educação municipal e estadual e saúde que atende os cerca de 6.000 moradores locais. Não existe rede de esgoto, a água também é abastecida pelo Projeto Água Limpa com toda a precariedade já listada anteriormente e em 2007 já foi identificada a existência da Sociedade de Melhoramentos (SOMECA 200), como mostra a figura 27.

Legenda : Abastecimento precário de água com riscos de contaminação e constantes problemas de vazamentos, tendo em vista a exposição das mangueiras. Fonte: Slide – Autoria desconhecida.

Figura 27 - Cota 200 - abastecimento de água – Projeto Água Limpa

3.1.2.2 PINHEIRO DO MIRANDA

O núcleo está localizado entre os km 52 e 53 da pista descendente da Rodovia Anchieta e conta com 2.289 edificações, sendo que 1.076 estão em área de remoção e 1.213 em área de urbanização, conforme dados de 2007. Atualmente os dados são de 2.420 edificações, sendo 1.098 de remoção e 1.270 de urbanização. Assim como na Cota 200, a diferença é explicada pela CDHU como sendo de edificações de uso totalmente comercial, entidades associativas e religiosas, edificações vagas, fechadas ou em construção, bem como aquelas ocupadas por famílias que não atendem aos critérios de atendimento habitacional da CDHU, como moradores que já tenham sido atendidos anteriormente pela CDHU, os chamados ex-mutuários.

A gleba foi desafetada em 1994 pela Lei 8.976 e pertence em grande parte ao Estado de São Paulo. Porém há um trecho que pertence à Companhia Santista de Papel, uma das indústrias pioneiras no município, num segmento de bairro denominado Fabril.

É o núcleo mais consolidado dos bairros cota, possui serviços de educação municipal e estadual, saúde, rede de água da SABESP para aproximadamente metade do núcleo, sendo a

outra parte abastecida por serviço municipal ou de maneira irregular com captação direta. Não há rede de esgoto, como demonstra a figura 28, o transporte público se dá nas vias principais, tendo até um ponto de parada e manobra dos ônibus em área larga e próxima à Anchieta. A principal via é lindeira à faixa de oleoduto da Petrobrás que corta a área de norte a sul, possui coleta de lixo na via principal, coleta por caçamba nas demais e nos locais de difícil acesso a deposição do lixo é aleatória. A iluminação pública só alcança as ruas centrais.

Podemos considerar as características do núcleo com a divisão de três grandes áreas, Pinheiro do Miranda, Fabril e o trecho denominado Grotão como descreve o PRRU:

(...) a ocupação iniciou-se em áreas planas da Companhia e estendeu-se até a encosta da Serra, onde se localizam as ocupações mais recentes. O primeiro apresenta topografia pouco acidentada e tem predomínio de moradias em alvenaria numa tipologia de ocupação adensada, sem vazios intersticiais. A faixa de domínio de oleoduto da Petrobrás, orientada norte-sul, delimita a ocupação a leste, constituída pelo setor Fabril, este também com declividades baixas e predomínio de domicílios em alvenaria. As vias principais desses dois setores são pavimentadas, permitindo o acesso de veículos particulares e de serviços; a maior parte das vielas e becos é também pavimentada. (...) O terceiro setor é o mais recente, representando uma expansão do bairro no sentido oeste, nas vertentes do córrego do Grotão, em locais com declives acentuados. Este último setor tem condições de ocupação mais precárias, com menor proporção de domicílios em alvenaria, predominando domicílios em madeira aproveitada e material improvisado. As condições de acessibilidade são restritas (SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria Estadual da Habitação, CDHU. Relatório Programa Serra do Mar, fev. de 2008 in Plano de Reassentamento e Recuperação Urbana – PRRU/2009 – CT BR-T1117, p. 9).

Como se pode perceber a divisão em três áreas se reflete no tempo de ocupação, nas características da moradia e no perfil socioeconômico das famílias residentes.

A área do Grotão enfrenta todo tipo de precariedade e ainda risco geológico e geotécnico classificado como R4.

Legenda : Imagem de uma das principais áreas da Fabril no Pinheiro do Miranda. Não há captação de esgoto, sendo os dejetos lançados diretamente nas drenagens. Fonte: Foto - Autoria desconhecida.

Figura 28 - Pinheiro do Miranda - esgoto lançado nas drenagens

3.2 A DINÂMICA DO TRABALHO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS ENVOLVIDAS

Em muitos dos projetos habitacionais desenvolvidos em nosso país, o setor de projetos e obras tem papel preponderante na execução e implantação dos trabalhos.

No entanto, como mencionado na introdução, após pouco mais de uma década de atuação social na área da habitação é possível destacar a importância do trabalho social com as famílias envolvidas para que ocorra o sucesso da empreitada. É possível afirmar ainda que não há dicotomia entre a obra e o trabalho social e este não pode ser apenas um serviço de apoio àquele.

A atuação da equipe social envolve diversas etapas, entre elas o planejamento, a gestão, articulação e integração das ações públicas, supervisão, monitoramento e avaliação. Para alguns, pode ser que a equipe social seja vista como desnecessária no processo de construção ou requalificação de moradias e áreas inteiras, ou ainda, que seja necessária apenas

nos momentos de “conversar” com os moradores, identificados muitas vezes como portadores de notícias e recados, desvalorizando as profissões envolvidas na equipe e mitigando um trabalho com alto potencial de articulação para o resultado.

Porém, o trabalho social deve ser considerado como componente indissociável na política habitacional, ainda mais na urbanização de comunidades.

Equipes sociais multidisciplinares, preparadas e qualificadas são um fator de sucesso em programas habitacionais e devem ter como diretriz a melhoria da qualidade de vida das pessoas, a defesa dos direitos sociais, do direito à moradia, à cidade, o fomento à participação comunitária e a organização da população, buscando a articulação e a intersetorialidade no fortalecimento da comunidade.

O trabalho social (TS) é composto por uma multiplicidade de profissionais, tais como: assistentes sociais, sociólogos, pedagogos, psicólogos, educadores ambientais, arquitetos, geógrafos, comunicadores sociais entre outros.

E é o olhar social que pautará os rumos do sucesso da intervenção de um projeto habitacional porque o trabalho se delineia pela participação da comunidade e para isso vários caminhos podem ser traçados, desde que a inserção da comunidade na tomada de decisões seja garantida.

A participação é um preceito basilar para o desenvolvimento da comunidade, que facilita o processo de interação sociedade-poder público e permite a busca de soluções que atendam a demanda do lugar.

Muttemberg (2011) discute a relação da participação do ponto de vista dos atores envolvidos na discussão destacando os saberes da comunidade e dos técnicos que possibilitam a discussão.

Participar é fazer em conjunto unido a alguém e não fazer algo para alguém. Há aqui uma considerável diferença. Rubem Alves (1981) já dizia que o que diferencia o senso comum da ciência é o saber aprender porque as pessoas que conhecem as soluções que já foram dadas por outros são mendigos permanentes.

O fazer com alguém permite que o cidadão participe, pense, reflita e auxilie a criar, a inventar uma nova alternativa e “pessoas que aprendem a inventar soluções novas são aquelas que abrem portas até então fechadas e descobrem novas trilhas. A questão não é saber uma solução já dada, mas ser capaz de aprender maneiras novas de sobreviver” (ALVES, 1981, p. 15).

Assim temos que a participação não pode ser a simples presença, um número a mais para garantir a adesão às decisões tomadas por outros. A participação comunitária que se

deseja é pautada pelo compromisso seguindo a definição de Montero que une a consciência, o sentimento de responsabilidade, a obrigação e o respeito pelo trabalho e objetivos do grupo “que conduce a la persona a acompañar, actuar y responder ante ellos por las acciones llevadas a cabo” (MONTERO, 2004, p. 236).

A autora afirma ainda que é possível evitar a polarização dos membros de uma comunidade quando, sem desprender-se das ideias políticas que individualmente se tenham, a participação comunitária é orientada pelo compromisso com o coletivo e com seus interesses porque a participação por si mesma não é boa ou má, tudo depende dos valores e da concepção ética dessa participação (MONTERO, 2004).

No Programa Serra do Mar a dinâmica do trabalho social concentra um conjunto de ações que expressam, fundamentalmente, as principais diretrizes do Programa:

- Promoção da sustentabilidade socioambiental e econômica das famílias.
- Melhoria das condições de vida e habitabilidade da população.
- Desenvolvimento da gestão social e fortalecimento da organização comunitária.

Para atingir as diretrizes, o PRRU desenvolveu seis premissas para orientar a execução do Programa, são elas:

- a) Possibilitar o atendimento habitacional a todas as famílias cadastradas nas áreas de intervenção do Programa, independentemente da situação de ocupação, garantindo a segurança jurídica dos instrumentos de acesso aos imóveis residenciais;
- b) Implantar projetos de educação socioambiental, de geração de trabalho e renda, de treinamento e capacitação profissional e desenvolvimento comunitário, orientados a possibilitar maior sustentabilidade aos projetos específicos implantados;
- c) Evitar maiores riscos de empobrecimento da população e contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade social, econômica e ambiental das áreas de requalificação urbana e de reassentamento;
- d) Possibilitar pluralidade de alternativas para atender às diferentes situações sociais existentes e garantir, sempre que possível, um processo orientado de livre adesão às opções disponíveis no Programa;
- e) Estabelecer critérios de prioridades para situações em que o número de interessados por determinada tipologia for maior que as unidades disponíveis;
- f) Implantar mecanismos de participação social da população, estruturados e organizados de forma a facilitar a construção de um processo interativo de comunicação e de definição de ações do programa (SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria Estadual da Habitação, CDHU. Relatório Programa Serra do Mar, fev. de 2008 in Plano de Reassentamento e Recuperação Urbana – PRRU/2009 – CT BR-T1117, p. 40).

Assim, é possível evidenciar que a experiência do trabalho social que acompanha a política habitacional desenvolvida no Brasil já comprovou que não bastam as mudanças físicas ocorridas no espaço, há também que se possibilitar que tais mudanças atinjam efetivamente as condições de vida das pessoas.

Seguindo essas premissas, a equipe social responsável pela execução das ações sociais diretamente voltadas aos núcleos populacionais inseridos no programa, desenvolveu atividades em consonância com as propostas previstas para cada etapa de trabalho:

- Etapa I – Caracterização da ocupação e socioeconômica da população.
- Etapa II – Elaboração do Diagnóstico socioeconômico/Mobilização e organização comunitária.
- Etapa III – Implantação dos projetos de sustentabilidade socioeconômicos e ambientais.
- Etapa IV - Acompanhamento dos Projetos e obras de urbanização e de reassentamento habitacional.

O Programa Serra do Mar possui um marco divisório na gestão do trabalho social: de 2007 a novembro de 2009 a equipe social estava subordinada à Superintendência de Projetos Especiais da CDHU e de dezembro de 2009 aos dias atuais a subordinação e diretrizes de trabalho são pautadas pela Superintendência de Ações de Recuperação Urbana da CDHU.

A primeira fase do trabalho social, que compreendeu de 2007 a novembro de 2009, conteve apenas informações das etapas executadas sem a apresentação da mensuração quantitativa.

Todos os dados coletados são explicitados sem, a princípio, analisar se a informação se trata de mera interação entre moradores e equipe técnica ou se representam participação no programa de fato. A interação/participação também poderá ser denominada atendimento e será melhor trabalhada no comparativo realizado no item 4.2.3.

O primeiro passo foi dado ainda em 2007 com a etapa de Preparação da Intervenção que consiste em planejar as ações, elaborar os instrumentais e materiais de apoio, realizar contatos com lideranças locais, estabelecer presença institucional em campo para criar o Pacto Social.

A seguir, foi realizado o Diagnóstico Social que engloba o arrolamento, que é a contagem, selagem, identificação e mapeamento das edificações, foram coletados dados para realizar a caracterização socioeconômica das famílias e a caracterização da ocupação, indicando seu respectivo uso (residencial, comercial, misto, religioso, associação, vago, em construção ou outros).

Durante a etapa de preparação foram identificadas as lideranças comunitárias para a apresentação e integração das equipes de campo e esclarecimentos sobre a natureza do trabalho e sua vinculação com o Programa. Também foi realizada uma ampla mobilização da

população, com informativos sobre os procedimentos e documentação necessária para o cadastramento das famílias. Esse início demarcou uma estratégia de envolvimento e participação da população que tem pautado todas as ações sociais desenvolvidas nas áreas de intervenção.

O Cadastramento e a Pesquisa Socioeconômica, com a caracterização das edificações e das famílias deram origem a um banco de dados que organizou as informações necessárias para formular os planos de intervenção. Na sequência, foi elaborado o diagnóstico socioeconômico com a realização de oficinas de diagnóstico, pesquisa amostral para aprofundar as informações da pesquisa censitária e caracterização sócio-organizativa, segundo informações do PRRU realizado em 2009.

Desde o início das primeiras atividades, a equipe social centrou especial atenção à população pertencente aos núcleos na área de abrangência do Programa, despendendo esforços no sentido de dar início ao processo de relacionamento com a comunidade, bem como promover o estreitamento das relações através do estabelecimento de um canal de comunicação firmado entre empreendimento e população.

Nestes termos, o princípio orientador foi a disseminação das informações, visando o fortalecimento da imagem do Programa, a confiabilidade dos moradores frente ao trabalho desenvolvido, com ênfase no bom relacionamento entre todos os atores envolvidos, e posteriormente, embasadas no foco da participação, estimular o envolvimento da população em todas as etapas, reforçando a transparência do processo, a consistência do planejamento, a clareza dos objetivos, a integração dos atores e a probabilidade de êxito.

Foram implantados Escritórios de Apoio Técnico (EAT) nas áreas de intervenção a fim de facilitar a comunicação com as áreas atendidas, sendo um na Cota 200 para atender a população das Cotas 200 e 400/500, outro no Pinheiro do Miranda para atender este núcleo mais a Cota 95/100 e outro na Água Fria para atender este e o Sítio dos Queirozes. A base central de atendimento, primeiramente se localizava no centro de Cubatão e posteriormente em espaço cedido dentro da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (EMAE), Usina Henry Borden, localizada no sopé da Serra do Mar próximo ao núcleo Pinheiro do Miranda – Fabril.

Na etapa seguinte, denominada Promoção da Participação Popular foi realizada a mobilização da população com a equipe técnica social socializando informações a respeito do PESH, reuniões com representantes e lideranças comunitárias para apresentação e discussão das etapas de intervenção e formação de comissões, que na primeira etapa do trabalho social até novembro de 2009 foi denominada de Grupo Gestor e na segunda e atual etapa, sob a

responsabilidade da Superintendência de Ações de Recuperação Urbana (SARU), foi denominada Agentes Comunitários.

Embora o PESM tenha dimensão intersecretarial no Governo do Estado, a alteração de gestão da equipe social ocasionou mudanças na condução do trabalho técnico social, na abordagem e implantação do Programa.

Por três anos tive a oportunidade de atuar como Técnica Social Plena e posteriormente como Sênior no Programa Serra do Mar, por meio de uma empresa terceirizada que presta serviços à CDHU, o que ocorreu de outubro de 2009 a outubro de 2012, acompanhando as alterações na forma de trabalho.

Há diversas formas de se conduzir um trabalho social, não há fórmula ou receita pronta que garanta o sucesso, vários caminhos podem ser trilhados e nos eixos centrais o trabalho seguiu o mesmo, mas a principal alteração foi a mudança de foco que garantia atendimento habitacional.

Como mencionado, os trabalhos em campo se iniciaram em 2007, porém a efetiva destinação de atendimento e equacionamento para as primeiras remoções começou a se dar em dezembro de 2009 e início de 2010, ou seja, após dois anos do arrolamento ou selagem das edificações.

Anteriormente mencionava-se “família cadastrada”, o que significava que o compromisso de atendimento habitacional estava vinculado à família que respondeu a pesquisa econômica em 2007. Os domicílios identificados para remoção tiveram o nome de seus responsáveis publicados, inclusive no site da CDHU, onde ainda se encontram⁷.

O transtorno decorrente foi inevitável porque, embora a área estivesse “congelada” muitas famílias alteraram sua situação, saíram dos bairros cota porque venderam a edificação, alugaram, cederam, outros romperam os laços familiares, seja entre casais ou grupos de irmãos, outros faleceram, enfim diversas situações em que a pessoa que respondeu como titular em 2007 não estava mais na moradia em 2009.

A equipe social precisava trabalhar com o atendimento dicotomizado, por um lado aqueles que haviam saído dos bairros cota e compareciam aos Escritórios de Atendimento Técnico para saberem notícias sobre quando ficaria pronta sua unidade habitacional e onde seria, uma vez que tinham a certeza de serem contemplados, já que seu nome constava até no

⁷ Ver os links:

<http://www.habitacao.sp.gov.br/secretariahabitacao/downloads/serra_do_mar/remocao-cota200.pdf>;
<http://www.habitacao.sp.gov.br/secretariahabitacao/downloads/serra_do_mar/remocao-cota95-100.pdf>;
<http://www.habitacao.sp.gov.br/secretariahabitacao/downloads/serra_do_mar/remocao-pinhall-do-miranda.pdf>.

site da CDHU e, por outro, o atendimento das pessoas que estavam dentro da edificação que deveria ser demolida pela imposição judicial apresentada (áreas de proteção do PESH) ou risco iminente (laudo do IPT).

A nova diretriz de trabalho social se pautou em “edificação arrolada” em 2007, o que resulta em enorme diferença na condução do trabalho. Necessidades habitacionais, tanto os que haviam saído quanto os que residem nos bairros cota possuem, no entanto, o programa trata da recuperação socioambiental da Serra do Mar e deve desocupar e restituir a área à natureza.

Aqueles que por qualquer motivo deixaram os bairros cota não carregam com si o direito ao atendimento, tendo em vista que este está ligado à edificação. Assim, não importa se o nome do responsável é o mesmo de 2007, terá atendimento a família que estiver residindo na edificação que será demolida.

Por óbvio, essa tramitação não é automática. A Equipe Social busca evitar engodos. Todas as vezes que casos de alteração são identificados o processo de adesão é interrompido para tramitar como “Estudo de Caso” e a veracidade das informações, bem como o entendimento de todo seu contexto é verificado em campo, na própria moradia e com a comunidade do entorno.

Esta foi a principal alteração no trabalho, mas ocorreram inúmeras outras no marco divisório do trabalho social. A primeira etapa, assim será denominada a etapa de 2007 a novembro de 2009, será apenas mencionada em algumas ocasiões, sendo apresentados todos os indicadores, quantificações e qualificações dos trabalhos sociais da segunda etapa, de dezembro de 2009 aos dias atuais.

Desde a primeira etapa, buscou-se conquistar um bom relacionamento da equipe social com os moradores e líderes das comunidades, o que foi construído ao longo do tempo e que representa um grande facilitador na condução do trabalho e na aceitação do Programa, contribuindo também nas ações relativas ao trabalho de mobilização e organização da comunidade.

A participação na primeira etapa se dava sob a nomenclatura de Grupos Gestores formados por lideranças formais e informais, agentes comunitários e moradores de cada área, vistos como instrumentos de participação comunitária, instituídos para acompanhar a elaboração e implantação do Programa e tinha como objetivo o estabelecimento de uma relação de confiança e transparência, que garantisse um processo participativo legítimo, um canal permanente de discussão junto aos grupos já constituídos com o intuito de compartilhar

responsabilidades, envolvendo os diferentes atores sociais e considerando as diversidades das comunidades da Serra do Mar.

O investimento na auto-organização das comunidades e na sua autonomia busca desenvolver e institucionalizar formas de cooperação e integração, contribuindo para que os moradores assumam-se como protagonistas e gestores integrados ao processo, bem como canalizar e reduzir conflitos.

Segundo o PRRU, a primeira etapa do trabalho social foi estruturada em três frentes de atuação: informação/comunicação, mobilização/organização e relações interinstitucionais. A informação e comunicação foi alicerçada no funcionamento dos escritórios locais (EATs) e em plantões e visitas domiciliares; a mobilização e organização por meio da formação e fortalecimento dos Grupos Gestores e; as relações interinstitucionais pelo envolvimento de outras instituições públicas ou privadas para o desenvolvimento conjunto das ações vinculadas ao Programa.

O trabalho social é dinâmico e o próprio documento que referencia o Programa (PRRU) assim reconhece e realiza uma análise do que foi implantado na primeira etapa:

(...) os bairros que compõem a área de intervenção possuem uma estrutura de organização que congrega as Sociedades de Melhoramento e vários grupos de base religiosos, esportivos e culturais, além de organizações políticas e grupos ligados a atividades ilícitas. Esse contexto é bastante complexo e exige técnicas elaboradas de abordagem. A análise comparativa da situação existente e o avanço verificado com relação à organização dos Grupos Gestores demonstram a pertinência da metodologia e dos conceitos aplicados pelo menos nessa etapa de trabalho. O contexto social é dinâmico e pode requerer ajustes ao mecanismo de participação proposto, mas pode-se considerar que o Programa já conta com uma base inicial de organização estabelecida e um conceito de trabalho social consolidado (SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria Estadual da Habitação, CDHU. Relatório Programa Serra do Mar, fev. de 2008 in Plano de Reassentamento e Recuperação Urbana – PRRU/2009 – CT BR-T1117, p. 60).

Na segunda etapa do trabalho social, além da mudança de foco de atendimento citada anteriormente, optou-se por alterar a representatividade da comunidade ampliando a consulta à comunidade, elegendo novas pessoas para se somarem a antigas lideranças locais, desde que estivessem dispostas a permanecer como canal de ligação e participação.

Para tanto as novas linhas de trabalho se dividiram em duas vertentes:

- Remoção, Reassentamento e Urbanização e
- Organização Comunitária e Desenvolvimento Local.

A primeira lida com todo o processo que envolve a edificação, sua permanência ou retirada e sua inserção na comunidade; e a segunda vertente atua com foco nos indivíduos, a fim de torná-los sujeitos de direitos capazes de escrever suas próprias histórias.

Os trabalhos se iniciaram com uma ampla apresentação do Programa Serra do Mar e as definições de trabalho nas áreas em que inicialmente haveria urbanização (Cota 200, Pinheiro do Miranda e, a princípio, Cota 95/100, na qual hoje há a indicação de erradicação). Essas áreas somavam 5.458 domicílios, sendo que 2.410 poderiam permanecer na área e para alcançar a todos foram realizadas 41 reuniões com a presença de cerca de 1.800 moradores das áreas de urbanização, não importando se a edificação em que residiam seria demolida ou preservada. Foi efetuada também a eleição de 211 Agentes Comunitários, o que será melhor descrito nos itens que se seguem.

Esses dados foram fornecidos pela Superintendência de Ações de Recuperação Urbana da CDHU, setor responsável pela criação e implantação desta metodologia de trabalho social. Os números são da aqui denominada segunda fase do trabalho social e correspondem ao período de dezembro de 2009 a dezembro de 2013, totalizando 4 anos de intervenção, embora o PESM tenha se iniciado em 2007, como já explicado.

No momento seguinte, as ações sociais foram voltadas para o Suporte à Intervenção e foram realizadas as identificações, atualizações e análise dos setores de remoção, o equacionamento do grupo alvo com consultas e atendimentos individuais às famílias do reassentamento, as reuniões de escolha/sorteio da nova moradia, o encaminhamento para a comercialização das unidades habitacionais, a preparação das famílias para a mudança e o acompanhamento da remoção. Essas ações são praticadas a cada novo grupo alvo, uma vez que remoções com proporções como a do PESM se dão em etapas.

Para o atendimento das famílias em área de remoção, o trabalho social priorizou o atendimento individual das famílias com o intuito de conhecer a história de cada um e potencializar as alternativas viáveis, denominado AIP – Atendimento Individual Programado.

Assim, para o cumprimento das ações de remoção, reassentamento e urbanização a Equipe Social adotou a seguinte estratégia para as áreas de remoção:

- Atendimentos Espontâneos – realizados nos EAT's e no Escritório Central (EMAE).
- Atendimento Individual Programado (AIP) – realizado no Escritório Central.
- Mobilizações na área – realizado em todo o perímetro de abrangência do Programa.
- Mobilização – Consulta Domiciliar – realizada diretamente nas moradias em todo o perímetro de abrangência do Programa.
- Mobilização por telefone – contato permanente da equipe técnica social com os moradores.

- Visitas Domiciliares e Vistorias de Troca – realizadas em toda a área de abrangência com o intuito de verificar as situações de alteração desde o mapeamento de 2007 e destinações de uso anotadas à época, tais como: mudança de titularidade, desmembramento, garagem, domicílio em construção, comércio, edificação vaga, uso misto, domicílio demolido, situações de risco iminente e ainda as vistorias de troca quando a família destinada a sair deseja permanecer na área e encontra quem deseja receber atendimento no lugar desta.
- Visitas Monitoradas aos Empreendimentos Habitacionais.
- Reuniões de Escolha das unidades habitacionais.
- Reuniões de Pré Mudança.
- Acompanhamento da Remoção.

Quanto aos dados quantitativos do período de trabalho social sob a responsabilidade da SARU, de dezembro de 2009 a dezembro de 2013 foram realizados nos quatro escritórios 48.298 atendimentos espontâneos, que é uma das etapas do trabalho. Através dos Escritórios Técnicos de Apoio (EATs) e do Escritório Central foram estabelecidos canais com a população com o objetivo de garantir a transparência e participação no Programa. Nestes locais, as famílias puderam procurar espontaneamente os técnicos a fim de esclarecer dúvidas, reivindicar e fazer reclamações.

Neste período foram realizadas também 8.605 mobilizações na área, nas quais os técnicos foram de casa em casa entregando convites ou realizando alguma abordagem com os moradores. Foram realizadas 1.807 mobilizações – consulta domiciliar com a interação de equipe e moradores com questionamentos sobre o destino da família ou de algum item do PESH e, ainda, 12.639 mobilizações por telefone por motivos variados, seja para convidar para um atendimento individual, reunião temática, esclarecer dúvidas, convidar para visita aos empreendimentos habitacionais etc.

Ocorreram ainda as ações relacionadas aos estudos de caso realizados na área caracterizados por visitas domiciliares utilizadas em situações de mudança de titularidade, desmembramento da moradia, verificações das formas de uso que na ocasião do arrolamento constavam como garagem, domicílio em construção, comércio, vago, uso misto, domicílio demolido, risco, acerto de arrolados etc, que já alcançam 5.008 visitas e as 476 vistorias para troca de moradia daquelas famílias que precisam ser removidas e desejam permanecer na área dos bairros cota.

Em relação aos atendimentos individuais programados (AIPs) que visavam estabelecer com o morador o conhecimento da história individual e auxiliar na melhor solução para sua

situação. Foram realizados 10.976 atendimentos desta modalidade dirigidos diretamente às famílias das áreas de remoção e que necessitavam de reassentamento.

Todas essas interações e participações totalizam 82.325 atendimentos. Esse número ocorreu em um período de quatro anos, o que resultou em aproximadamente 20.581 atendimentos anuais.

Até ser reassentado cada morador interage com os técnicos nas formas explicitadas acima e ainda participa do PESH através de visitas monitoradas aos empreendimentos que estão sendo construídos, de reuniões de pré mudança e de reuniões de escolha da unidade habitacional.

Com o grupo da urbanização esta etapa acompanha o andamento das obras de urbanização, promovendo campanhas de esclarecimento, assiste a população durante as interferências pontuais das obras ou eventuais situações de riscos com o devido encaminhamento de soluções.

Para as áreas de urbanização a estratégia adotada foi a seguinte:

- Reuniões de discussão do projeto urbanístico – com a presença dos Agentes Comunitários e técnicos de todas as áreas envolvidas.
- Mobilização na área – realizada no perímetro de obras de urbanização para informar e negociar as intervenções físicas.
- Acompanhamento das obras – realizada para verificação do cumprimento das obras de acordo com o pactuado, acompanhamento da qualidade e suporte aos demais moradores quanto aos transtornos ocasionados.

As famílias que permanecem na área que vem sendo urbanizada podem participar por meio dos núcleos formativos que se formaram ao fim dos módulos do curso de Agentes Comunitários, que são os núcleos de urbanização, de comunicação comunitária, de arte nas cotas e de economia solidária e desenvolvimento local.

É importante ressaltar que cada núcleo será melhor abordado no capítulo seguinte e que, embora ele possa contar com a participação de toda a população inicialmente arrolada nos bairros cota, a predominância dos participantes tem sido de moradores das áreas de permanência e urbanização, justamente por conta do vínculo com o território.

Para ambos os grupos a equipe técnica social realiza eventuais negociações e mediações com moradores e lideranças no que tange às ações do Programa. Essa negociação não interfere nos trabalhos realizados pelo Núcleo de Resolução de Controvérsias que atinge todos os envolvidos no PESH atendendo os casos de maior dificuldade.

De acordo com a política do BID, todo o plano de reassentamento deve contar com mecanismos para que a população envolvida possa recorrer quando sentir que seus direitos estejam sendo lesados ou prejudicados por alguma ação direta ou indireta do Programa.

Para tanto, foi realizada uma parceria da CDHU com a RIMI (Rede Internacional de Mediação Interdisciplinar), que é uma associação com profissionais das áreas de direito e psicologia com trabalhos na solução pacífica de conflitos.

O Grupo de Resolução de Controvérsias recebe e analisa as situações e casos especiais que não possam ser atendidos adequadamente pelas soluções propostas pelos técnicos sociais do Programa.

As etapas não são estanques, ao mesmo tempo em que ocorre o Suporte à Intervenção, ocorre também o Fomento ao Desenvolvimento e Organização Sociocomunitária, cuja fase consiste em realizar reuniões com a comunidade para discussão e definição de metas e prioridades para a proposição e execução de projetos de desenvolvimento sociocomunitário, promoção, captação de parcerias e implementação de ações e projetos de inclusão urbana, exercício da cidadania, educação socioambiental, desenvolvimento local, geração de trabalho e renda e outros.

E há ainda o trabalho de Pós Urbanização nos setores urbanizados, que visa promover reuniões com a comunidade com o intuito de identificar as ações necessárias ao cumprimento das metas de sustentabilidade da intervenção, propiciar campanhas e atividades educativas para a conservação das obras, paisagismo, uso adequado dos equipamentos, coleta e armazenamento do lixo, articulação de parcerias para fomentar a co-responsabilidade entre a comunidade e poder público, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável, fortalecendo a emancipação e autogestão comunitária.

Por fim, a equipe técnica social também é responsável por monitorar e avaliar os resultados frente aos objetivos e metas da intervenção, realizando o levantamento, a análise e a sistematização de dados, sempre apresentando-os à comunidade, além de elaborar um memorial contendo o registro de todas as ações, melhorias sociais e urbanas, projetos implementados e resultados da intervenção.

Para a Superintendência de Ações de Recuperação Urbana (SARU), responsável pela criação e implementação desta metodologia de trabalho, as maiores dificuldades enfrentadas em Programas de Reassentamento e Requalificação Urbana são executar obras e recuperar o meio ambiente sem prejudicar as populações vulneráveis e garantir a sustentabilidade da intervenção preservando o meio ambiente e conservando as melhorias implantadas.

O desafio para a SARU é fazer desses programas indutores do desenvolvimento local sustentável, humano e comunitário e para isso a principal ferramenta é o trabalho socioambiental participativo, organizativo e apoiado em práticas emancipatórias.

3.2.1 APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA E ELEIÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS

Como forma de explicitar a participação da comunidade e a diretriz da Superintendência de Ações de Recuperação Urbana da CDHU para o desenvolvimento de um programa com linguagem mais horizontal, diversas ações foram planejadas e a primeira delas foi a eleição de representantes da comunidade para atuarem como Agentes Comunitários.

A eleição ocorreu durante as 41 reuniões de apresentação do programa nas áreas de urbanização e qualquer pessoa residente na comunidade poderia se candidatar, independentemente de sua moradia estar em área de remoção ou de urbanização e de ser ou já ter sido eleito em outras representações (Conselho Gestor, liderança atuante nas Sociedades de Melhoramentos, nos Conselhos Municipais etc).

As reuniões foram agrupadas de acordo com o critério territorial, nas sub bacias criadas pela Equipe de Projetos e Obras dentro de cada núcleo, com o intuito de garantir a representatividade de todas as quadras dentro de um núcleo.

Na ocasião, as reuniões foram realizadas nas Cotas 200, 95/100 e no Pinheiro do Miranda, pois estes eram os núcleos com áreas passíveis de serem urbanizadas.

No entanto, a Cota 95/100 sofreu a alteração da indicação de urbanização para erradicação após novos estudos. O início das demolições e das obras de contenção gerou impacto de grandes proporções no solo da Cota 95/100 que apresenta declividade acentuada, ocasionando escorregamentos em áreas onde antes o risco era considerado baixo.

Atualmente somente a Cota 200 e o Pinheiro do Miranda permanecem com a possibilidade de urbanização e futura regularização dos núcleos.

Durante as reuniões de apresentação do Programa que ocorreram de dezembro de 2009 a fevereiro de 2010, foram indicados pela população 211 representantes territoriais que, eleitos sob a denominação de Agentes Comunitários, participaram de um curso de formação com módulos sobre cidades, memória, cidadania, meio ambiente, resolução pacífica de conflitos, comunidade, construção coletiva e outros temas com o intuito de proporcionar a possibilidade de refletir sobre seus valores e os valores de onde estão inseridos.

Slide utilizado na Apresentação do Curso de Formação dos Agentes Comunitários. Fonte: Slide – Autoria desconhecida.

Figura 29 - Balanço das eleições dos agentes comunitários

Foram realizadas 41 reuniões de urbanização nos três núcleos onde haveria urbanização, Cota 200, Cota 95/100 e Pinheiro do Miranda. A figura 29 demonstra as divisões em sub-bacias, que foi um recurso indicado pelas equipes de projetos e obras para a elaboração do Projeto de Intervenção e adotado pela equipe social para facilitar a divisão territorial. Atualmente, permanecem nestas condições a Cota 200 e Pinheiro do Miranda. Na Cota 95/100 ocorreu a alteração da indicação de urbanização para erradicação, conforme explicitado no texto.

Legenda : Slide utilizado na Apresentação do Curso de Formação dos Agentes Comunitários. Fonte: Slide – Autoria desconhecida.

Figura 30 - Representação da Cota 200

A Figura 30 indica os locais de moradia dos eleitos na Cota 200 (2.132 edificações). As edificações em branco estão em área de remoção (1.361 edificações) e as edificações não grafadas, verificada pelo tom cinza estão em área de urbanização e permanência (771 edificações). Os Agentes Comunitários eleitos residem nas edificações identificadas sob a cor verde. Os que se consideravam lideranças, mas não se candidataram como agentes comunitários, residem nas edificações identificadas pela cor vermelha e aqueles que já se apresentavam como lideranças e foram eleitos têm suas edificações identificadas pela cor azul.

Legenda : Slide utilizado na Apresentação do Curso de Formação dos Agentes Comunitários. Fonte: Slide – Autoria desconhecida.

Figura 31 - Representação de Pinheiro do Miranda

A Figura 31 demonstra os locais de moradia dos eleitos no Pinheiro do Miranda (2.289 edificações). As edificações em branco estão em área de remoção (1.076 edificações) e as edificações não grafadas, verificada pelo tom cinza estão em área de urbanização e permanência (1.213 edificações). Os agentes comunitários eleitos residem nas edificações identificadas sob a cor verde, os que se denominavam lideranças, mas não se candidataram como agentes comunitários residem nas edificações identificadas pela cor vermelha; os que participavam do Grupo Gestor criado nos trabalhos sociais da primeira etapa estão identificados pelo amarelo e aqueles que se apresentavam como lideranças e são participantes do Grupo Gestor têm suas edificações identificadas pela cor rosa.

Legenda : Slide utilizado na Apresentação do Curso de Formação dos Agentes Comunitários. Fonte: Slide – Autoria desconhecida.

Figura 32 - Representação da Cota 95/100

A Figura 32 indica os locais de moradia dos eleitos na Cota 95/100 (1.037 edificações). As edificações em branco estão em área de remoção (611 edificações) e as edificações não grafadas, verificada pelo tom cinza estão em área de urbanização e permanência (426 edificações). Os agentes comunitários eleitos residem nas edificações identificadas sob a cor verde, os que se denominavam lideranças, mas não se candidataram como agentes comunitários residem nas edificações identificadas pela cor vermelha; os que participavam do Grupo Gestor criado nos trabalhos sociais da primeira etapa estão identificados pelo amarelo; aqueles que se apresentavam como lideranças e foram eleitos agentes comunitários estão identificados pelo azul e os que já eram do Grupo Gestor e foram eleitos Agentes Comunitários têm suas edificações identificadas pela cor lilás.

3.2.2 O CURSO DE FORMAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS E A PREPARAÇÃO PARA OS NÚCLEOS FORMATIVOS

Sólo en la medida en que las personas y grupos adquieran conciencia sobre sus raíces históricas, sobre todos aquellos hechos y condiciones que han configurado su realidad, podrán situarse em uma perspectiva adecuada para evaluar su propia identidad. Saber quien se es supone saber de donde se viene y de quién o qué se depende. No hay verdadero conocimiento de si mismo que no sea um reconocimiento de los propios orígenes, de la propia identidad comunitária, de la propia historia (MONTERO, 2004, p. 157).

Os Agentes Comunitários eleitos passaram por um Curso de Formação que se iniciou em abril de 2010 e culminou com a formatura dos agentes em dezembro do mesmo ano. Contou com 2 encontros preparatórios e 16 oficinas temáticas divididas em quatro módulos, contendo as atividades, bem como os slides ilustrativos utilizados durante as oficinas.

A estrutura do Curso de Formação de Agentes Comunitários foi fruto de uma metodologia desenvolvida pela Superintendência de Ações de Recuperação Urbana, departamento da CDHU responsável pela elaboração e implementação do trabalho social com as famílias envolvidas e surgiu da necessidade de se atuar de forma mais abrangente com as pessoas residentes em áreas onde a CDHU trabalha a questão da recuperação urbana.

Para a grande maioria da população, a CDHU atua somente na construção de edifícios de apartamentos para serem ocupados por pessoas de determinados locais ou por pessoas sorteadas em concorridos eventos públicos. No entanto, em sua estrutura organizacional há outros trabalhos sendo desenvolvidos. Uma das ações que podemos destacar é a que trata da recuperação urbana de áreas, assim como vem ocorrendo em trechos dos bairros cota em Cubatão, no bairro de Pimentas, em Guarulhos, como já ocorreu na União de Vila Nova – Jardim Pantanal, em São Paulo, no Jardim Santo André, na cidade de mesmo nome e em outros locais. Todas essas intervenções ocorrem com as famílias permanecendo na própria localidade e o seu entorno é objeto de transformação.

O curso de Formação de Agentes Comunitários faz parte dessa estratégia de ação. Já nos dois encontros preparatórios a empresa apresentou aos agentes eleitos a devolutiva das reuniões de apresentação do projeto, fornecendo dados e informações sobre o número de eleitos e a localização das residências sob a forma de um mapa, realizou atividades socioeducativas a fim de fortalecer o vínculo Estado-Sociedade, apresentou de forma mais detalhada a situação do Programa Serra do Mar e trabalhou a questão do papel do Agente Comunitário.

O 1º Encontro Preparatório teve um caráter formativo com a premissa de apresentar o balanço das Reuniões de Apresentação do Projeto de Urbanização realizadas anteriormente, bem como a eleição dos Agentes Comunitários, fortalecendo os vínculos com o grupo.

Houve alto índice de comparecimento da população nas reuniões de apresentação do programa e eleição dos agentes comunitários e a divisão do número de agentes eleitos nas três áreas de urbanização corresponde às proporções da população total, conforme figuras 33 e 34.

Slides utilizados no Curso de Formação – 1º Encontro Preparatório apresentando o balanço dos representantes eleitos e a participação da comunidade durante as reuniões. Fonte: Slide sem autoria.

Figuras 33 e 34 - Slides do 1º Encontro Preparatório

O 2º Encontro Preparatório foi uma atividade com o intuito de fornecer o panorama de atuação do Programa Serra do Mar com o início das remoções de famílias de área de risco para outros conjuntos habitacionais e discutir o papel do Agente Comunitário.

Esse curso é fundamental para o desenvolvimento de todo o Programa, uma vez que os eleitos passam a representar a população e, para tanto, é requerido que eles saiam da condição individual para a condição coletiva. Esse “abrir de olhos” para enxergar a comunidade é a premissa essencial nesse projeto de formação.

A Superintendência de Ações de Recuperação Urbana da CDHU apresenta o Curso de Formação como um mecanismo de representação e participação popular que promove o potencial criativo e a capacidade de reflexão sobre as transformações do bairro, proporcionando a formação de uma rede de agentes multiplicadores aptos a identificar problemas, propor soluções e envolver toda a população no processo de urbanização.

Após os Encontros Preparatórios foram realizadas as oficinas temáticas, sendo as três primeiras no módulo I sob o eixo urbanização e protagonismo comunitário em que foram tratadas as questões da urbanização, desde o surgimento das cidades, os problemas urbanos

decorrentes da ocupação sem planejamento, o desenho das cidades e como se pode interferir em algo que já está pronto.

Na 1ª Oficina o tema abordado foi “O que é urbanização?”, foi destinada a conhecer a história das cidades, os principais problemas urbanos, como mostra a figura 35 e a urbanização sustentável. Aos participantes foi projetado um filme sobre o direito à cidade e um filme institucional da CDHU de pintura de paredes na urbanização do Jardim Santo André/Santo André – SP.

Legenda : Slide utilizado no Curso de Formação – 1ª Oficina apresentando os problemas urbanos. Fonte: Slide –Autoria desconhecida.

Figura 35 - Slide da 1ª Oficina: O que é urbanização?

Os agentes comunitários foram informados sobre em que consiste um projeto urbanístico, o que é necessário pensar para se interferir num determinado local, a necessidade de se conhecer os limites, as condicionantes e as interferências. Esses tópicos são entremeados por aspectos legais com a apresentação das leis de proteção ambiental, uso e ocupação do solo, Estatuto da Cidade, Plano Diretor, condicionante com conceitos de preservação da biodiversidade, Parque Estadual, Unidade de Conservação, Áreas de Proteção Ambiental (APA), Áreas de Proteção Permanente (APP), nascentes e interferência com as faixas de segurança da rodovia, linhas de alta tensão e dutos da Petrobrás.

A 2ª Oficina teve como tema a indagação o que é projeto urbanístico? O encontro teve como intuito despertar nos Agentes Comunitários a importância da participação na construção do projeto urbanístico para os bairros cota, demonstrando os limites, interferências e condicionantes para a realização do trabalho.

Legenda : Slide utilizado no Curso de Formação – 2ª Oficina apresentando possibilidades sobre o projeto urbanístico. Fonte: Slide – Autoria desconhecida.

Figura 36 - Slide da 2ª Oficina: O que é projeto urbanístico?

As indagações suscitadas na Figura 36 e pelos demais *slides* e as possibilidades apresentadas na discussão de um projeto urbanístico demonstram pontos de reflexão e limites que a CDHU indica como parâmetros para as discussões do decorrer do programa.

Assim, a lógica do projeto de formação dos agentes comunitários implica na necessidade de conhecer todas as interferências, legais e físicas que incidem no espaço geográfico da comunidade para participar da construção de um projeto urbanístico viável.

Na 3ª Oficina que teve como título participação comunitária no processo de urbanização ocorreu uma discussão com os participantes sobre os significados de participação, comunidade e representação comunitária sob o panorama da democracia e seus canais e instrumentos de participação.

Durante este módulo a participação foi discutida sob o prisma da construção dos seus caminhos, desde os mecanismos legais e formais, assegurados pela Constituição Federal e demais legislações e a participação em Conselhos Municipais até a representação a ser realizada como Agente Comunitário do Programa Serra do Mar.

Para a CDHU o eleito precisa exercer o papel de corresponsável pelas decisões, principalmente no que tange às obras de urbanização para que ocorra a aceitação da comunidade sem a necessidade de se negociar pleitos individuais. Dessa forma, os agentes transmitem as informações e os conhecimentos adquiridos à coletividade com o intuito de enriquecer o debate para apresentar e propor a pauta de reivindicações da comunidade e participar da construção do projeto urbanístico em conjunto com o Poder Público.

O término deste módulo proporcionou a formação do primeiro núcleo de atividades, que é o Núcleo Operacional de Urbanização (NOU) com o objetivo de conhecer, debater e acompanhar a elaboração dos projetos executivos de urbanização, divididos em dois núcleos de trabalho: Pinheiro do Miranda com Cota 95/100 e Cota 200 com os agentes que apresentaram maior interesse no assunto.

No módulo II o eixo norteador foi memória, cidadania e comunicação comunitária com cinco oficinas.

A 4ª Oficina tratou do tema democracia e cidadania com o objetivo de discutir os conceitos de democracia e cidadania a partir do olhar da comunidade.

Na Figura 37, extraída da apresentação da CDHU feita à comunidade, é possível perceber que a população foi dividida em grupos menores para, através de uma dinâmica de grupo, debater a situação real e a ideal relacionando os conceitos de democracia e cidadania com a urbanização da área em que vivem.

Os conceitos elaborados a partir das discussões foram apresentados pelos próprios Agentes Comunitários aos seus colegas, por meio de cartazes escritos e de forma oral.

Legenda : Slide utilizado no Curso de Formação – 4ª Oficina propondo grupos de trabalho para discutir a temática. Fonte: Slide sem autoria.

Figura 37 - Slide da 4ª Oficina: Democracia e Cidadania

No segundo módulo que trata da Memória, Cidadania e Comunicação Comunitária os participantes do curso voltaram a atenção para questões como democracia e cidadania. Os enfoques foram construídos a partir do conhecimento da população, que em uma dinâmica de grupo é conduzida a refletir sobre a democracia e a cidadania que temos e a que queremos e

ainda, sobre a relação existente entre democracia e a cidadania com a urbanização nos bairros cota.

No aspecto da memória, os agentes comunitários resgataram todo o processo de transformação da cidade de Cubatão e do local onde vivem, lembraram tragédias, lutas e festas. Assistiram a um filme que relata a memória de uma comunidade do sertão nordestino, discutiram e relacionaram fatos relevantes da vida da coletividade com fatos marcantes em sua própria vida, buscando a identidade comunitária.

Esse módulo teve como tema também a informação atrelada à cidadania. Os agentes comunitários devem ouvir, processar e repassar as informações da comunidade para o poder público e vice-versa e por isso, a empresa julgou importante abordar o tema com a clareza que é devida.

A informação foi tratada como liberdade individual, liberdade de expressão, direito de informar, de ser informado e o direito à verdade. Tratou-se ainda dos meios de informação e da diferença entre informar e comunicar, adotando-se como linha divisória que comunicação é troca de entendimento.

Os agentes discutiram a possibilidade de gerar informações, de produzir comunicação para garantir a interação social e a participação da população. A comunicação comunitária foi apresentada através de diversas modalidades: jornal, rádio, vídeo e internet e praticada por meio de dinâmicas de grupo que resultaram na produção de novelas de rádio, jornal impresso e matéria jornalística de vídeo tendo como mote a urbanização da Serra do Mar.

Ao final deste módulo formou-se o segundo núcleo de trabalho, que é Núcleo de Comunicação Comunitária, denominado ComCom, que atua como elo entre os agentes comunitários, os demais núcleos operacionais e produtivos e ainda interage com toda a comunidade da Serra do Mar. Os membros deste núcleo se especializaram nas áreas de interesse por meio de oficinas de produção de texto, fotografia, edição com o intuito de gerir os mais diversos meios de comunicação comunitária, tais como jornais, blogs, rádios e documentários.

A inclusão social e a promoção humana foram tratadas no terceiro módulo, divididas em três oficinas, momento em que se debateu sobre a recuperação urbana e a inclusão social, possibilitando a reflexão sobre como as alterações de infraestrutura e as melhorias físicas na comunidade, tais como a possibilidade de ter água encanada, esgoto devidamente coletado e tratado, endereço para o recebimento de correspondências poderiam auxiliar a inclusão social dos seus habitantes, aumentar a autoestima e o reconhecimento do indivíduo como cidadão.

Na 10ª Oficina sobre o papel da urbanização no combate à violência a comunidade debateu sobre a violência nas comunidades e o quanto a urbanização pode contribuir para combatê-la.

A melhoria dos acessos, a infraestrutura, a iluminação pública, a geração de espaços comuns para a prática do lazer, a apropriação e democratização dos espaços pela comunidade fortalece o espírito democrático e favorece o desenvolvimento da área, diminuindo a violência local.

Na 11ª oficina o tema foi meio de resolução pacífica de conflitos. Esta oficina foi conduzida por parceiros contratados com expertise em Mediação de Conflitos e foi realizada uma dinâmica de grupo para identificar o papel do Agente Comunitário como mediador de conflitos decorrentes da convivência na comunidade e das obras de urbanização.

No quarto módulo o foco foi a transformação socioambiental e o desenvolvimento local sustentável com cinco oficinas que tiveram por objetivo possibilitar que os agentes pudessem realmente perceber o seu entorno.

Discutiu-se a noção de que a urbanização dos bairros cota representaria a comunidade vizinha da Mata Atlântica e que o condicionante de preservação deveria estar sempre presente nas ações. Para isso, foi promovida a participação na oficina de um geólogo especialista em Serra do Mar para que os agentes pudessem ter a exata dimensão do que é viver tão próximo a essa encosta.

Nas Figuras 39 e 40 é possível notar que o especialista buscou elucidar conceitos técnicos para uma forma compreensível a toda a comunidade, alterando o foco da ocupação para a percepção da natureza existente e como se dá seu comportamento para, a partir deste ponto, debater sobre os fenômenos já ocorridos e os acontecimentos de escorregamentos e deslizamentos a que toda a área está suscetível, como o exemplo de Santos citado na figura 41, que resultou em mais de 200 mortos, segundo o especialista.

“Nas Ciências Naturais, e na Geologia em especial, o primeiro e essencial passo está em descobrirmos e assimilarmos as leis básicas da Natureza. Isso feito, as cortinas se abrem e a compreensão dos fenômenos naturais ou induzidos pelo Homem surge clara à nossa frente.”

OS GRANDES AVANÇOS NO ENTENDIMENTO DO COMPORTAMENTO GEOLÓGICO-GEOTÉCNICO DA SERRA DO MAR

Do ponto de vista fenomenológico hoje há um fundamentado conhecimento sobre o ONDE, o COMO, e o QUANDO ocorrem os principais tipos de movimentos de massa nas encostas da Serra.

Legenda : Slides utilizados no Curso de Formação – 12ª Oficina discussão sobre os riscos da Serra do Mar. Fonte: Slide do Prof. Álvaro Rodrigues dos Santos.

Figuras 39 e 40 - Slides da 12ª Oficina: Recuperação Ambiental: Condicionantes da Preservação da Serra do Mar

1928 – Escorregamento rotacional profundo no Mont Serrat, em Santos. Mais de 200 mortos

Legenda : Slide utilizado no Curso de Formação – 12ª Oficina apresentação do histórico de riscos da Serra do Mar – escorregamento em Mont Serrat, Santos em 1928. Fonte: Slide do Prof. Álvaro Rodrigues dos Santos.

Figura 41 - Slide da 12ª Oficina Recuperação Ambiental: Condicionantes da Preservação da Serra do Mar

A 13ª oficina as ações correlatas à preservação da natureza também foram tratadas sob a temática da reciclagem do lixo e ideias e o foco foi despertar o interesse dos agentes comunitários para o desenvolvimento de gestão de resíduos sólidos nos bairros cota. Para tanto, foi apresentada a experiência dos catadores de recicláveis da Cooperativa Nova Esperança do Projeto Pantanal em São Paulo, local que também teve a intervenção da CDHU. Neste momento foi debatido sobre o significado da ECO 92 e a Agenda 21 enquanto propositora de ações para conservação e proteção dos ecossistemas da Terra.

Na 14ª oficina o eixo central foi sobre a participação da comunidade na gestão ambiental e a discussão se pautou sobre o controle social e a garantia de direitos.

Este tema também abordou o tema do controle social e buscou fomentar a identificação dos atores envolvidos, dos problemas enfrentados e as possíveis soluções consolidando as informações em um Biomapa Comunitário, que foi construído pelos agentes comunitários.

Quanto à preservação humana tratou-se da conquista e co-gestão de espaços públicos e do desenvolvimento local e autonomia comunitária na 15ª Oficina. Este encontro foi destinado a fortalecer os vínculos de cooperatividade por meio de dinâmica de grupo e realizar uma triagem dos equipamentos públicos existentes nos bairros cota e no município de Cubatão que atendam os moradores dos bairros cota, equipamentos tanto do Poder Público, do Privado e do Terceiro Setor. Na ocasião foi proposta de atividade em campo para diagnosticar a situação dos equipamentos públicos existentes.

Na 16ª Oficina sobre desenvolvimento local e autonomia comunitária foram trabalhadas questões de geração de renda e capacitação para o mercado de trabalho com apresentação da primeira turma formada em cursos na área da construção civil em parceria com o SENAI e, posteriormente, contratada pela obra. Em 2010 foram capacitadas cerca de 300 pessoas, inclusive com a inserção das mulheres em cursos rotuladamente apresentados como masculinos e os agentes ainda apresentaram as habilidades já encontradas na comunidade e a partir daí iniciaram o Núcleo de Economia Solidária e Desenvolvimento Local com papel mobilizador, articulador e fomentador de ações e projetos voltados para o desenvolvimento Local sustentável e para autonomia da comunidade.

Todos os encontros foram realizados na própria comunidade, durante a semana e no período diurno, o que por si só representa uma dificuldade para aqueles que trabalham.

Após a solenidade de formatura, os 68 concluintes que já tinham tido contato com os núcleos ao final de cada módulo, foram convidados a, além de exercer a representação formal como Agentes Comunitários nas reuniões do Programa e junto à comunidade, também participar das oficinas que se ramificaram em quatro vertentes. Os agentes, de acordo com as características pessoais, optaram por integrar um ou mais núcleos:

- Núcleo de Urbanização.
- Núcleo de Comunicação Comunitária.
- Núcleo de Arte nas Cotas.
- Núcleo de Economia Solidária e Desenvolvimento Local.

3.2.3 REASSENTAMENTO E URBANIZAÇÃO – UM COMPARATIVO ENTRE AS DIFERENTES FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

La participación comunitaria es un proceso que reúne simultáneamente enseñanza y aprendizaje. Todos los participantes aportan y reciben (MONTERO, 2004, p. 230).

Para tratar sobre a participação e suas diferenças no âmbito do reassentamento e da urbanização se faz necessário explicitar o contexto e aclarar os conceitos.

Aqui se entende por reassentamento o deslocamento das famílias para outra localidade com a conseqüente demolição da edificação. Os reassentamentos podem se dar de forma voluntária ou involuntária. A primeira é quando resulta da ação das pessoas que buscam mudar de vida e a segunda quando uma causa externa serve como estopim para iniciar o processo. No caso Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar (PRSM) o reassentamento se impôs por decorrência de uma decisão judicial e seria, portanto, involuntário, porém, ainda que de forma não organizada, já havia, por parte de moradores de algumas áreas, reivindicações pela precariedade das moradias em áreas de alto risco.

Assim, é possível afirmar que nos bairros cota há uma mescla dos dois tipos de reassentamento.

Por urbanização ou requalificação urbana se entendem todas as alterações físicas realizadas para promover a inclusão e inserção da comunidade na cidade, agregando infraestrutura básica, equipamentos sociais, paisagismo etc.

Assim temos os dois grandes grupos populacionais envolvidos: as famílias retiradas da área – remoção e reassentamento, e as famílias permanentes na área – urbanização e é preciso estabelecer que ocorreram diferentes formas de participação comunitária.

A separação dos grupos é, por si só, um delimitador das ações participativas possíveis.

Algumas famílias perdem o vínculo com o território que ocuparam e devem iniciar novo vínculo em outro local, uma vez que deixam de habitar os bairros cota de Cubatão, sendo transferidas para outros bairros do mesmo município ou para outras localidades, ocorrendo o reassentamento.

Ressaltamos ainda que para o PESH a decisão de se reassentar não cabe à família, mas é, antes de tudo, determinação judicial pela ocupação em área de proteção ambiental e/ou situações de risco amparadas por laudo do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), podendo ser os riscos geológicos ou geotécnicos por escorregamentos e deslizamentos, tendo em vista

a topografia característica da Serra do Mar ou ainda, risco tecnológico, tendo em vista a proximidade da construção das moradias com a Rodovia Anchieta.

Nestes casos, a identidade com o território é interrompida, as famílias são reassentadas de forma dispersa, embora haja um esforço da equipe técnica social para mantê-las concentradas, respeitando a relação de vizinhança e, principalmente, os laços familiares.

O outro grupo de famílias construiu a moradia em área passível de urbanização, ou seja, a gleba poderá vir a ser regularizada, com o efetivo parcelamento do solo e implantação de melhorias de infraestrutura. Assim, as famílias podem permanecer no local em situação mais adequada.

Dessa forma é possível estabelecer uma linha divisória na forma de participar distinguindo entre os moradores que estão em área de remoção daqueles que se encontram em área de urbanização:

- Remoção: os que serão removidos, agentes comunitários ou não, participam muito mais como defesa, se interessando apenas pelas questões de ordem mais prática como quando sua casa será removida, para onde sua família vai, qual o valor da parcela a ser paga na nova moradia, se poderá escolher o tipo de edificação – sobrado, apartamento ou casa sobreposta, se terá dois ou três dormitórios, se o familiar que mora próximo poderá ser seu vizinho no novo local, se receberá algum tipo de indenização pelo investimento realizado na moradia que construiu, o que ocorrerá em caso de desemprego dos responsáveis pela família, entre outros.
- Urbanização: os que serão urbanizados participam mais frequentemente com reivindicações para melhoria da qualidade de vida, se envolvendo em novas temáticas, se interessando por acompanhar e registrar a transformação do local onde vivem, produzem novos conhecimentos etc.

Vale ressaltar que a participação dos envolvidos no Programa Serra do Mar não foi espontânea. As ações para sua articulação partiram do Estado, que ofereceu todo o aparato institucional e suporte para a sustentação organizativa.

A análise a seguir agrega o olhar técnico do período de atuação no PESM somado à reflexão realizada no decorrer da pesquisa sobre as formas de participação praticadas no PESM com as duas vertentes de populações atendidas: reassentamento e urbanização.

A indagação que direciona esta análise é: o Estado está propondo uma política emancipatória ou está promovendo um treinamento para a gestão do território?

Para começar a responder podemos afirmar que a solução habitacional de cada situação já implica num delimitador. E, nesse caso, as famílias das áreas de remoção, cuja

solução é o reassentamento já começam em defasagem em relação às demais, pois a participação se dá de forma muito restrita.

E este é um conceito geral, não somente neste programa, mas num reassentamento os trabalhos sociais que envolvem a participação efetiva da comunidade só são possíveis de serem exercidos após a instalação na nova moradia, o que na área habitacional se conhece por trabalho de pós ocupação.

Isso porque o período que antecede ao reassentamento é marcado pelos embates da notícia da remoção que na maioria das vezes não é bem vinda, e quando o é, por situações de risco, precariedade da moradia e desejo dos moradores, é marcada por um período de insegurança quanto às condições do deslocamento e da nova localização.

Dessa forma, é possível avaliar que o PESM buscou garantir o acesso à informação, a transparência nas ações e consultou as famílias sempre que possível a fim de garantir sua opinião sobre o Programa, a destinação e as condições da aquisição e isso pode ser caracterizado como formas de participação. Mas, nesse momento, as preocupações do morador são outras e estão ligadas às questões práticas do seu cotidiano, como o valor das parcelas, onde o filho irá estudar, se a condução para o trabalho está garantida no novo local etc.

É difícil mensurar o alcance e a intensidade que a participação comunitária pode provocar numa comunidade. Há diversas formas de participação e todas propiciam ensinamentos e aprendizagens em maior ou menor grau.

Todo o contexto deve ser analisado: a forma como o trabalho é conduzido, o nível de mobilização que é alcançado, a identificação e obtenção dos objetivos traçados, a distribuição da informação, das oportunidades e dos recursos.

O foco de um trabalho social é conseguir com que seja transferida à comunidade toda a gestão dos trabalhos e dos recursos e a possibilidade de fomentar discussões para descobrir novos caminhos a trilhar, ou seja, transferir o poder e melhorar de fato a vida das pessoas envolvidas.

A dificuldade de mensurar a participação quando comparamos as duas soluções habitacionais distintas – reassentamento e urbanização – está intrinsecamente ligada ao território, ao sentimento de pertencimento que em grupo é trabalhado como perda do local atual para aquisição de um novo espaço e noutra é trabalhado como apropriação do espaço habitado.

A Declaração de Barcelona que data de 1985 já afirmava sobre o direito dos cidadãos de participar da gestão das cidades e que isso pressupõe o sentimento de pertencimento para que o cidadão se fortaleça e assuma suas responsabilidades:

La Declaración de Barcelona en La Conclusión de la Conferencia sobre Grandes Ciudades, celebrada en dicha ciudad en el año 1985 propuso: 'Queremos finalmente destacar el valor de la ciudadanía entendida como el conjunto de derechos y responsabilidades de los habitantes de la ciudad y la conciencia que tienen estos de su derecho de participar en la gestión de la ciudad y en la obtención de un conjunto de bienes y servicios. Asimismo, la ciudadanía supone la existencia de un sentimiento de pertenencia a la ciudad que está en la base de la asunción voluntaria por parte del ciudadano de sus responsabilidades (MORENO in HERRERO, 2005, p. 21).

A participação comunitária só pode ser percebida quando a prática se dá por construções coletivas, quando se avalia o sujeito como construtor do tecido social, como indicador das problemáticas e articulador das soluções e essas ações somente puderam ser notadas nas atuações das famílias da área de urbanização.

Retomando o questionamento sobre a política emancipatória e gestão do território, cabe mencionar que todo o aparato fornecido pelo Estado resulta em melhores gestores do espaço urbano, uma vez que as pessoas instadas a participar necessitam abdicar do lugar comum do individual para passar às difíceis e entravadas discussões do coletivo. Porém, a emancipação pode ser avistada quando nos aproximamos dos sujeitos atuantes nos núcleos de organização comunitária e desenvolvimento local, detalhados adiante.

CAPÍTULO 4 - A URBANIZAÇÃO NO PROGRAMA SERRA DO MAR EM CUBATÃO E SEUS REFLEXOS SOCIAIS

La ciudad es de las personas y para las personas, el desarrollo urbanístico de una ciudad debe de mantener siempre esta prioridad (HERRERO, 2005, p. 19).

A cidade é das pessoas, como já afirma a frase de Herrero que posiciona o desenvolvimento urbano no patamar das discussões com aqueles que usufruem das cidades, pois para essas pessoas é que a cidade deve ser feita.

A urbanização ou requalificação urbana resulta em obras de infraestrutura e demais mudanças físicas em espaços habitados, são obras que adentram o quintal das famílias alterando todo o seu entorno.

Participar desse processo é ser reconhecido como o protagonista da história que começou bem antes, quando da ocupação. Por imposição ou reivindicação, a área será modificada, mas como se pode dar tal modificação? De que forma as decisões serão tomadas? Qual o envolvimento da comunidade com o processo? Como o Estado, investidor dos recursos necessários às obras atuará frente às questões dos moradores? Como os moradores estão sendo agregados? São mobilizados ou conduzidos?

Doimo afirma que o Estado desenvolve mecanismos com a pretensão de neutralizar os movimentos urbanos e isso ocorre por meio da cooptação, manipulação e controle. População e Estado representam dois pólos em efetiva oposição e que os interesses populares somente serão respeitados e construídos gradativamente sob a “prática organizada, participativa e continuada das classes populares, articulada nas bases e ao nível mais amplo do movimento social” (DOIMO, 1984, p. 103).

A urbanização se efetiva com a participação de todos os atores envolvidos e essa participação precisa ser horizontal, sem a verticalidade de um processo de poder, seja ele de recursos ou de decisões.

No entanto, a maior parte dos programas e projetos de governo estão intrinsicamente fadados à verticalização, cabendo buscar ações para minorar a imposição do poder que a própria injeção de recursos financeiros e humanos estabelece.

A participação encontra barreiras de todas as ordens, inclusive a da manutenção da própria participação na reivindicação dos direitos. Doimo relata que a tarefa de motivar moradores à participação nos problemas urbanos é espinhosa, porque apesar dos problemas serem sentidos constantemente no dia a dia, a experiência adquirida por ela no

acompanhamento de movimentos urbanos a fez perceber que por si sós, os problemas não possuem “força aglutinadora necessária para criar e manter níveis satisfatórios de participação coletiva” (DOIMO, 1984, p. 109).

A comunidade deve buscar uma cultura de participação, pois ao contrário, quando alcançado um objetivo, ainda que não seja o final, a mobilização inicial se esvazia. Quando a urbanização se torna motivo para o exercício da cidadania com os cuidados da melhoria da qualidade de vida, o respeito ao meio ambiente urbano, quando o morador se apercebe dos espaços que estão ao seu redor, é possível envolver planos comunitários sob processos coletivos de transformação social.

A discussão de um plano de urbanização é um facilitador para possibilitar a transformação social, uma vez que se altera a rota e o rumo das decisões. Para alcançar o resultado final se necessita refletir sobre o que se deseja, verificar o que é possível fazer e traçar o trajeto necessário a cumprir, como afirma Velázquez e Verdaguer:

Se abre la esperanza de encauzar los procesos en otra dirección: de hacer fluir las decisiones de abajo arriba y viceversa, diseñando procesos en los que sea la sociedad en su conjunto la que se implique en la definición de qué modelo de ciudad desea e incluso lidere los pasos que hay que dar para conseguirlo (VELÁZQUEZ; VERDAGUER in HERRERO, 2005, p. 166).

4.1 O PAPEL E ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE DA ÁREA DE URBANIZAÇÃO

A comunidade tem papel fundamental na construção de um processo de urbanização. Moreno afirma que falta coesão para que os cidadãos percebam voluntariamente que além de sua própria casa, existe uma cidade como objeto de seus direitos (MORENO in HERRERO, 2005).

Com a percepção do espaço público como direito, os cidadãos podem tomar as rédeas do desenvolvimento da cidade. O autor cita que se trata de uma nova cultura urbana a possibilidade de cada um exigir que se cumpra um planejamento urbanístico previamente participado por todos, bem como, a possibilidade de evitar que seja dada outra destinação a um espaço público, como supressão de uma área verde, construção de edifícios além dos parâmetros permitidos, pois isso afeta a todos e a cada um dos cidadãos individualmente (MORENO in HERRERO, 2005).

Na mesma obra, Diaz elenca diversos pontos para melhorar a participação e o envolvimento das comunidades salientando que a desqualificação mais comum é de que a atuação da comunidade não se apresenta de forma construtiva, mas como denúncia, como crítica negativa.

Sem dúvida, a denúncia, o romper do silêncio é necessário, mas não pode ser o alvo final da ação; pode ser o ponto de partida.

Diaz ressalta que é importante facilitar à comunidade as informações sobre as intervenções, envolver os agentes sociais desde o início, não só como referendo posterior, institucionalizar órgãos de discussão com debates assessorados e participação dos agentes sociais, melhorar o conhecimento e, além do debate e do conhecimento, salienta a questão das decisões.

Numa urbanização os vizinhos são os primeiros destinatários das intervenções e suas opiniões são fundamentais, mas não decisivas! Isso se dá porque muitas vezes os interesses dos particulares se contrapõem aos interesses gerais, globais, da comunidade como um todo. Esse é um difícil equilíbrio entre o local e o global só superado com o debate, a participação e a transparência. A decisão não pode caber somente a quem se sente prejudicado, às vítimas, mas ao coletivo envolvido, sempre cuidando para que não ocorram referendos permanentes, que prejudiquem a participação cidadã e frutífera, segundo Diaz (DÍAZ in HERRERO, 2005)

A comunidade da área de urbanização do Programa Serra do Mar foi instada a participar desde o início do Programa ainda em 2007, quando foram procuradas as lideranças locais para a formalização do Pacto Social.

Dessa forma, o início dos trabalhos se deu sob a forma da verticalidade, porém, a partir de 2009, na segunda etapa dos trabalhos sociais, a população foi mobilizada por ampla convocação para participar da apresentação do programa de urbanização, eleição de representantes territoriais e início dos trabalhos de intervenção física e social na busca de se estabelecer uma relação mais horizontal para o delineamento do programa e suas decisões.

4.1.1 A ATUAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS E DOS NÚCLEOS FORMATIVOS

É inegável que o homem vê muitas coisas de outro modo quando se encontra sob uma luz pública (HELLER, 2008, p. 119).

Os Agentes Comunitários são pessoas residentes originariamente nos bairros cota que foram eleitos pela comunidade durante as reuniões de apresentação do PESH ocorridas entre dezembro de 2009 e fevereiro de 2010.

A eleição se deu de acordo com a territorialidade, com o intuito de garantir que cada trecho a ser urbanizado tivesse um representante para facilitar o diálogo com o Poder Público e garantir a participação com suas respectivas reivindicações.

Os eleitos passaram da condição de falar por si para falar também pelos outros e para os outros, do individual para o coletivo, saíram da luz de suas salas para passar à luz pública, sua voz já não é só sua, seus posicionamentos não podem ser só seus.

E como bem disse Heller, é inegável que as coisas sejam vistas de outro modo quando se está sob os holofotes.

Precauções devem ser tomadas. A participação e a representatividade necessitam ser precedidas de reflexão sobre o individual e o coletivo, sobre a democracia e o poder, ao contrário poderão influenciar negativamente toda a comunidade.

Dorna discute os excessos e déficits de autoridade de uma liderança carismática. Barbach faz uma resenha do trabalho do autor explicitando os dois pilares contraditórios que a sociedade contemporânea impõe, que são a expansão da democracia e a personalização do poder.

Porém, ao debater sobre o líder carismático capaz de conciliar razão e emoção, Dorna aponta para a tentação populista e o perigo de se formar um chefe forte, que pode resultar em base para ações autoritárias (BARBACH, 2012).

Todas as ações precisam ser baseadas na transparência, com informação, diálogos, debates institucionalizados e mecanismos de acompanhamento e avaliação.

Desde a formação dos Agentes Comunitários ocorrem reuniões periodicamente para a discussão sobre o andamento do Programa Serra do Mar.

Os Agentes Comunitários se inseriram nos Núcleos Formativos de acordo com suas habilidades e potencialidades, somando-se a outros membros da comunidade, uma vez que os Núcleos são abertos a toda a população originária dos bairros cota, ainda que estivesse em área de remoção e durante a existência do Programa já tenha sido reassentada em uma das soluções habitacionais da CDHU.

Os Agentes Comunitários acompanham as obras de urbanização juntamente com os técnicos de obras e técnicos sociais, antecipando possíveis transtornos das obras e requerendo providências, quando necessário.

O grupo também acompanhou o estabelecimento dos critérios de remoção que englobam a indicação das áreas prioritárias, a destinação das unidades de acordo com o perfil das famílias e visitou todos os empreendimentos para conhecer as soluções habitacionais a que os antigos vizinhos foram destinados.

4.1.1.1 NÚCLEO OPERACIONAL DE URBANIZAÇÃO – ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO ARQUITETÔNICO

Esse Núcleo é, sem dúvida, o fio condutor, o cerne do Programa. Por meio dele foi possível ultrapassar a barreira do Projeto Básico, elaborado pela CDHU para a licitação das obras e início do projeto, para o Projeto Executivo, debatido e discutido com todas as condicionantes existentes.

O Núcleo Operacional de Urbanização (NOU) promove a discussão do projeto de urbanização com as devidas remoções, arruamentos, implantação de infraestrutura, construção de espaços comuns e destinação de espaço para equipamentos públicos.

São realizadas reuniões periódicas com os mais diversos profissionais envolvidos desde o planejamento até a execução das obras de intervenção, momento em que são debatidos o projeto executivo e os critérios técnicos da intervenção, são ouvidos os anseios da população em relação aos espaços comuns e sua futura destinação, tais como praças, bolsões de estacionamento, melhoria dos acessos etc.

Os embates são uma constante durante as reuniões. População e técnicos se enfrentam na defesa de seus pontos de vista. É o olhar do saber teórico e do saber prático se misturando, o conhecimento das leis e limitações com o conhecimento do dia-a-dia, da vivência do local sob sol e chuva, com o impacto dos engarrafamentos da rodovia, dos acidentes de trânsito, dos tombamentos de cargas perigosas e dos escorregamentos de encostas.

Diaz (2005) relata que durante o período de redação do planejamento e dos projetos de urbanização é normal que ocorram as discussões mais agudas e maior participação. Em seguida, a participação decai e os processos emperram. Somente depois de árduas negociações e enfrentamentos se alcança uma solução razoavelmente satisfatória, mas durante a execução, a realidade altera as intenções e estratégias originais, necessitando de nova participação e diálogo.

O autor afirma que a participação cidadã é um processo contínuo que deve seguir depois dos episódios iniciais de espontaneidade ou reação. Porém, manter a participação na fase de acompanhamento é muito mais difícil quando comparada à eclosão de um problema. Para Diaz é neste momento que o poder público deve assumir o papel de motivador da participação continuada que não responda somente a impulsos defensivos (DÍAZ in HERRERO, 2005).

A figura abaixo aponta a atuação dos agentes comunitários na construção do projeto de urbanização. Os moradores possuem o conhecimento da área, afinal residem no território, e a interação com os técnicos projetistas possibilitou que fossem fornecidos elementos para leitura dos mapas e colaboração de propostas de intervenção.

Na figura 42 são os próprios moradores que apresentam o resultado do Estudo de Campo realizado por eles sobre os espaços comuns urbanos e sistematizado pela arquiteta que acompanhou o grupo. Na ocasião, foram realizadas diversas sugestões e possibilidades de intervenção para as equipes técnicas.

Legenda : Apresentação de Estudo de Campo realizado pelos integrantes do NOU sobre os espaços comuns urbanos. Fonte: Foto – Autoria desconhecida¹.

Figura 42 - Estudo de campo – Núcleo Operacional de Urbanização

¹ Fotos e slides (Figuras 42, 47-57) do Acervo da CDHU. Superintendência de Ações de Recuperação Urbana.

4.1.1.2 NÚCLEO COMCOM – COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA EM FORMA DE JORNAL IMPRESSO, RÁDIO E TV

Um dos núcleos originados no Curso de Formação dos Agentes Comunitários é o de Comunicação Comunitária com o objetivo de trabalhar a comunicação de forma horizontal, o que faz parte da metodologia de trabalho técnico social.

São oficinas de comunicação comunitária para os membros do Núcleo de Comunicação da Serra do Mar.

O Projeto ComCom engloba oficinas de TV, rádio e jornal como canais de informação, comunicação, reivindicação, expressão artística e cultural da população.

A produção, totalmente realizada pelos moradores locais sob a orientação de profissionais capacitados, atinge os bairros cota e vem se expandindo para todo o município e Baixada Santista.

As oficinas foram iniciadas em 2010 com aulas uma vez por semana (totalizando 36 horas/aula) para cada especialidade. Não há exigência de escolaridade, apenas idade mínima de 12 anos. A comunidade teve acesso a:

- Oficinas de Jornal: o conteúdo versava sobre a capacitação em jornal comunitário, criação de pauta, como criar e investigar uma matéria jornalística, elaboração de entrevistas, criação de textos e noções básicas de diagramação.
- Oficinas de Rádio: as aulas possuem conhecimento teórico e prático possibilitando que o educando adquira noções básicas de produção de rádio: web, poste e de difusão comunitária. O curso em conjunto com os participantes mantém a cadeia produtiva dos conteúdos gerados na rádio Voz do Morro com caráter efetivamente participativo.
- Oficinas de TV: o curso tem como metodologia a construção coletiva desde o roteiro/pauta até a edição/finalização do material jornalístico. Com aulas práticas e teóricas sobre roteiro, produção, enquadramento, movimento de câmera, fotografia, captação de áudio, como se posicionar e falar diante as câmeras e edição de áudio e vídeo. Os participantes são capacitados para a realização de programas, reportagens e materiais audiovisuais que compõem a TV Comunidade em Ação.

A comunidade também tem acesso ao curso aberto de produção e difusão de conteúdo midiático (Rádio, Vídeo Reportagem, Jornal Impresso e Internet) que capacita os participantes

a criar, produzir e distribuir colaborativamente na internet através das redes sociais. Estas ações tem a função de interligar as diferentes mídias e registrar todas as ações do projeto.

O Projeto ComCom realiza workshops mensais com especialistas convidados para complementar e ampliar as ações realizadas e ainda visitas formativas.

O jornal Morro Vivo! Viva o Morro! tornou-se uma publicação mensal, cujas edições vem sendo distribuídas desde 2010 e possibilitaram a descoberta de talentos para a escrita, a poesia, valorizaram a história e cultura local, incentivando a população a conhecer mais sobre onde mora.

As matérias são pautadas e produzidas pela comunidade, que levam informação e entretenimento a todos, mas mais do que isso, ao ter a população a incumbência de gerar o conhecimento, fortalece a busca do autoconhecimento, o descobrimento de que é possível pensar, aguçar a visão crítica dos acontecimentos, a inconformidade em aceitar as situações de forma passiva e a lutar por uma vida melhor.

Foram realizados passeios formativos para a TV Cultura, onde os educandos e educadores participaram do Programa Metrópolis ao vivo e depois puderam debater sobre a produção de um programa de televisão com o apresentador Cadão Volpato e equipe além de oficina/debate com o jornalista Goulart de Andrade nos bairros cota em Cubatão.

Até o presente ocorreram três edições do curso de formação do Projeto ComCom.

Legenda : Gravação dos bastidores do programa com produção integral do Projeto ComCom.
Fonte: Projeto ComCom².

Figura 43 - Programa Comunidade em Ação

A comunidade vem obtendo muitas conquistas com o ComCom. A Figura 43 mostra os bastidores do programa de TV que foi denominado Programa Comunidade em Ação e é transmitido pela TV UniSantos para toda a baixada santista duas vezes por semana.

4.1.1.3 NÚCLEO ARTE NAS COTAS – APLICAÇÃO DE MOSAICOS E ESTÊNCIL NOS ESPAÇOS COLETIVOS E FACHADAS DAS MORADIAS

Ateliê de arte e oficinas de arte educação para todos os moradores do Pinhal do Miranda e Cotas 95/100 e 200. O ateliê propicia apoio aos Núcleos de Urbanização e de Desenvolvimento Sustentável, por meio de intervenções de arte urbana.

Desde o ano de 2010 a comunidade pode participar de oficinas abertas e também do curso de formação com o intuito de aprender as técnicas de mosaico e estêncil para aplicar nos espaços coletivos.

² Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/projetocomcom/5740347453/sizes/m/in/photostream>>.
Acesso em: 10 fev. 2014.

Com o início das obras de urbanização, a comunidade, em conjunto com os artistas plásticos que coordenam o projeto, puderam intervir nos espaços públicos e também em algumas edificações particulares a fim de possibilitar um tratamento paisagístico às áreas urbanizadas e da população se apropriar dos espaços comuns.

As Figuras 44 a 46 mostram integrantes do Ateliê Arte nas Cotas produzindo trabalhos de estêncil em tecidos e divulgando à comunidade.

Legenda : Evento itinerante realizado na Cota 200 em 15 de janeiro de 2011 com oficinas abertas de mosaico e estêncil, distribuição de fanzine e transmissão ao vivo pela Rádio Voz do Morro. Fonte: Projeto ComCom³.

Figuras 44 e 45 - Ateliê Arte nas Cotas – evento itinerante

Legenda : Ambiente e dinâmica de produção da nova linha de produtos e cenário para a 3ª Feira Cultural e Gastronômica dos Bairros Cota. Fonte: Projeto ComCom⁴.

Figura 46 - Ateliê Arte nas Cotas – dinâmica de produção

As Figuras 47 a 54 demonstram algumas intervenções urbanísticas realizadas pelo Núcleo Arte nas Cotas em áreas comuns e fachadas de moradias do Pinheiro do Miranda e Cota 200.

³Disponível em: <<http://projetoacomcom.files.wordpress.com/2011/02/oficinas.jpg>> . Acesso em: 10 fev. 2014.

⁴Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/projetocomcom/9313869317/sizes/m/in/set-72157634690680953/>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

Legenda : Intervenções urbanas realizadas pelos integrantes das oficinas do Ateliê Arte nas Cotas. Antes e Depois. Fonte: Fotos – Autoria desconhecida.

Figuras 47 e 48 - Estêncil em edificações do Pinheiro do Miranda

Legenda : Intervenções urbanas em mosaico realizadas pelos integrantes das oficinas do Ateliê Arte nas Cotas. Fonte: Fotos – Autoria desconhecida.

Figuras 49 e 50 - Mosaico nas vielas 19 E 8 do Pinheiro do Miranda

Legenda : Edificação preparada para intervenção urbanística do Ateliê Arte nas Cotas. Fonte: Foto – Autoria desconhecida.

Figura 51 - Edificação da Cota 200 – antes

Legenda : Edificação pintada pelo integrantes das oficinas de estêncil do Ateliê Arte nas Cotas. Fonte: Foto – Autoria desconhecida.

Figura 52 - Edificação da Cota 200 – depois

Legenda : Edificação preparada para intervenção urbanística do Ateliê Arte nas Cotas. Fonte: Foto – Autoria desconhecida.

Figura 53 - Edificação da Cota 200 – antes

Legenda : Edificação pintada pelos integrantes das oficinas de estêncil do Ateliê Arte nas Cotas. Fonte: Foto – Autoria desconhecida.

Figura 54 - Edificação da Cota 200 – depois

4.1.1.4 NESDEL – NÚCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL COMO FORMA DE GERAÇÃO DE RENDA SUSTENTÁVEL

Esse núcleo possui a estrutura de galpões-oficinas para capacitação de grupos produtivos e desenvolvimento de linhas de produtos e de canais de comercialização para geração de renda.

As pessoas interessadas participaram de um curso de Economia Solidária e Desenvolvimento Local em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo com duração de três meses, que contou com a participação de 33 mulheres.

Da realização desse curso surgiu a formação do núcleo que consiste basicamente em agregar mulheres com interesse nos ramos de artesanato e alimentação para a promoção dessas atividades de forma organizada, eficiente e sustentável.

Em 2011, o grupo recebeu formação de manipulação de alimentos para eventos e realizou, com grande sucesso, a 1ª Feira Artística e Cultural dos Bairros Cota, que já está na quarta edição e ampliou o número de participantes no Núcleo para 22 mulheres na área de alimentação e 43 mulheres no artesanato.

Fonte: Slide – Autoria desconhecida.

Figura 55 - 1ª Feira Cultural e Artística dos Bairros Cota

Legenda : Material produzido pelas integrantes das oficinas de culinária e artesanato, respectivamente. Fonte: Fotos – Autoria desconhecida.

Figuras 56 e 57: 1ª Feira Cultural e Artística dos bairros Cota

A figura 55 mostra a realização da 1ª Feira Cultural e Artística nos bairros cota e as figuras 56 e 57 apresenta a exposição realizada pelo Núcleo NESDEL que comercializou seus produtos.

4.1.1.5 VIVEIRO ESCOLA – PROJETO COTA VIVA

Por ser um Programa de Recuperação Socioambiental, faz parte do PESM ainda a construção de um Viveiro Escola que consiste na estruturação de um viveiro de plantas e na realização de oficinas de educação ambiental para dar apoio aos Núcleos de Urbanização e de Desenvolvimento Sustentável e possibilitar o almejado reflorestamento da Serra do Mar.

Para iniciar o andamento do Viveiro foi criado o Projeto Cota Viva, voltado para as intervenções nos espaços coletivos dos bairros cota e com público alvo direcionado para as crianças com o intuito de transformá-las em agentes multiplicadores da educação ambiental.

O projeto Cota Viva iniciou suas atividades práticas em agosto de 2013, com a promoção de ações educativas na Cota 200.

O evento de inauguração contou com a integração dos demais núcleos. O Projeto Com fez a divulgação, a cobertura jornalística e fotográfica do evento, o NESDEL propiciou o lanche comunitário regional e saudável e o Ateliê Arte nas Cotas promoveu pintura artística dos pneus, que serviram de canteiros para as mudas e fez a colocação de mosaico na escada da Praça.

O Cota Viva está estruturado em 5 atividades de formação e sensibilização das crianças para a questão ambiental, que se tornam Agentes Ambientais Mirins, como demonstra a figura 58. Durante a formação as crianças aprendem a fazer mudas de árvores, a plantar sementes; realizam uma visita no Parque Estadual da Serra do Mar (núcleo Itutinga Pilões), realizam pinturas sobre jardins, flores e canteiros e trabalham com os materiais recicláveis e a questão do lixo.

Legenda : Evento de inauguração do Projeto Cota Viva em agosto de 2013. Fonte: Projeto ComCom⁵.

Figura 58 - Cota Viva – plantio na Praça da Mangueira – Cota 200

Este núcleo tem por finalidade o restabelecimento dos moradores no contato com a terra e atenção às questões ambientais. A figura 59 demonstra o plantio realizado num dos espaços coletivos da Cota 200, que foi urbanizado pelo Programa Serra do Mar.

⁵ Disponível em: <<http://projetoacomcom.wordpress.com/2013/08/29/projeto-cota-viva/>>. Imagem disponível em: <http://projetoacomcom.files.wordpress.com/2013/08/1185054_705313979484147_1798599516_n.jpg>. Acesso em: 10 fev. 2014.

Legenda : Evento de inauguração do Projeto Cota Viva em agosto de 2013. Fonte: Projeto ComCom⁶.

Figura 59 - Cota Viva – Plantio na Praça da Mangueira – Cota 200

4.2 PESQUISA DE CAMPO – A URBANIZAÇÃO VISTA PELO OLHAR DE AGENTES COMUNITÁRIOS E PARTICIPANTES DOS NÚCLEOS FORMATIVOS

A investigação científica não termina com os seus dados; ela se inicia com eles. O produto final da ciência é uma teoria ou hipótese de trabalho e não os assim chamados fatos. (Mead⁷, 1938 apud ALVES, 1981, p. 31).

A pesquisa de campo neste estudo tem o condão de enriquecer as hipóteses que podem ser suscitadas na investigação e propiciar o conhecimento do olhar dos que vivenciam os fatos. Assim, a investigação não termina com os dados coletados, mas se inicia com eles, como citado por Rubem Alves (1981) na frase acima, pois é a partir da condensação das informações que se torna possível analisar a participação e as mudanças sociais ocorridas nas áreas de urbanização da Serra do Mar, em Cubatão.

Os atores sociais possuem um papel ativo na construção de qualquer transformação social e ter a possibilidade de perceber as mudanças ocorridas pela visão dos envolvidos valoriza o protagonismo dos sujeitos, acrescentando à pesquisa o caráter intersubjetivo na

⁶ Disponível em: <<http://projetoacomcom.wordpress.com/2013/08/29/projeto-cota-viva/>>. Imagem, disponível em: <http://projetoacomcom.files.wordpress.com/2013/08/1236079_705315862817292_1670750620_n.jpg>. Acesso em: 10 fev. 2014.

⁷ MEAD, George Herbert. **The Philosophy of the Act**. Chicago: Charles Morris, 1938.

construção do conhecimento (MUTZEMBERG, 2011). Para Mutzemberg tanto os atores quanto o pesquisador têm papel ativo, sem reproduções de autodefinições sobre si e construções isenta de influências. Dessa forma, a relação entre pesquisador e pesquisado deve ser objeto de constante reflexão.

As informações coletadas passaram por um crivo reflexivo e ético de indagação do para quê servem tais dados? Estamos atravessando uma aparente crise de confiança nas medidas (ARREGUI, 2012), tendo em vista as profundas transformações que ocorrem pelo mundo aliadas ao contexto das crises econômica, ecológica e da globalização. Muitas vezes nos parece que os dados quantitativos produzidos não garantem e não resultam em políticas sociais de impacto positivo à população.

Surge daí a necessidade de se refletir constantemente o que medir e para que medir, a fim de que o dado, por si só, não engesse o processo de reflexão, uma vez que ainda que as informações sejam coletadas com os cuidados necessários, aliando quantidade e qualidade, deve-se lembrar sempre que os indicadores utilizados para a tomada de decisões possuem natureza provisória, contextual e, portanto, evolutiva (ARREGUI, 2012).

4.2.1 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa empírica propriamente dita se pautou pela seleção de integrantes do grupo de Agentes Comunitários existentes na estrutura do programa do Governo Estadual para serem entrevistados/colaboradores com a pesquisa e pela visita a uma reunião/oficina de cada um dos núcleos formativos em curso.

Por se tratar a pesquisa qualitativa e não mera aplicação de questionário, optou-se por selecionar 6 Agentes Comunitários entre os 68 que concluíram o curso para que pudéssemos nos aprofundar pelo processo pelo qual eles passaram.

Para a seleção dos seis integrantes os seguintes critérios foram adotados:

- 2 Agentes Comunitários do Núcleo de Urbanização residentes na Cota 200 com participação ativa no Programa.
- 2 Agentes Comunitários do Núcleo de Urbanização residentes no Pinheiro do Miranda com participação ativa no Programa.
- 1 Agente Comunitário eleito para representar a Cota 200 e que tenha deixado de participar das reuniões e encontros do Programa.

- 1 Agente Comunitário eleito para representar o Pinheiro do Miranda e que tenha deixado de participar das reuniões e encontros do Programa.

A escolha dos agentes se originou após pesquisa ao banco de dados localizado em Cubatão e conversas com coordenadores e técnicos sociais envolvidos. Quando necessário, as informações coletadas foram primeiramente submetidas à análise de pessoas da comunidade para comprovar sua relevância.

A pesquisa de campo com os Agentes Comunitários foi realizada em duas etapas:

- apresentação e entrevista: aos escolhidos foi explicado o objetivo da dissertação, a forma como se desenvolveu a pesquisa, o papel do entrevistado como colaborador do estudo; proporcionando o conhecimento prévio de todos os acontecimentos, realizando o cumprimento das formalidades necessárias com a assinatura do Termo de Consentimento, submetendo a entrevista semiestruturada para reflexão e, em seguida, iniciando a conversa/entrevista;
- encontro com o entrevistado/colaborador, a fim de serem discutidos em conjunto os textos produzidos e sistematizados a partir da entrevista com o objetivo de verificar inconsistências, corrigir incoerências, equívocos e perceber a eventual necessidade de suprimir ou acrescentar informações.

Esta segunda etapa é uma estratégia para garantir a efetiva participação, ética e a transparência da colaboração com a pesquisa.

O Termo de Consentimento citado acima é o documento firmado pelas partes que visa melhor esclarecer as finalidades, os papéis de cada ator e os compromissos.

A pesquisa foi desenvolvida de forma qualitativa com entrevistas com os participantes, sob o enfoque da transparência e participação, foi ainda dividida em três partes, identificação, desenvolvimento e avaliação. O desenvolvimento foi composto por dez questões e, por se tratar de um roteiro e ser semiestruturado, nem sempre todos os questionamentos foram realizados. Já na avaliação foi requerido ao entrevistado elencar três pontos positivos e três pontos negativos e fazer uma avaliação geral do Programa Serra do Mar.

Dessa forma, se buscou evidenciar o poder participativo e argumentativo sobre os temas abordados com fundamentação principalmente nos conceitos da autora Maria Lúcia Martinelli que diz

(...) pesquisa quantitativa era importante para dimensionar os problemas com os quais trabalhamos, para nos trazer grandes retratos da realidade, mas era insuficiente para trazer as concepções dos sujeitos. Como pensam sua problemática? Que significados atribuem às suas experiências? Como vivem a sua vida? (MARTINELLI, 1999, p. 20).

As entrevistas foram conduzidas sob a forma de perguntas abertas e fechadas em que se buscou captar a visão do indivíduo sob o que ocorre ao seu redor.

A necessidade de analisar os reflexos ocorridos com o desenvolvimento do Programa Serra do Mar faz parte do compromisso profissional de que devemos

(...) produzir práticas sociais que tenham a dimensão do coletivo, temos que dialogar com saberes múltiplos, temos que pesquisar e pesquisar com qualidade”, uma vez que “o dado numérico em si nos instrumentaliza, mas não nos equipa para trabalhar com o real em movimento, na plenitude que buscamos. Esses dados ganham vida com as informações outras, com os depoimentos, com as narrativas que os sujeitos nos trazem (...) (MARTINELLI, 1999, p. 21).

Além dos Agentes Comunitários, a pesquisa de campo também aborda a vivência nos núcleos formativos existentes nos bairros cota. Mas, à guisa de informação, essa pesquisa complementar consiste em uma visita–observação a uma reunião/encontro dos núcleos de urbanização, artes, comunicação e desenvolvimento local e viveiro e tem como intuito analisar a atividade coletiva e suas interferências práticas na urbanização e nas mudanças sociais ocorridas.

Assim, realizar uma pesquisa em que se permite ouvir o outro, com transparência ética e seriedade traz à tona o que os participantes pensam do que está sendo pesquisado, transferindo o protagonismo da pesquisa do pesquisador ao pesquisado, pois é o último que muito tem a dizer a respeito do assunto.

Quando se faz necessário utilizar o sujeito como interlocutor para o desenvolvimento dos estudos acadêmicos, principalmente nas pesquisas qualitativas, o pesquisador necessita buscar constantemente a ética em todas as suas ações, a fim de não enveredar por caminhos escusos e que, inexoravelmente, colocariam em xeque todo o desenrolar da pesquisa.

A autorreflexão alcança contornos ainda mais sérios ao lidar com o outro, uma vez que a colaboração na investigação com participação insere um ser a mais, um sujeito com seus próprios saberes, sua visão de mundo e crenças. Assim, não se pode tratar esse outro como objeto de estudo, “mas como parceiro intelectual no exame do fenômeno que se quer conhecer” (SCHIMIDT, 2008, p. 47), uma vez que a pesquisa não tem por objetivo estudar ou outro diretamente, mas sim compreender um fenômeno ou acontecimento que o outro está vivenciando, experienciando, o que possibilita o confronto com os pontos de vista do pesquisador, abrindo novas abertura de perspectivas. “A pesquisa desdobra-se no diálogo e na

confrontação de lugares sociais e culturais e na interrogação sobre diferenças e convergências que circulam o fenômeno estudado” (SCHIMIDT, 2008, p. 47).

E, neste caso, o outro que auxiliará nos caminhos do conhecimento do fenômeno é dotado de escolhas e liberdade, e que optará ou não para a boa condução da pesquisa.

Assim se desenha a ética no projeto de pesquisa que visa investigar a participação comunitária dos envolvidos no processo de urbanização, analisando a forma como ocorre tal participação e as mudanças sociais daí decorrentes.

Não se pode olvidar que se trata de um programa estatal e que, sob sua máquina, vem ocorrendo a implantação. Há inúmeros atores envolvidos na implantação, entes do Poder Público e da população local e cada qual vivencia a seu modo o processo de urbanização.

Podemos perceber que o Programa Serra do Mar implantou uma dinâmica de ações e intervenções nos bairros cota. Mas, qual o papel da comunidade nisso? Que mudanças sociais estão ocorrendo? Quanto uma política habitacional pode interferir no cotidiano das pessoas?

Para buscar resposta a essas questões segue a pesquisa desenvolvida em campo.

4.2.2 DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE

As entrevistas de campo ocorreram entre os meses de fevereiro e março de 2014, tempo em que as obras de urbanização se encontravam em diversos estágios. Os bairros cota, além de sua divisão já abordada, são também “divididos” em sub bacias. Durante a realização da pesquisa de campo, algumas sub bacias já se encontravam totalmente urbanizadas, enquanto outras se encontravam em fase de urbanização ou sequer tiveram vestígio de qualquer obra.

É importante destacar este ponto porque o estágio da obra foi citado em algumas respostas e, embora os Agentes Comunitários sejam eleitos para atuar no Programa como um todo, a visão das mudanças físicas e sociais podem ser influenciadas pela obra realizada ou não nas proximidades da moradia do Agente entrevistado.

Os encontros foram previamente agendados e o local da entrevista foi acordado com o entrevistado, sendo que dos seis entrevistados quatro sugeriram que a conversa fosse realizada em sua própria residência e dois, por questões de agenda e praticidade, marcaram em local público.

A influência do local nas respostas é latente. As entrevistas foram gravadas, os ruídos do ambiente, a impessoalidade e até a interferência de outras pessoas diminuíram a duração da entrevista e se concretizaram em respostas mais curtas, sem muita reflexão sobre os questionamentos suscitados.

Os entrevistados fizeram questão de se identificar, conforme se denota dos Termos de Consentimento incluídos no Anexo, porém nesta etapa serão apresentados por seus prenomes simples ou compostos.

A identificação foi a primeira etapa da entrevista e neste quesito as questões versavam sobre o nome, o bairro cota de residência e o tempo de moradia.

Em ambos os bairros cota – Pinheiro do Miranda e Cota 200 – foi possível notar que os entrevistados/colaboradores são moradores há muito tempo, alguns tendo sido concebidos e nascidos no local. Foram entrevistados três homens e três mulheres com idades entre 40 e 65 anos.

No primeiro questionamento do item desenvolvimento foi perguntado se o entrevistado participava da comunidade antes do Programa Serra do Mar e de que forma isso se dava e as respostas foram as seguintes:

Eu sempre fiz e faço esse papel. Antes do projeto... a política tá em todo lugar. Antes de chegar o Projeto Serra do Mar eu mexia com política, eu apoiei alguns vereadores e depois que chegou esse projeto tô fazendo esse trabalho aí, tá na veia, não tem como fugir. Às vezes a gente se aborrece, sai fora, mas depois volta de novo. Vou para Câmara, vou para a Prefeitura. Tô sempre fazendo o papel do cidadão, se todo cidadão fizesse um pouquinho o negócio era melhor (Antônio Pedro – atuante – Pinheiro do Miranda).

Já participava. Por exemplo, essa faixa do oleoduto era um depósito de lixo. Eu tentei fazer um jardim, mas a Petrobrás só deixava plantas pequenas. Eu tenho uma associação desde 1999, onde termina o meu mandato agora, de capoeira, eu fui mexendo, tirando a molecada das drogas, através dessa entidade sem fins lucrativos (Joelito – atuante – Pinheiro do Miranda).

Não participava, tenho família grande, filhos, netos e sempre ajudei a cuidar deles (Maria José - deixou atuar – Pinheiro do Miranda).

Eu era comerciante, tinha uma mercearia e não tinha tempo disponível para participar (Carlos Guilherme - atuante – Cota 200).

Eu participava na Igreja e na Sociedade de Melhoramentos (Ester - atuante – Cota 200).

Não participava antes (Tânia - deixou de atuar – Cota 200).

Três participantes já participavam na comunidade antes da chegada do Programa Serra do Mar e outros três não participavam. Não foi estipulada nenhuma categoria ou atribuído

qualquer significado à participação na comunidade, exatamente para saber do entrevistado qual era sua forma de participação para a partir daí entender a significação para cada um.

As formas citadas foram envolvimento político, de cunho assistencial e cultural, religioso e de organização da comunidade.

A segunda questão versou sobre a visão do entrevistado em ser liderança, se ele se considerava assim. E, em caso positivo, se já se considerava liderança antes do Programa Serra do Mar ou se é uma liderança por causa dele.

Sim. Eu entrei a fazer esse trabalho aí há uns 20 anos, a partir dos 25 a 30 anos de idade, aonde tinha reunião eu ia. Sempre me envolvi em projetos sociais como os oferecidos pela Petrobrás de Jovens Aprendizes, a Sociedade de Melhoramentos, que hoje sou Vice Presidente, reunião da Câmara, da Prefeitura (Antônio Pedro – atuante – Pinheiro do Miranda).

Sim, claro. As pessoas me procuram para ajudar, levar gente no hospital, a pessoa saiu da empresa e eu ajudo a resolver (Joelito – atuante – Pinheiro do Miranda).

Comecei a participar em 2009 porque fui na reunião de apresentação (do Programa Serra do Mar) e um dos meus netos é que me indicou e falou para eu me candidatar a representante para saber o que ia acontecer aqui. Eu não sei se sou uma liderança, no momento não tô participando ativamente porque a área que eu represento está parada por causa da terra, do fundiário (Maria José - deixou atuar – Pinheiro do Miranda).

Com certeza. Há momentos que a gente fica decepcionado com as coisas que acontecem, mas é uma coisa natural, eu sempre tive esse espírito de liderança. As pessoas me procuram, tanto da nova comunidade (o Sr. Carlos se mudou para uma unidade habitacional nos novos bairros – Jardim Casqueiro em outubro de 2012) como as pessoas do bairro cota. Eu comecei quando eu me aposentei em janeiro de 2009 e tive tempo disponível e já comecei a participar principalmente dentro do Programa Serra do Mar. Dois meses antes de eu me aposentar eu perdi minha mãe, que morava comigo, eu fiquei detonado, mas quando começou o programa eu comecei a participar para preencher o tempo. No começo me envolvi devagar, mas depois foi crescendo, procurei não defender os meus interesses, mas sim os interesses da comunidade tão logo aconteceu a eleição para Agente Comunitário (Carlos Guilherme - atuante – Cota 200).

Sim. Eu me considero, não sei se a comunidade me considera. Eu já tinha um perfil, mas o Programa me incentivou mais, me ajudou muito (Ester - atuante – Cota 200).

Não me considero (Tânia - deixou de atuar – Cota 200).

As entrevistadas que deixaram de atuar apresentaram respostas diferentes das que permanecem atuando. Uma delas afirmou não se reconhecer como liderança e a outra ficou em dúvida, mas os demais se reconhecem e, de maneira geral, afirmam que o Programa Serra do Mar fortaleceu a representação.

A terceira questão se reportou ao início da segunda fase do Programa Serra do Mar ocorrida em 2009/2010 com o curso de formação de Agentes Comunitários. Aos entrevistados/colaboradores foi questionado como eles avaliavam o curso e se houve alguma transformação na visão de mundo e na forma de atuar por causa do curso.

Foi bom, o curso foi bom, é veja bem, tudo o que você aprende é bom. Ele trouxe muito conhecimento, coisas que eu não conhecia, passei a conhecer no curso. Só que a gente fez o curso e hoje se o pessoal tivesse atuando, como eu, a gente teria mais sucesso. Começamos com 211 no começo, caiu prá 61 que tem certificados e hoje no Pinheiro do Miranda tem só uns 10 a 12 atuantes. Se a união fosse maior poderia estar melhor. Em média há 6 Agentes Comunitários nas reuniões (Antônio Pedro – atuante – Pinheiro do Miranda).

Foi um conhecimento como atuar, como lidar, é muito difícil lidar com gente, mas eu gosto de gente. Tem uns rebeldes, mas você vai domando e vai chegando lá. Eu nunca tive problema, já participei de muitas coisas. Se você entra numa sala e vê um cara com uma perna cruzada, você entra e vai cruzar também, se você vê todo dia um cara fumando maconha perto da sua casa, uma hora você vai fumar também. Tenho ideias para longe, para depois daquele morro ali que você está vendo (aponta para um morro arborizado da Serra do Mar). O que está para cá não me interessa porque eu já tô vendo, quero saber o que está para lá, pois é lá que vou descer (Joelito – atuante – Pinheiro do Miranda).

Foi muito bom. Eles passam muita informação sobre cidadania, sobre democracia, como a gente tem que participar para reivindicar os nossos direitos daqueles que governa. Desde o começo elas deixavam bem claro como exercer a cidadania. Teve transformação porque hoje se precisar ir para a rua, ir prá prefeitura reivindicar meus direitos mudou muito minha visão de ver as coisas que tá acontecendo no Brasil e que não há mudança porque o povo não exerce essa cidadania (Maria José - deixou atuar – Pinheiro do Miranda).

O curso foi fundamental, foi muito, mas muito importante mesmo porque dentro do próprio curso a CDHU nos presenteou com uma série de outros cursos complementares que agregaram ao curso propriamente dito de Agentes Comunitários. Foi uma coisa transformadora. Teve um curso de reaproveitamento de lixo e reciclagem, outro de mediação e resolução de conflitos que foi muito importante porque a gente pôde colocar em prática. Esse curso aí valeu demais! (Carlos Guilherme - atuante – Cota 200).

Excelente. Houve muita dinâmica, me deixou mais preparada para mais conhecimento, eu queria sempre saber mais. Agora eu estou na área da Educação, porque através disso aí eu fui escolhida no meu emprego, como eu tinha o certificado dos cursos que eu fiz lá, então no meu emprego fui chamada para a área da educação, tenho ido fazer palestras nas escolas (Ester - atuante – Cota 200).

Eu gostei muito do curso porque eu conheci muitas coisas. Mudou minha visão de mundo (Tânia - deixou de atuar – Cota 200).

Todos os colaboradores da pesquisa enaltecem o curso de formação dos Agentes Comunitários apontando aspectos de possibilidade de aprendizado, de despertar para a participação, de descoberta e assimilação de conceitos como cidadania e democracia.

É interessante observar traços de empoderamento nas falas dos entrevistados, como a Sra. Maria José que ressaltou que as mudanças não ocorrem no Brasil porque o povo não exerce sua cidadania e que se hoje for preciso reivindicar ela está mais preparada.

A quarta pergunta solicitava que os participantes avaliassem a saída dos outros Agentes Comunitários eleitos.

Na minha opinião as pessoas achavam que fazendo esse curso as coisas iam ser melhores para eles, aí eles fizeram o curso e viram que não ia melhorar nada para eles, então esse pessoal se afastou. Aí só ficou quem tá na veia mesmo, quem lidera pelo coletivo. Teve uns também que se beneficiou, que tá dentro do projeto Serra do Mar, que montou empresa e hoje tá no projeto. Atua? Não atua mais nada porque sabe que vai ter breque, pressão dentro da empresa dele. Luta mesmo, luta pelo um bairro melhor, levar proposta, discutir, lutar pelo morador, poucos que fazem isso aí. Às vezes num atendimento com os técnicos sociais tem empecilho, aí o morador sente uma dificuldade terrível, vai no EAT e o técnico fica batendo na tecla que assim, assim porque é orientação que o técnico recebeu tá dentro dos critérios, das normas, aí trava. Ali é que entra o papel do agente comunitário de ouvir o morador, tentar entender e ir lá, pegar o morador e levar até lá e às vezes um pingão no i resolve o empecilho porque tem barreira. Então o trabalho do agente comunitário é esse, mas poucas pessoas faz isso, aqui no meu bairro só quem faz sou eu. Eu ouço o morador e pelas informações que eu já tive da CDHU já dá prá ter uma noção se o morador tem direito. Tem agente comunitário que só participa de reunião, só vai na reunião saber a informação prá ele e acabou, não espalha prá ninguém (Antônio Pedro – atuante – Pinheiro do Miranda).

Cubatão é um lugar muito politiqueiro. O que mata o Brasil é eleição de 2 em 2 anos. Atrapalha a cabeça das pessoas porque tem pessoas que tem dificuldade para pensar. Quando vê que a coisa tá complicada coloca-se a memória num copo d'água e volta no dia seguinte porque você vai refletir melhor. O povão foi muito pela conversa da politicagem. A Prefeitura e o Governo do Estado não tem união, quando alguém governa a cidade não é para o partido. Quando tem obras na nossa cidade nós temos que abraçar e não dificultar. Muitos foram enganados e os políticos ganharam votos porque diziam que as famílias não iam sair (Joelito – atuante – Pinheiro do Miranda).

Foi porque cada um tava olhando seu próprio interesse e muitos porque queriam estar ali para ganhar uma renda. E agente comunitário não tem que ganhar, tava ali só para ver seu umbigo, não tava ali pelo todo. Agora eu tô indo mais devagar, não que eu não seja mais agente, mas é porque a área que eu represento está parada, não tem muita informação porque o processo tá na Justiça. Eu represento esse trecho da Faixa do Oleoduto para cá (Maria José - deixou atuar – Pinheiro do Miranda).

Eu me recordo bem lá no Jardim Europa onde eu morava foram eleitos 12 e só restaram 2. Primeiro, as pessoas de um modo geral sempre se sentiram esquecidas pelo Poder Público e cada um estava mais preocupado com sua situação individual e não preocupados com o todo. Eu sempre fui contrário a isso e sempre repassando para as pessoas que precisávamos participar como uma frase que usei muito lá que é juntos somos maiores e melhores. A gente não pode se dispersar, tem que se unir em prol de benefícios para a comunidade, para todos e não individual. Os que foram saindo estavam preocupados só com o seu lado. O fator de se um trabalho voluntário, não ganhar nada, esse tipo de coisas, pensamento pequeno, muito pequeno (Carlos Guilherme - atuante – Cota 200).

Todo cargo tem o seu encargo. A pessoa quer o cargo, mas não quer o encargo. Para se formar tem que participar, você não pode faltar, tem que se interessar, estar

presente, às vezes você vai numa reunião que não é bacana, não rendeu nada, aí você já desanima e não pode, tem que persistir, perseverar (Ester - atuante – Cota 200).

Eu acho que muitos não aguentaram as cobranças dos moradores, eles achavam que porque éramos Agentes nós precisávamos resolver tudo, mas tem coisas que a gente não podia resolver não, eu mesma parei por causa da pressão. Quando começaram as obras eles achavam que a gente tinha que resolver e se pôr na frente, mas eu desisti por causa da pressão (Tânia - deixou de atuar – Cota 200).

Essa pergunta foi realizada mesmo para as duas entrevistadas/colaboradoras que deixaram de atuar e foi interessante perceber que uma delas afirma que, na verdade se encontra afastada porque a obra não foi iniciada na área onde ela reside e representa. Já a outra entrevistada deixou de participar justamente porque as obras se iniciaram por onde ela morava e representava e as questões decorrentes da obra se transformaram em constante pressão dos moradores sobre a agente que, por fim, optou por não exercer mais esse papel.

De maneira geral os entrevistados afirmam que as principais motivações para as saídas dos agentes comunitários foram: individualismo, interferência política, encargos e cobranças.

No quinto questionamento foi solicitado que os entrevistados/colaboradores identificassem alguma conquista que os Agentes Comunitários tenham tido.

Olha, a conquista mesmo, eu penso o seguinte que saiu todo o Grotão, era uma área de risco, tinha 637 famílias. Quando chovia a gente já ficava com medo porque lá o barranco já descia já encostado. Prá mim a maior conquista foi isso aí. Para os outros é bom porque hoje no nosso bairro tá sendo feito rede de esgoto, pavimentação... Esgoto é fundamental porque causa muita doença, a dengue, isso é fundamental numa comunidade, em segundo foi esse ganho e em terceiro é a urbanização que tá muito lenta, não tô satisfeito, tem muitos erros, serviços refeitos duas ou três vezes por causa de quebra. A empreiteira começou fichando funcionário dela mesmo, na metade começou contratar outras empreiteiras e o serviço não tem qualidade, eu reprovo. O Programa Serra do Mar chegou numa hora boa, é muito bom, mas a obra tem falha. A parte de Projeto trava, prá fazer uma urbanização primeiro entra o Projeto que libera a Obra para executar. Tem beco e viela que foi pavimentado sem projetar. Primeiro tem que projetar e depois executar (Antônio Pedro – atuante – Pinheiro do Miranda).

Sim, teve. Tudo na vida que a gente consegue é uma conquista. Aqui eram mais ou menos 7.000 famílias. Tenho medo que comecem a invadir. Eu penso que não vai acontecer isso, né? (Joelito – atuante – Pinheiro do Miranda).

Com certeza. O Projeto ComCom. A gente tem que passar mais paz, harmonia, mais amor para as pessoas, vida, valor, ajuda mútua (Maria José - deixou atuar – Pinheiro do Miranda).

Muita coisa. Tem hora que eu fico orgulhoso de muita coisa que eu participei diretamente. O mais sólido é o Jardim Europa hoje, tem momentos ali que eu olho e me emociono. Isso aqui aconteceu porque eu lutei, isso é fruto do meu trabalho. E não é uma coisa, duas, três, é muita coisa! A gente conseguiu transformar! (Carlos Guilherme - atuante – Cota 200).

Teve, nós fomos ouvidos (Ester - atuante – Cota 200).

No Jardim Europa ficou legal as coisas lá, foram muitas conquistas lá (Tânia - deixou de atuar – Cota 200).

Neste ponto identificamos itens que se encontram com o tema da pesquisa: mudança e participação. As respostas identificaram como conquista a eliminação das áreas de risco, a existência dos projetos sociais, a urbanização com suas melhorias de acesso e a possibilidade de participação estampada na frase da moradora Ester: “nós fomos ouvidos”.

Também aqui foram manifestadas preocupações com a qualidade da obra e o descompasso entre as equipes de projetos e obras e a possibilidade de ocorrerem novas invasões.

Na sexta pergunta foi feita a afirmação de que o Programa Serra do Mar implantou alguns projetos sociais e aos participantes foi questionado se eles se preocupam com a continuidade desses projetos.

O Programa trouxe quatro projetos sociais para a nossa comunidade. Hoje tem gente sendo profissional através desse projeto. Foi levado para o SENAI, o cidadão fez o curso de pedreiro, elétrica, pintor e hoje é um profissional através do projeto. A parte do Ateliê, hoje nossa comunidade tá afiada em parte de arte, nós não conhecíamos esse projeto de Ateliê, de arte, ensinou muito a gente, tá trazendo renda, tem gente ganhando seus trocadinhos todo mês aí, o ComCom também, uma parte de comunicação, fez muitos alunos e a NESDEL a parte da cozinha hoje tá aí atuando, abriram até CNPJ, tem as Fabricoteiras de 4 ou 5 mulheres que estão tocando, fabrica aqui na comunidade e tem uma barraquinha lá no Parque Anilinas e começa assim a degrau e a CDHU faz sair e vai deixar esses projetos aí e vai da nossa comunidade dar continuidade. Eu me preocupo porque se amanhã ou depois o Ateliê sair dali para onde vai o Ateliê? A gente não quer só o espaço, quer que construa o Centro Comunitário, o Ateliê. O ComCom arrumou um lugar ali em cima onde foi retirado um morador, mas tem que reformar (Antônio Pedro – atuante – Pinheiro do Miranda).

Hoje temos a Cota Viva, eu queria aprender a mexer com a terra, então eu tô participando. Tem uma parte do programa que eu me preocupo. Galerias com tampa, ninguém dorme por causa do barulho, o melhor é manilha. Eles desperdiçam muito material. Esse dinheiro nós vamos pagar e depois vamos pagar de novo. Na Cota 200 a urbanização está uma porcaria. Falta apoio da Prefeitura de Cubatão, eles vão aparecer para pedir votos (Joelito – atuante – Pinheiro do Miranda).

Com Com, Ateliê de Artes, NESDEL. Eu participava do NESDEL porque sou salgadeira. Trouxe muito conhecimento para quem mexe com alimentos. Eu creio que os projetos vão continuar porque o Ateliê já está em produção. Nós da NESDEL estamos devagarzinho porque empresa quando começa é difícil. Eu to esperando subir condução porque o espaço é na Cota 200. Há promessa que com a urbanização as lotações vão subir, se subir eu volto a participar. O governo tinha que ter providenciado um teleférico para subir na Cota 200 (Maria José - deixou atuar – Pinheiro do Miranda).

Eu me preocupo tanto que desde bem antes de eu vir para os novos bairros eu solicitei até a participação do BID para que trouxesse esses projetos para cá. Eu tenho certeza absoluta que o sucesso do Programa Serra do Mar fundamentalmente foi devido a esses projetos sociais. As pessoas não tem a dimensão do poder desses projetos sociais. O ateliê é emocionante, me dá um nozinho na garganta de lembrar

das situações do início. É a mesma coisa que você pegar um analfabeto e alfabetizar. Gente que olhava uma pintura e para ela não queria dizer nada e de repente começou a se envolver com isso e começou a inspirar o lado artístico, começou a ver a vida com mais cor, mais alegria, começou a participar mais devido ao ateliê, que foi fundamental. Eu fui radialista nos anos 70 e nós fizemos um simulado de rádio para o pessoal do BID e fizemos um simulado com um celular, mas eles acharam que já estávamos com emissora. Quando começou o Projeto ComCom, olha eu vou falar a verdade, isso para mim foi a mola propulsora do sucesso mesmo do Programa. Ele é fantástico, deu voz para a comunidade, fez um intercâmbio entre Estado e população. Sem contar o divertimento, entretenimento. E por outro lado, a formação de novas lideranças e também, principalmente para os mais jovens, que não tinham possibilidade nenhuma em aprender a fazer rádio, jornal, TV. E a gente tem hoje lá um pessoalzinho que tá fazendo faculdade de fotografia, comunicação, jornalismo. Eu lembro de uma que começou novinha, era da Água Fria, a Duda, e hoje é uma das que comandam o Projeto ComCom. Ela escreveu uma novelinha e quando começou não sabia nada e despertou lá. Eu mesmo voltei a fazer rádio, eu tinha poesias guardadas e com o projeto isso reavivou, eu publiquei minhas poesias, antes ficava tudo guardado e hoje sou conhecido em Cubatão por Carlos Poeta e participo do Clube da Poesia de Cubatão. Através da poesia eu manifestei as necessidades da comunidade, uma se chamava Remoção, que eu fui o interlocutor daquele morador resistente, que não queria sair de forma alguma daquele espaço e uma outra em que o morador sonhava em morar numa casa sobreposta no Casqueiro e foi realizado esse sonho. Isso foi muito importante porque a gente usou jornal nesse caso. Esse jornal, eu percebia, porque ao mesmo tempo que a gente é jornalista, a gente é jornaleiro, dava prá ver a satisfação das pessoas pelo jornal. No início tinha muita rejeição (ao Programa Serra do Mar), era quase que total e, paulatinamente, a coisa foi mudando. E isso é porque os projetos sociais trabalhavam em conjunto (Carlos Guilherme - atuante – Cota 200).

Me preocupo. Participo do ComCom pela empresa que eu trabalho. Antes eu estava desempregada e comecei a fazer jornal, depois consegui emprego e nos pediram opinião sobre como melhorar o nosso trabalho, diversificar e dar mais oportunidade para as meninas e eu falei do ComCom e levei o Diretor da empresa lá. E agora na matrícula desse ano, nós estamos participando do ComCom (Ester - atuante – Cota 200).

Eu gostaria que o pessoal continuasse, que não abandonasse não (Tânia - deixou de atuar – Cota 200).

Esse foi o ponto mais sensível dos questionamentos. Durante a conversa com os colaboradores foi possível perceber que neste item eles conseguiram refletir mais, se distanciar da objetividade para analisar o subjetivo, relataram histórias de sucesso suas e de outros, experiências vividas com a atuação dos projetos sociais implantados e apontaram que cresceram e se sentiram mais valorizados pelo novo conhecimento e pelas possibilidades que surgiram na vida.

Dos entrevistados, cinco relataram ter participado de algum projeto social e apenas uma entrevistada construiu sua resposta não demonstrando envolvimento pessoal algum, manifestou empatia, mas transferiu aos outros a continuidade dos projetos, sem se envolver.

O sétimo item perguntou se os participantes achavam que alguma coisa havia mudado com a chegada do Programa Serra do Mar.

Mudou totalmente, mas tem esses acertos aí, por exemplo o nosso lado não foi feito nada ainda porque tem que achar um caminho para desvencilhar a MD Papéis/Santista de Papéis, tem que entrar no Cartório para desmembrar a nossa área. Em 2007 foi quando congelou a área e em 2009 começaram as remoções do Grotão. O Projeto é ótimo! Só que a parte da CDHU tem umas pessoas que.... . Eu fui em Bertioxa e vi a empreiteira que tá fazendo a obra, serviço de qualidade, aí eu olho lá e olho aqui e falo meu Deus, falta fiscalização da parte da CDHU porque concorda com tudo o que os empreiteiros fazem, tem que ter fiscalização rígida por gente que conhece de obra porque eu sou segurança e não entendo de obra. Os materiais são tudo de primeira, mas a mão de obra... O Social daqui atua bem, mas também tem muita reclamação porque tem técnico que atende bem, outros não muito (Antônio Pedro – atuante – Pinheiro do Miranda).

Mudou muita coisa sim (Joelito – atuante – Pinheiro do Miranda).

O programa trouxe mudança por causa do acesso das pessoas nas ruas, tudo é diferente, foram canalizadas as águas, os esgotos que viviam prá todo canto, trouxe um bom benefício para os moradores (Maria José - deixou atuar – Pinheiro do Miranda).

Mudou radicalmente. Mudou para quem ficou e mudou até mais para quem saiu. As pessoas se valorizaram mais, despertou o espírito de cidadania. Um fato que poderia passar despercebido, mas eu não deixo, porque um fato que acontece com qualquer cidadão é todo início de ano as pessoas receberem o carnê do IPTU, as pessoas reclamam, e eu me recordo quando no ano passado chegou um calhamaço de carnês e eu, como síndico, peguei e fui distribuir e já imaginando a reação, mas pelo contrário, o cara pegava o carnê e eu percebia o sorriso no rosto, parecia que ele dizia: caramba eu tô sendo reconhecido como cidadão! Hoje eu tenho um endereço, o correio vem aqui e entrega uma coisa para mim.

No dia da mudança nós percebíamos que as pessoas descartavam pelo menos 50% do seu mobiliário. Os outros 50% que vieram eram descartados também. Mas aí a gente pensa: caramba, mas a renda do cara permitia isso? Não. Se fosse lá não teria permitido, mas aqui permitia. Minha esposa tá fazendo salgadinho, as pessoas se viram para ter uma renda extra, para crescer. Isso aí aconteceu com muita gente, eu soube de gente que no próprio trabalho cresceu porque a desenvoltura dele, a qualidade do trabalho melhorou e ele foi promovido. Isso se deu devido a uma situação dessa, o cara tá morando num lugar bom, outro conforto, que é reconhecido como cidadão e isso é fundamental (Carlos Guilherme - atuante – Cota 200).

Tudo mudou (Ester - atuante – Cota 200).

Mudou para melhor, a urbanização. Muitos criticaram porque tiveram que sair, eles não entenderam que com a urbanização teriam que sair porque não estavam preparados, não entendiam. Eu mesma tive que sair do Jardim Europa, eu quis continuar (nos bairros cota) e fiz uma troca para morar na Rua 4. Minha casa saiu para alargar a rua (Tânia - deixou de atuar – Cota 200).

Todos foram unânimes em afirmar que houve mudanças, mas pelas respostas é possível perceber que os comentários se detêm mais nos aspectos físicos, nas obras de urbanização. Mas também foram citados os benefícios das obras e suas consequências na vida das pessoas, na valorização do ser humano, na dignidade e cidadania.

A oitava pergunta foi realizada para saber se o Programa permite ou não que as pessoas participem.

O projeto permite participar, não participa quem não quer, tá aberto para todo mundo. Eu pensava que ia ser fechado, mas uma coisa que eu admiro é isso aí, tá lá, são marcadas as reuniões e participa quem quiser, é aberto para todo mundo. Isso aí é fundamental, avançou totalmente. Às vezes a gente tem ideia e eles aceitam as nossas ideias (Antônio Pedro – atuante – Pinheiro do Miranda).

As pessoas não vão porque não querem. O programa permite sim. As pessoas não vão para discutir a comunidade, mas uma questão pessoal (Joelito – atuante – Pinheiro do Miranda).

Só quem não participa é quem não se interessa mesmo de tá em reunião, de estar nos projetos. Foram convidados prá todos, a comunidade toda. Foi bem divulgado com carro de som, com cartaz, com convite pessoal, foi expandido para toda a comunidade sem distinção de pessoas. Só quem não quer que não participa de arte, prá gerar renda. No NESDEL vem muita gente do Consulado dá cursos de como manipular os alimentos (Maria José - deixou atuar – Pinheiro do Miranda).

Permite e é muito importante as pessoas participarem. A participação é fundamental. Quando fala em participação eu me lembro da Bel (ex-Coordenadora dos Projetos Sociais e do Curso de Formação dos Agentes Comunitários) porque ela falava muito em participação. E não é apenas nos projetos, mas como cidadão, com a vida do país (Carlos Guilherme - atuante – Cota 200).

Permite (Ester - atuante – Cota 200).

É só querer participar, Tá aberto para quem queira ir (Tânia - deixou de atuar – Cota 200).

A unanimidade também foi demonstrada nas respostas a essa questão sobre participação. Todos afirmaram que o Programa foi construído de forma a aceitar a participação de todos. Há inclusive a menção de que a divulgação foi bem ampla para que toda a comunidade soubesse da existência do Programa Serra do Mar.

A nona questão foi sobre como ocorrem as discussões e decisões sobre o que implantar nos espaços públicos das áreas de urbanização.

A discussão sobre os espaços trava, a gente não tem muito sucesso porque um grupo aprova, outro desaprova. Eu desaprovei na reunião hoje porque foi tirado algumas coisas que ia beneficiar mais a comunidade, mas o projeto é bom, só porque ficou de fora a construção do Centro Comunitário e o Ateliê, ficou só o espaço, mas não a construção, aí eu desaprovei. Isso deveria tá dentro. Área de lazer combina com arte (Antônio Pedro – atuante – Pinheiro do Miranda).

Nós vamos ter um Centro Comunitário, agora terminou o contrato. Tem uma mulherada que agora uniu, a mulher é muito boa para essas coisas. Não pode só brigar só pelo pedaço (Joelito – atuante – Pinheiro do Miranda).

Moradores decidem. Às vezes não é numa reunião só que se discute o que vai fazer com o local, porque tem conflito entre os moradores que às vezes não querem uma área aberta porque vai usar droga etc. A CDHU deixa que traga proposta, sugestões para fazer um acordo (Maria José - deixou atuar – Pinheiro do Miranda).

Inicialmente as coisas vem prontas, mas cabe à comunidade mudar e aí é importante o espírito de liderança dentro da comunidade para que as necessidades da

população sejam atendidas. Precisa ser através do diálogo, tem que comprovar a necessidade disso ou daquilo (Carlos Guilherme - atuante – Cota 200).

Os Agentes Comunitários são chamados para uma reunião e se discute com o Social da CDHU. Há muitos líderes da Cota 200 que se mudaram, mas alguns voltam para dar ideias e discutir sobre o assunto (Ester - atuante – Cota 200).

Nessas decisões as pessoas ficam mais apreensivas porque às vezes as pessoas possuem quintais grandes e acham que não devem retirar suas plantas, hortas, mas se é um progresso, precisa conversar. A CDHU deveria debater antes com os moradores (Tânia - deixou de atuar – Cota 200).

Pelas respostas apresentadas a esse quesito é possível observar que há discussões e debates constantes sobre o que implantar nos espaços públicos. Alguns se demonstraram insatisfeitos com os desfechos, outros afirmaram que são os moradores quem decidem e outros disseram que a situação é apresentada pronta pela CDHU, mas cabe aos moradores buscar alterar, caso seja melhor para a comunidade.

Partindo do pressuposto da análise da participação, envolvimento e empoderamento da comunidade, nota-se que há espaço para conversa, que o diálogo e até o enfrentamento do Poder Público com a comunidade ocorre nessas reuniões do Núcleo Operacional de Urbanização e isso é muito importante.

A décima questionava se os envolvidos se lembravam da aceitação de alguma ideia que tenha sido sugerida pela comunidade nas discussões sobre a urbanização.

Eu dei várias ideias, mas não tô lembrando de nenhuma ... o espaço de skate foi da comunidade, hoje tem praça das crianças, praça da horta, de idosos que nós aprovamos, mas foram ideias da CDHU. Tem também a praça do galinheiro que tá quase concluída, lá eu achei legal, era um brejo, um lugar perdido e se transformou num lugar bonito. Vai ser uma boa transformação. A urbanização da Cota 200 tá na frente, já tem mirante, não sei quantas quadras. Prá lá parece que foi feito mais coisas que para o Pinheiro. Acredito que a liderança lá seja mais forte, tenha mais participação, mais ideias, mais discussão. Eles lutam pelo projeto de TransCota e estão discutindo isso. Seria bom prá nossa comunidade também para ir prá Cota 200 sem utilizar a Anchieta. Nosso bairro é pouca liderança, não tem muita combinação. (Antônio Pedro – atuante – Pinheiro do Miranda)

Ah! Tem muitas coisas. (Joelito – atuante – Pinheiro do Miranda)

Todas as sugestões são dadas pelos moradores, mas tem toda uma engenharia, um processo, não pode fazer só com a sugestão, mas tem que estudar o solo. Foi criado espaço para idoso, para criança, não tinha área de lazer, são pequenininhas, mas faz a diferença (Maria José - deixou atuar – Pinheiro do Miranda).

A ponte do Jardim Europa foi um caso. Era bem pequena feita há 50 anos e pelo projeto inicial ia ter o mesmo tamanho. Mas, quem mora lá sabe que duas, três vezes por ano quando chove muito na cabeceira da Serra o volume de água é absurdo e o pessoal de Projetos não estava aceitando e nós falamos que precisava provar isso. Aí calhou de dar uma chuva danada, a gente filmou e aí mostramos. Tudo foi revisto e a ponte virou o Viaduto do Chá da Cota 200 e dessa, surgiram

mais duas pontes, que no começo nem estavam no projeto (Carlos Guilherme - atuante – Cota 200).

A urbanização não chegou ainda onde eu moro (sub bacia Shopping). No Jardim Europa a comunidade pleiteou que uma oficina mecânica programada para sair ficasse na área, porém, quando chegou o equipamento de lazer que seria implantado em área contígua à oficina, o dono da oficina não aceitou e se voltou contra a liderança, que havia lutado por ele. E agora ele quer o espaço só para ele (Ester - atuante – Cota 200).

Não me lembro (Tânia - deixou de atuar – Cota 200).

Quando solicitados a se recordar de ideias sugeridas pela comunidade e que tenham sido aceitas houve um esforço para separar o que foi referendado, simplesmente aprovado daquilo que foi sugerido e aceito.

O destaque positivo fica por conta da história de sucesso da cota 200 que conseguiu comprovar a necessidade de uma ponte que foi apelidada pelo Sr. Carlos de Viaduto do Chá da Cota 200 e o destaque negativo se deu pela sugestão da comunidade de defender a permanência de uma oficina que pelo projeto inicial tinha a indicação de remoção para as obras de urbanização e que depois o proprietário da oficina não permitiu a instalação de equipamentos de lazer em área contígua à oficina prejudicando a comunidade que o havia defendido.

Na parte da avaliação foi solicitado aos entrevistados/colaboradores que elencassem três pontos positivos e três pontos negativos do Programa Serra do Mar.

Positivos: meio ambiente: parou totalmente as invasões, se não fosse o congelamento e a fiscalização o Pinheiro do Miranda já teria interligado com a Cota 200, isso ajuda na preservação; cachoeiras: se trabalharem como estão falando nossas nascentes podem voltar, hoje elas tão servindo de rede de esgoto; retirada do Grotão: esse é o ponto fundamental porque o patrimônio maior é a vida. Eu fiz curso do COMDEC da Defesa Civil para atuar em caso de necessidade. De cada bairro foram umas 3 pessoas, aí quando chovia, nós ia lá para o Grotão, a gente ligava para a Defesa Civil e ajudava. Se deixa lá ia acontecer tragédia.

Negativos: falta fiscalização da CDHU para olhar a qualidade da obra. Eles trabalham dentro da comunidade, passando máquina, caminhão e eles não estão nem aí, e eu fico indignado com os buracos abertos, falta de segurança para a população, pode acontecer até um acidente; vou falar do social também porque às vezes tem uns problemas nos atendimentos. Não cem por cento de problema, mas às vezes peca nas informações, muitas vezes algo que poderia ser resolvido fica se arrastando; não decidiram nada sobre a Fabril (sub bacia) ainda (Antônio Pedro – atuante – Pinheiro do Miranda).

Positivos: retirada do Grotão e toda a área de risco, vereadores incentivavam a ocupação; atividades / geração de renda, tem gente no Ateliê vivendo disso; nós aprendemos mais, conhecemos mais no curso, foi uma aprendizagem.

Negativos: obra de urbanização é de má qualidade; prestação do empreendimento para quem saiu, não deveria ter subsídio; não deveria ter acabado o Núcleo de

Solução de Conflitos porque antes era só embate, eles ajudaram muito (Joelito – atuante – Pinheiro do Miranda).

Positivos: melhoria dos acessos e das condições da vida das pessoas com a urbanização e até fachadas pintadas porque não é mais favela, mas um bairro; área de risco, as retiradas das famílias; projetos sociais.

Negativos: o NESDEL em local de difícil acesso porque é um grupo que não é tão jovem, tem senhorinhas que não conseguem subir o morro; demora na decisão sobre a Fabril porque diminui a confiança no Programa porque tem gente que acredita que já era, que não vai acontecer a urbanização nesse trecho; ter mais projetos sociais multiplicados para as famílias que foram removidas para ajudar na geração de renda (Maria José - deixou atuar – Pinheiro do Miranda).

Positivos: projetos sociais; qualidade da urbanização – com base no Jardim Europa; ótimo relacionamento da Equipe Social com comunidade através das reuniões, bate papos e até brigas.

Negativos: falta de planejamento das remoções no início do Programa. Fazer remoções onde não ficará ninguém é uma coisa, mas onde fica morando gente é outra. Em várias situações casas foram desconstruídas, deixaram o solo permeável e os restos de construção deslizavam e atingiam outras moradias; falta de projetos sociais nos novos bairros; não há outro (Carlos Guilherme - atuante – Cota 200).

Positivos: replantio de árvores; ruas pavimentadas; oficinas que participei.

Negativos: separação da família e dos amigos que se mudaram; não há outros (Ester - atuante – Cota 200).

Positivos: urbanização; pintura das casas; Projeto ComCom, eu participei do jornal e é muito bom.

Negativos: nada de ruim (Tânia - deixou de atuar – Cota 200).

Os entrevistados/colaboradores reconhecem a questão do meio ambiente como fator positivo do Programa Serra do Mar e isso se apresentou na forma de preservação da mata, das nascentes e no replantio de árvores. Quanto à urbanização mencionaram os acessos, a pavimentação de ruas, as fachadas e a qualidade da obra. Do ponto de vista do ser humano foram eleitos como principais pontos a retirada dos moradores das áreas de risco, os projetos sociais, o aprendizado e o relacionamento com a equipe social.

O negativo ressaltou pontos como a falta de planejamento das remoções iniciais, a falta dos projetos sociais nos novos bairros, a implantação do NESDEL em local de difícil acesso, a extinção do Núcleo de Solução de Conflitos, o relacionamento com o Social, a indefinição da sub bacia da Fabril no Pinheiro do Miranda, a má qualidade da obra e a separação de amigos e familiares.

E, por fim, os participantes da pesquisa realizaram uma avaliação geral sobre o Programa.

É bom! Cem por cento não tem condições. Melhorou muito o nosso bairro. Já saiu muita gente do bairro e isso desafogou a UBS, consulta mais rápida, desafogou o parquinho, crianças de 5 ou 6 anos não tinham vaga, agora com 4 anos já

consegue, é ótimo. Tudo o projeto trouxe de bom para nossa comunidade. Saiu muita gente má e hoje o bairro tá suave. Melhorou violência, criminalidade, falta reajustar, falta luta com mais frequência da comunidade, muitos falam só pelo eu, não falam em geral, falam só do esgoto na frente da casa dele, não lutam pela comunidade. Minha área é a Fabril que ainda não teve melhoria, mas eu me junto com os outros, espalho panfleto, anoto as ideias da comunidade e levo tudo para a reunião, faço meu trabalho. Precisa lutar mais do que só pelo caminho, mas pelo projeto todo (Antônio Pedro – atuante – Pinheiro do Miranda).

Foi uma oportunidade de aprender (Joelito – atuante – Pinheiro do Miranda).

Avaliação é boa, trouxe muitos benefícios para a comunidade.

Não foi ótima porque a urbanização não acabou, não fez as coisas aqui nessa área ainda. Independente de eu sair ou ficar eu gostaria de atuar porque eu posso me unir com outras pessoas, verificar os problemas que tem e cobrar as melhorias de quem tá governando. Foi algo que despertou, prá qualquer lugar que eu for eu tive um conhecimento sobre o que é um agente comunitário, como abordar pessoas, reunir as pessoas. Foi muito bom. Eu não conhecia nada o que era democracia e cidadania, hoje eu já sei. Por mais que as pessoas fossem de idade avançada dava prá entender porque foi bem colocado, prá gente discutir, entender com prática, em grupos para saber se a pessoa entendeu, ter esclarecimento e ninguém saía sem saber o que aconteceu no encontro (Maria José - deixou atuar – Pinheiro do Miranda).

Pode ser melhorado. Esse é um projeto pioneiro porque nunca houve uma transformação nesse porte. Houve falhas, com o tempo muita coisa foi se ajustando, em projetos futuros pode ser feito com uma melhor qualidade. Eu trabalhei numa multinacional que dizia que a prática leva à perfeição e é mais ou menos por aí (Carlos Guilherme - atuante – Cota 200).

A Serra do Mar precisava desse impacto, a Serra do Mar ia acabar morrendo não tinha como fazer drenagem, era muito lixo. Mas, agora estamos num bairro arborizado, gostoso. O Programa é ótimo! Eu não quero mudar de lá (Ester - atuante – Cota 200).

Ótima, muito boa, é conhecimento para as pessoas. Foi bom conhecer a Equipe Walkyria, a Viviane que ganhou neném e a Bel (Tânia - deixou de atuar – Cota 200).

A avaliação geral, tanto dos que permanecem atuando como daqueles que deixaram de atuar, se manteve entre o bom e ótimo com elogios e críticas construtivas para melhorar a metodologia aplicada.

As entrevistas possibilitam interessantes análises sobre o Programa Serra do Mar e seus desdobramentos. Há pontos que se mostraram incontroversos, tais como a qualidade do curso de formação de agentes comunitários, a importância dos projetos sociais em curso, a percepção de mudanças físicas e sociais ocorridas após o Programa e que a ideia de participação se fez presente nessa implantação.

No entanto, a qualidade das obras de urbanização e as relações com a equipe social foram pontos controvertidos chegando a ser citadas tanto como ponto positivo quanto como ponto negativo na avaliação final do Programa.

As visitas às reuniões e oficinas dos projetos sociais também ocorreram nos meses de fevereiro e março de 2014 e consistiram em observação, conversa com o coordenador responsável e anotações sobre os trabalhos que vem sendo desenvolvidos em cada núcleo.

A reunião acompanhada do Núcleo Operacional de Urbanização com moradores e Agentes Comunitários do Pinheiro do Miranda teve como pauta a discussão da urbanização da construção do Parque Linear. Foi feita a apresentação do projeto pelos arquitetos e posteriormente os moradores se manifestaram pela discussão de alguns trechos polêmicos, pois há uma área, que está indicada como área comum, porém há garagens construídas no local e os ocupantes resistem em permitir que sejam desmanchadas.

Na ocasião os moradores reclamaram que a reunião foi marcada “em cima da hora” e um participante manifestou que a CDHU não tem feito análise do impacto de vizinhança, porém ele é um morador que possui uma horta em área que uma praça está em estudo, segundo um Agente Comunitário.

Após as discussões foi aclamado e referendado o projeto apresentado que previa quadra e espaço para idosos nas áreas discutidas.

Segundo a coordenadora do núcleo, as reuniões tem sido periódicas, mas atendem às necessidades tanto dos moradores, quanto da CDHU, pois são pautados pelo andamento de Projetos e Obras. Nos últimos tempos ocorreram a cada 2 meses e neste ano foram marcadas com espaçamento de 20 dias.

As reuniões têm contado com uma média de 30 participantes. O convite é sempre dirigido aos Agentes Comunitários e eles divulgam aos moradores.

Há ainda reuniões de rua esporádicas, conforme a necessidade de explicação e esclarecimento pontual sobre Projetos ou Obras em determinado local.

A coordenadora avalia que, em geral, a população é bem participativa, mas há casos isolados que só veem seu próprio interesse. Foi esclarecido que foi a quarta apresentação sobre o Parque Linear para a população, pois sempre ficavam pequenas pendências a serem resolvidas e que a quadra aprovada foi incorporada ao projeto após sugestão dos moradores, que na verdade queriam uma quadra com dimensões oficiais, mas não há nenhum espaço no Pinheiro do Miranda que comporte.

O Núcleo de Economia Solidária e Desenvolvimento Local (NESDEL) está dividido em duas frentes de atuação que são as Fabricoteiras que trabalham com patchwork e se reúnem no Pinheiro do Miranda e as Empreendedoras da Serra do Mar que atuam no ramo de alimentação e se reúnem na Cota 200.

Os grupos existem desde 2011, já fizeram inúmeros cursos, expõem nas Feiras Gastronômicas e Culturais realizadas pelo Programa Serra do Mar e desenvolvem trabalhos extras. As Fabricadeiras contam com 4 integrantes para a fabricação de bolsas, porta celulares, artigos de cozinha e possuem uma barraca no Parque Anilinas em Cubatão. Já as Empreendedoras da Serra do Mar atuam no ramo da alimentação, realização de eventos, almoços e contam com cerca de 12 integrantes.

O NESDEL possui uma parceria com a empresa Consul que consiste em uma assessoria por meio de um projeto denominado “Consulado” que é a Consul ao lado da mulher. A Consul/Brastemp possui investimentos em projetos sociais que já estejam em andamento, fornecendo auxílio para equipar a cozinha, melhoria do processo de produção dos alimentos e conhecimento em Segurança Alimentar.

Por um período eles desenvolveram trabalhos de fornecimento de marmitex para os integrantes do Projeto ComCom, realizaram eventos institucionais para a CDHU e para a Fundação Florestal.

Uma das integrantes abriu uma micro empresa individual para que possam fornecer nota fiscal, segundo a coordenadora é um grupo com forte perfil empreendedorista.

O NESDEL possui também parceria com a incubadora da Fundação Getúlio Vargas. O grupo participa uma vez ao mês de cursos em São Paulo. As empreendedoras já fizeram curso sobre Administração do Negócio e Cálculo de Receitas Culinárias.

Essas ações só são possíveis pelo apoio da CDHU, que fornece todo o aparato logístico e de infraestrutura para garantir as parcerias.

Por meio da parceria com a Consul foi montada uma rede de entidades assessoradas por eles. As Empreendedoras da Serra do Mar localizadas em Cubatão integram a rede do ABC e já possuem uma ação intitulada como Carrinho Solidário, que consiste num carrinho expositor contendo os produtos fabricados pelas entidades participantes da rede e que é levado até as empresas para vender aos funcionários os produtos fabricados e reverter os fundos ao grupo que produziu.

As Empreendedoras tiveram ideia de adquirir um carrinho e levar os produtos para serem vendidos nos novos bairros em Cubatão, local onde residem os ex-moradores dos bairros cota e na própria Cota 200, local onde vivem e onde fabricam os quitutes e guloseimas.

Nos últimos tempos o grupo vem tendo muitas conversas sobre a dependência em relação à CDHU, enquanto a Coordenação atua para que o grupo busque meios e alternativas de emancipação e sustentabilidade do projeto após o término do Programa Serra do Mar.

O grupo já trabalha com um Fundo de 10% do valor arrecadado e com a implantação do fundo há dinheiro suficiente para a aquisição de um carrinho expositor com o intuito de gerar mais renda.

É possível perceber que o trabalho que vem sendo desenvolvido prima pela formação e emancipação dos envolvidos com todo o apoio necessário à estruturação inicial. No entanto, dois pontos chamaram a atenção. O primeiro é o reduzido número de participantes em projetos de alto potencial de geração de renda com tanto investimento em local para encontros, técnica social, materiais e recursos e em uma área que em que as pessoas possuem baixa renda, o que por si só indicaria alta demanda que necessita de geradores de renda. E o segundo ponto é o não investimento em se pautar no projeto que as participantes se tornem agentes multiplicadoras. Este é, a meu ver, um ponto crucial para a continuidade de um projeto social eficiente e eficaz. Transmitir os saberes, ensinar os outros, agregar pessoas, oxigena o grupo, fortalece e incentiva o crescimento.

O núcleo Arte nas Cotas tem seu espaço no Pinheiro do Miranda desde 11 de dezembro de 2010 quando foi inaugurado o Ateliê de Artes no Canteiro de Obras.

Segundo a coordenadora do projeto, atualmente o Ateliê conta com aproximadamente 20 integrantes do Pinheiro do Miranda formados e que já se tornaram multiplicadores. Na Cota 200 ainda há pouco envolvimento até porque o grupo não possui sede lá.

Desde o início são desenvolvidas oficinas abertas e mobilizações na comunidade para apresentar, divulgar e convidar as pessoas a participarem do Ateliê Arte nas Cotas.

O curso de Arte e Intervenção Urbana iniciou em fevereiro de 2012 e contem aspectos históricos e teóricos sobre arte e as modalidades práticas desenvolvidas são mosaico, estêncil e cerâmica.

Os participantes já se tornaram multiplicadores e estão aptos a ministrar oficinas de artes, atuar em projetos de intervenção urbana, restauros de mosaico, estêncil e cerâmica, já participam da criação e desenvolvimento de uma nova linha de produtos, produzem materiais para feiras e encomendas.

O grupo desenvolveu um trabalho para o Instituto Elos no projeto Guerreiros Sem Armas, que é um programa de formação vivencial de jovens em liderança e empreendedorismo social. Participam jovens de vários lugares do mundo e o objetivo é que os participantes do programa sejam capazes de criar estratégias e engajar diferentes pessoas para realizarem juntas transformações positivas e sustentáveis em comunidades atuando como empreendedores sociais, líderes empresariais ou gestores públicos.

O trabalho consistiu no desenvolvimento de comunicação visual para o Instituto que resultou na criação e padronização de camisetas, cadernos e bandeiras.

Todas as intervenções realizadas no âmbito do Programa Serra do Mar, sejam em fachadas, vielas, bancos das praças, são muito bem recebidas pela comunidade. O grupo é composto especialmente por mulheres que estão fora do mercado de trabalho.

A atuação dos integrantes é de 20 horas semanais com remuneração esporádica em casos de serviços prestados para outros, como o caso do Instituto Elos.

A coordenação possui grande preocupação em desenvolver a possibilidade criativa dos alunos, negando o trabalho com estereótipos, com formatos prontos.

As principais dificuldades do grupo são: gestão dos negócios, falta de conhecimento básico de matemática e dificuldades na leitura e escrita (a equipe técnica já até alfabetizou uma integrante durante a participação no Ateliê).

O Arte nas Cotas conta com parceria do SEBRAE, que ministrou um curso de gestão, com a USP através da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, que ministrou um curso de economia solidária e popular, da Secretaria de Cultura de Cubatão, através do projeto Fábrica da Comunidade que atua com empreendedorismo e geração de renda e ainda estão inscritos na SUTACO, que é a Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades, uma autarquia vinculada à Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho.

O espaço permanece aberto todos os dias e tem o intuito de melhorar a qualidade de vida dos moradores dos bairros cota e fortalecer as decisões, que são sempre referendadas pelo conjunto.

Para verificar a sustentabilidade do projeto os envolvidos decidiram guardar todo o dinheiro arrecadado. Para se ter uma ideia, foram necessários para a produção da primeira linha de produtos o valor de R\$9.000,00 (nove mil reais), após as vendas os produtos renderam R\$20.000,00 (vinte mil reais). No entanto, toda a infraestrutura (espaço, água, luz etc) é custeada pela CDHU.

Neste momento o grupo quer realizar estudos de custos, investimentos, vendas, lucros, metas para vendas mensais e pensar em formas de rateio dos valores arrecadados.

O Projeto Cota Viva iniciou suas atividades em agosto de 2013 e conta atualmente com 28 participantes, que são também chamados de alunos, uma vez que frequentam um curso de formação duas vezes por semana por meio período. No ano de 2013 foram atendidos outros 35 alunos.

Trata-se de uma iniciativa conjunta da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e da Fundação Florestal, com o apoio do Instituto de Botânica. Possui como

parceria o Núcleo Itutinga-Pilões do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), onde existe um Viveiro Escola e onde a parte teórica do curso é lecionada.

A equipe é composta por uma bióloga, um assistente social e uma psicóloga que buscam trabalhar ações de educação ambiental para a conservação e recuperação da Serra do Mar e dos ecossistemas envolvidos.

Em 2013 o curso abordou questões sobre proteção das unidades de conservação; resíduos sólidos e manejo dos solos, produção de mudas e recursos hídricos e visa formar os envolvidos em Agentes Ambientais e Jardineiros Ecológicos.

Já foram realizadas ações de plantios, criação de hortas comunitárias, eventos educativos nas áreas verdes do projeto de urbanização, projeto de reciclagem na comunidade, trabalho educativo com os animais abandonados e ações relacionadas às construções ecológicas.

Todas as ações praticadas foram muito bem recebidas pela comunidade, que sempre participa ativamente dos eventos abertos a população.

A meta do ano é iniciar plantio nas escolas e creches dos bairros cota, plantios florestais e agroflorestais na Cota 200 com formação de um grupo para trabalhar exclusivamente nas áreas verdes da Cota 200 e ainda ações geração de renda com a criação de produtos, formação de ecoturistas locais e prestação de serviços na área de jardinagem e paisagismo.

O Projeto ComCom foi criado ainda durante o curso de formação dos agentes comunitários ocorrido no início de 2010 e é o projeto social com maior número de participantes e de atividades desenvolvidas. Atualmente são 35 participantes, porém já participaram 200 pessoas ao longo da existência.

Atua em três vertentes que são o rádio, a TV e o jornal. Possui grande inserção na comunidade e tem transformado os alunos em agentes multiplicadores para a continuidade e ampliação de novos cursos.

O núcleo conta com 6 computadores, 2 câmeras para foto e vídeo, 1 filmadora, projetor, mesa de som, caixas de som e um veículo Kombi que oferece apoio aos deslocamentos da equipe e dos equipamentos.

Este projeto tem influenciado a vida de muitas pessoas na comunidade. Muitos se encantaram pela escrita, publicaram poesias que possuíam guardadas, revelaram talentos, compartilharam receitas e até se decidiram por uma profissão relacionada à comunicação.

Todo o processo de urbanização vem sendo documentado por este Núcleo, que registra, informa e suscita debates na comunidade sobre os temas abordados.

As ações são amplamente divulgadas por meio de folder, cartaz, faixa, vídeo, jingle. A veiculação é realizada através da distribuição e colagem de material gráfico por toda a cidade de Cubatão. As chamadas de vídeo são exibidas no Youtube e no programa na TV Unisantos (Comunidade em Ação), o jingle é tocado por carro de som e no programa de rádio “A voz do morro”, toda a produção também é veiculada através das redes sociais como facebook, twiter, blog, soundcloud, flicker e youtube.

Há uma grande preocupação da coordenação em dar continuidade à proposta de atuação. Para isso, está sendo fomentada a criação de uma ONG junto aos alunos mais antigos do projeto para que possam prestar serviços educacionais e mercadológicos, a fim de que o projeto alcance sustentabilidade e continuidade por muito tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fatos não se organizam em conceitos e teorias se simplesmente os contemplamos. Na verdade, exceto no contexto de conceitos e teorias, não há fatos científicos mas apenas caos. Existe um fator a priori inevitável em todo trabalho científico. Perguntas devem ser levantadas antes que respostas possam ser dadas (MYRDAL¹, 1969 apud ALVES, 1981, p. 89).

Inúmeras perguntas, indagações diversas. Esses foram os motivos que impulsionaram a interromper a ação e parar para conhecer, pois como disse Rubem Alves “pensamos quando nossa ação foi interrompida. O pensamento é, no seu momento inicial, uma tomada de consciência de que a ação foi interrompida (...)” (ALVES, 1981, p. 25).

Mas para quê conhecer? Para quê buscar causas, efeitos, reflexos e transformações? Há que se ter uma finalidade. “Todo conhecimento tem uma finalidade. Saber por saber, por mais que se diga em contrário, não passa de um contra-senso” (UNAMUNO², 1953 apud ALVES, 1981, p. 26).

O conhecer e o praticar se apresentam como um método dialético que se contradiz e se alimenta numa constante formação e transformação. A reflexão sobre as ações praticadas e a análise do alcance das ações implementadas na vida dos envolvidos são o mote para se desvencilhar do empirismo e aperfeiçoar as ações.

O objeto que norteou a pesquisa era também objeto de atuação profissional até meados do processo de pesquisa, o que gerou inúmeras reflexões éticas e de retidão a respeito do envolvimento, do posicionamento, da crítica e outras questões. Porém, a leitura constante e, posteriormente, o desligamento do vínculo profissional foram fundamentais para permitir a adoção das palavras de Brandão quando diz que

(...) E se o envolvimento pessoal, a decisão tomada e a opção feita podem comprometer a objetividade do que é descrito, por certo a experiência pessoal da vida envolvida com o que se descreve, há de dar vida ao que foi explicado. Sem que por isto se perca o rigor (BRANDÃO in DOIMO, 1984, p. 12).

A minha vivência no Programa Serra do Mar implantado nos bairros cota permitiu olhar as questões e suas entrelinhas de um ângulo que talvez não fosse possível a outro pesquisador que não estivesse envolvido nesse trabalho e permitiu perceber que compartilhar

¹ MYRDAL, Gunnar. **Objectivity in Social Research**. Nova York: Randon House, 1969.

² UNAMUNO, Miguel de. **Do sentimento trágico da vida**. Porto: Editora Educação Nacional, 1953.

essa experiência prática, da vivência profissional à reflexão teórica, da elaboração da dissertação e a confrontação das hipóteses com a realidade da população envolvida, com a pesquisa de campo, resultou em uma contribuição destinada a analisar os erros e acertos de uma intervenção habitacional, principalmente no que tange à urbanização de comunidades.

Há que se ressaltar com mais apuro o amadurecimento ocorrido no decorrer do mestrado, aqui entende-se o ponto de vista pessoal e acadêmico, e mais, a oportunidade de ter uma “visão de dentro” do Programa Serra do Mar no período em que atuei como Técnica Social Sênior, tanto na execução direta no município de Cubatão, como no planejamento das ações na sede da CDHU em São Paulo, e ainda, a possibilidade da “abordagem de fora”, principalmente no período da pesquisa de campo realizada com os colaboradores, propiciaram um caminho melhor e mais frutífero.

Com o arranjo que se formou, foi possível ultrapassar os meros dados obtidos com a pesquisa. Os limites e as potencialidades da comunidade e do Programa foram também descortinados pela prática vivenciada. O ambiente acadêmico e o posterior desligamento do vínculo profissional culminaram na compreensão do papel do Programa Serra do Mar para a população envolvida, sua significação social e a inserção das ações num processo social mais amplo.

Telles (2004) afirma que existe um caráter normativo das medidas sociais, uma vez que as questões sociais não estão amparadas somente em critérios científicos. Há também o envolvimento de disputas tanto no campo prático, como no campo político das ações e intervenções públicas e essas disputas ocorrem para se definir valores, concepções e as convenções que as sustentam. Afirma ainda que para se compreender a realidade é necessário descobrir nesses campos de referência os parâmetros para conhecer, descrever, medir e avaliar a vida social e os seus descompassos.

Sem o prisma ou a cifra pela qual o mundo social ganha zonas de relevância, pertinência, importância, o pensamento termina por se esvaziar de sua potência crítica para se ater à constatação de fatos, coisas, índices, informações que podem se acumular ao infinito sem chegar ao discernimento das linhas de força tramadas no tecido social (TELLES, 2004, p. 2).

Assim, para se analisar o mundo social e os contornos de mudança que se apresentam nele é preciso aguçar a potência crítica do pensamento para não se deter à mera constatação de fatos e índices descolados da realidade.

Ainda sobre o teor do estudo e da análise convém ressaltar o caráter do programa interdisciplinar de mestrado em mudança social e participação política a que esta pesquisa foi

submetida. É fato incontroverso que a contribuição da interdisciplinariedade foi fundamental no desenvolvimento do estudo.

Sem querer ater às diferenças existentes entre a multidisciplinariedade, interdisciplinariedade e transdisciplinariedade Sandoval fez uma reflexão sobre a impossibilidade de se estudar o comportamento político das pessoas dentro dos muros disciplinares classificando tal comportamento como míope e, já em mil novecentos e noventa e sete, ampliou o comentário afirmando que também as mudanças sociais seriam, no futuro, um campo de pesquisa transdisciplinar “na medida em que os pesquisadores terão necessariamente que atravessar as fronteiras disciplinares com facilidade na procura de respostas para análise do fenômeno” (SANDOVAL, 1997, p. 18).

Os fenômenos sociais não são estanques, ocorrem a partir do ser humano que por caracterização geral é classificado como um ser biopsicossocial e isto engloba estudá-lo por diferentes ângulos e a partir de diferentes matrizes de conceitos.

Não seria possível incluir referências apenas do Serviço Social e do Direito, para ficar nas “gavetas” que escolhi estudar com mais afinco, mas foi preciso me debruçar também sobre a Sociologia, a Antropologia, a Geografia, a Psicologia, a Economia, a Arquitetura e outras tantas disciplinas que se dispõem a olhar para o ser humano e suas relações com o mundo.

A pesquisa proporcionou enxergar dimensões acerca da participação da comunidade, do envolvimento e do protagonismo dos indivíduos e o seu papel nas mudanças sociais ocorridas.

Analisando o estudo realizado é possível destacar que se trata de um programa estatal, com definições e diretrizes delineadas previamente, iniciado por cumprimento a uma decisão judicial após anos de omissão do Estado. Por esta égide foi constituído o escopo do Programa que deveria retirar das famílias de área de risco que estavam na área do Parque Estadual e, ainda, recuperar ambientalmente o trecho degradado, com reflorestamento e replantio, a fim de tentar reequilibrar o ecossistema.

A diretriz geral continha também o escopo da participação da comunidade, mesmo porque o principal parceiro e fornecedor de recursos é o BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, que exige e acompanha a realização de todas as etapas do programa para verificação dos cumprimentos das metas. Ressalta-se que essa participação é exigência para a liberação das verbas.

Porém, nota-se que, embora a participação venha como diretriz da política macro, a forma como a participação foi desenvolvida, a criação e desenvolvimento dos projetos e seu

alcance fazem parte da metodologia criada diretamente pela Superintendência de Ações de Recuperação Urbana.

Conclui-se que mais que diretrizes políticas dos mais altos escalões, o envolvimento da comunidade no processo decisório foi uma prática desenvolvida pelos profissionais diretamente envolvidos na relação com as comunidades que, aos poucos, na forma de tentativas com erros e acertos, neste e em outros projetos, foram conquistando a credibilidade de outros setores da empresa para agir segundo a metodologia que criaram.

Implantar um Programa para aproximadamente sete mil famílias com enfrentamento com a população seria, para o Estado, demasiadamente difícil de alcançar. Sendo assim, de alguma forma seria requerida a participação da população, mas esta poderia vir sob a forma de cooptação e puro referendo.

A cooptação deve ser aqui entendida como ato de atrair, agregar as pessoas para atingir os seus objetivos propostos e quando menciono o puro referendo é para salientar quando a população é chamada apenas para informar se concorda ou discorda de algo, quando a proposta apresentada não foi elaborada, sugerida ou discutida com a população, mas apresentada de forma verticalizada, imposta, apenas para verificação da aprovação final.

Entendo que neste programa ocorreram duas diferentes formas de participação. Para as famílias destinadas ao reassentamento, que estavam em área de remoção, a denominada participação foi muito limitada. A limitação se iniciou na imposição da sentença judicial indicando a remoção das edificações e culminou com o Estado implantando o programa com as alternativas possíveis de destinação de moradia.

As famílias destinadas ao reassentamento não tinham poder de decisão sobre sua saída ou permanência, uma vez que a moradia possuía a indicação técnica e/ou legal de ser demolida. Tampouco essas famílias tiveram escolha sobre a alternativa habitacional, uma vez que não há, no Programa Serra do Mar, a alternativa de indenização. Os envolvidos puderam escolher a localização da unidade habitacional dentre as ofertas apresentadas e, alguns, no início do programa ou em situações mais emergenciais no período de chuvas sequer puderam permanecer na cidade onde viviam, ou seja, Cubatão, porque as primeiras moradias oferecidas se localizavam em municípios vizinhos, como Praia Grande, Peruíbe e Itanhaém.

Percebeu-se o esforço das equipes diretamente executoras do programa que, dentre tantas imposições, tentaram garantir um mínimo de participação e relação democrática no processo. Isso foi notado pela abertura da possibilidade de permitir que a família que desejasse permanecer nos bairros cota procurasse outra família que quisesse sair para uma unidade habitacional em seu lugar, fazendo uma permuta entre as famílias e ainda, pelas

reuniões de preparação para a vida em condomínio, pelos debates nos critérios de escolha dos tipos de unidades e empreendimentos, com cruzamentos de renda, número de integrantes da família, tempo de moradia etc e, ainda, pelo processo de escolha da moradia combinado com o sorteio, diferentemente do simples sorteio imposto por outros setores da própria empresa.

Ao menos o processo de transparência e informação foram garantidos com constantes esclarecimentos de dúvidas, individuais e em grupo, e todos tiveram contato com a equipe de técnicos sociais de alguma forma por aproximadamente dez vezes antes da efetivação da mudança.

Assim, por todo o processo, é possível afirmar que as famílias das áreas de remoção e reassentamento tiveram uma forma limitada de participação e que as mudanças sociais que podem e até devem ter ocorrido em suas vidas aconteceram após a mudança de endereço para as novas moradias, no chamado trabalho de pós ocupação. Situações que este trabalho não alcança e nem se dispôs a alcançar.

Por outro lado, a população envolvida nas áreas de urbanização teve um escopo totalmente diferente de trabalho. Embora façam parte do mesmo programa estatal, o que por si só se apresenta como verticalizado, por ser oriunda da imposição da mesma decisão judicial já citada, esta parte do programa permitiu maior participação e atuação dos moradores.

É notório que também na urbanização o Estado não desejaria ter a população como resistente às obras a serem executadas e, para isso, necessitava tê-la como aliada. Porém, neste ponto observa-se que a estratégia utilizada principalmente pela Superintendência de Ações de Recuperação Urbana (SARU), responsável pela parte social do programa, foi fundamental na amplitude da participação.

O que poderia ser apenas cooptação ou referendo se transformou em efetiva participação com poder decisório e transformador. Participação não é comprovada por meras listas de presença com a indicação do número de pessoas presentes, mas com pessoas em torno de um objetivo comum, que tem o poder de inovar, provocar as estruturas vigentes e indicar mudanças.

Pelas entrevistas realizadas foi possível perceber em algumas passagens sinais de que os agentes comunitários deixaram o individual para trabalhar pelo coletivo, e que atingiram certo saber crítico e questionador.

A participação pode ser notada ainda mais quando o programa alcança a etapa da execução dos projetos sociais. Foram criadas oficinas de ação social que integram equipe e comunidade descortinando um mundo novo aos participantes.

Neste ambiente os participantes tiveram acesso a novos conhecimentos, habilidades, trabalho em grupo, cidadania, empreendedorismo e tantas outras coisas.

Todas as coordenações dos projetos sociais, bem como os agentes comunitários entrevistados, demonstraram preocupação com a continuidade dos trabalhos após o término do Programa Serra do Mar. Em alguns projetos sociais foi possível perceber que algumas ações vem sendo tomadas para minorar tal impacto.

No entanto, há núcleos que deixam a desejar neste aspecto. Acredito que a possibilidade de multiplicar o conhecimento recebido pelos envolvidos potencializa as chances de continuidade. O saber adquirido não pode se restringir a poucos, até mesmo porque a verba aplicada para a formação é finita e em algum momento se esgotará e quando se envolve os que aprenderam para participar da formação de outros, o conhecimento é repassado adiante e possui mais chances de se perpetuar.

Outro aspecto que deve ser observado é a possibilidade de autossustento do projeto. Devem-se verificar quais ações e produtos podem gerar rendimentos para garantir a manutenção do grupo.

Há cinco núcleos formativos em andamento. O “NOU – Núcleo Operacional de Urbanização” tem um fim dado como certo quando ocorrer o fim das obras de urbanização, porém, seus integrantes, que se encontram em número reduzido desde a sua formação, permanecerão com os aspectos de reivindicação e luta pelos direitos.

O núcleo “Arte nas Cotas” possui uma estrutura interessante e que já vem rendendo dividendos aos participantes. Os envolvidos oferecem oficinas abertas atuando como multiplicadores, desenvolvem projetos e produzem material para ser comercializado e estão se dedicando a trabalhar os aspectos de gestão e economia financeira.

O núcleo “ComCom – Comunicação Comunitária” também se preocupa muito com a questão da multiplicação do conhecimento, tanto o é que oficinas ministradas pelos profissionais no início do projeto, hoje são dadas pelos primeiros alunos que se especializaram e se tornaram multiplicadores. As coberturas jornalísticas, os eventos, os programas produzidos, os materiais gerados fazem parte da bagagem cultural adquirida, porém, há grande potencial dessa equipe gerar renda para garantir o sustento do projeto com a continuidade da produção de um jornal local com vários patrocinadores e parceiros e com trabalhos de foto e filmagem para arrecadação de verbas.

O núcleo “Cota Viva” também está buscando um viés mais do que ambiental, mas de geração de renda, quando na formação inclui aspectos de criação de produtos, formação de ecoturistas locais e prestação de serviços na área de jardinagem e paisagismo.

O núcleo que mais suscitou indagações é o “NESDEL – Núcleo de Economia Solidária e Desenvolvimento Local”, que possui o menor número de participantes, quatro Fabricoteiras e doze Empreendedoras da Serra do Mar e está sendo trabalhado como um grupo, ao que foi possível notar, mais fechado. Todas as ações são voltadas para a formação única e exclusivamente dessas participantes com a comercialização dos produtos e serviços desenvolvidos por elas. Há muitas ações de divulgação dos trabalhos, mas a análise realizada é de que se trata de um investimento muito alto para apenas dezesseis participantes.

Em nenhum dos núcleos o repasse financeiro foi avaliado neste trabalho, apenas o grau de participação e as mudanças sociais que esses projetos produzem na vida dos envolvidos. Mas cabe mencionar que a disponibilidade de um técnico social, o investimento em materiais e em transporte para garantir a participação dos membros do NESDEL em todos os cursos, eventos e parcerias, devem ter um custo alto para o impacto em dezesseis vidas quando comparados ao Programa Serra do Mar como um todo. Ademais, há que se atentar para a continuidade deste núcleo quando os investimentos do programa acabarem.

Todos os núcleos necessitam de formação para a gestão do grupo e busca de parcerias a fim de garantir a continuidade, mas é perceptível que em todos os núcleos a participação dos envolvidos é uma prática constante e que a condução dos trabalhos é feita de forma muito próxima a uma gestão horizontal, uma vez que não é possível afirmar que a cogestão seja plena quando há apenas um fornecedor de recursos. E todos os núcleos também causaram muitas mudanças sociais na vida dos participantes, desde a maneira de enxergar a vida, pela aquisição de conhecimentos, pelo exercício da cidadania, por um novo sentido à vida e por possibilidades de geração de renda.

A participação dos envolvidos no Programa objeto deste estudo se iniciou com uma “convocação geral” para saber o que ocorreria com a moradia de cada um e culminou com histórias de engajamento, envolvimento, aprendizado, descobertas de novos conhecimentos, possibilidades e caminhos para muitos participantes.

Vale ressaltar que as histórias conhecidas até o presente momento ocorreram sob a presença, atuação e investimento do Poder Público na área, mas neste estágio é fundamental pensar em formas de cultivar a continuidade da participação, a emancipação dos envolvidos e o seu empoderamento. Doimo também faz essa reflexão quando afirma que é preciso encarar “como ultrapassar o imediato das reivindicações, como manter a motivação para a participação continuada e como articular tais movimentos ao movimento social mais amplo, eis as questões que devem ser enfrentadas” (DOIMO, 1984, p. 23).

Para finalizar, segue uma frase de Maria da Glória Gohn que transmite uma importante reflexão sobre a sociedade, o nosso papel e o nosso objetivo.

Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos. E deverá haver teorias para explicá-los: esta é a nossa principal tarefa e responsabilidade, como intelectuais e cidadãos engajados na luta por transformações sociais em direção a uma sociedade mais justa e livre (GOHN, 2007, p. 20).

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Ana Rojas; VITALLE, Maria Amália Faller (Org.). **Família : redes, laços e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência : introdução ao jogo e suas regras**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único : desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2007.

ARREGUI, Carola C. O debate sobre a produção de indicadores sociais alternativos: demandas por novas formas de quantificação. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 111, p. 529-554, jul./set. 2012.

BARBACH, Lisete. A liderança carismática, segundo Alexandre Dorna. **Psicologia Política**, v. 12, n. 24, p. 363-368, jul./dez. 2012.

BONDUKI, Nabil (Org.). **Habitat : as práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Prefácio. In: DOIMO, Ana Maria. **Movimento social urbano, igreja e participação popular**. Petrópolis: Vozes, 1984. (p. 11-14)

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

BRASIL. Ministério das Cidades. Portaria nº 547, de 28 de novembro de 2011. Dispõe sobre as diretrizes gerais do Programa Minha Casa, Minha Vida para municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU. **Diário Oficial da União**, [online], 29 nov. 2011. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Portarias/Portaria_N_547_28-11-2011.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2014.

CARNEIRO, Néri de Paula. Axiologia : os valores. **Artigonal**, 2008. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/educacao-artigos/axiologia-os-valores-361953.html>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CHARADEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradução de Fabiana Komesu, Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.

CHAUÍ, Marilena. Notas sobre a cultura popular. **Arte em Revista: Questão o Popular**, ano 2, n. 3, p. 15-21, 1980.

DÍAZ, Fernando Gaja I. La participación ciudadana algo más que el referendo. In HERRERO, Luis Francisco (Ed.). **Participación ciudadana para el urbanismo del siglo XXI**. Valencia: Icaro, 2005. (p. 179-189)

DOIMO, Ana Maria. **Movimento social urbano, igreja e participação popular**. Petrópolis: Vozes, 1984.

DORNA, Alexandre. **A psicologia política, o líder carismático e a personalidade democrática**. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

FERNANDES, Agnes. Controle de riscos decorrentes de desastres naturais da serra do Mar – polo industrial de Cubatão. In BONDUK, Nabil (Org.). **Habitat: as práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 1996. (p. 97-101)

GODIM, Linda Maria de Pontes. Meio ambiente urbano e questão social: habitação popular em áreas de preservação ambiental. **Caderno CRH**, v. 25, n. 64, p. 115-130, jan./abr. 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2007.

GUERRIERO, Iara Coelho Zito; SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; ZICKER, Fabio (Org.). **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HERRERO, Luis Francisco (Ed.). **Participación ciudadana para el urbanismo del siglo XXI**. Valencia: Icaro, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contagem Populacional. Brasília, DF: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8&uf=00>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Moradia**. São Paulo, 2000. 76 p. Disponível em: <http://www.pt-pr.org.br/pt_pag/PAG%202004/URBANISMO/Projeto%20Moradia.PDF>. Acesso em: 10 abr. 2013.

KOVARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LARAÑA, Enrique. **La construcción de los movimientos sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 1999.

LEFÉBVRE, Henri. **O pensamento marxista e a cidade**. Póvoa de Varzim, Portugal: Ulisseia, 1972.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

_____. Contribuição para um plano de ação brasileiro. In BONDUK, Nabil (Org.). **Habitat**: as práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 1996. (p. 38-44)

MARTIN-BARÓ, Ignacio. El latino indolente. In MONTERO, Maritza (Coord.). **Psicología política latinoamericana**. Caracas: Panapo, 1987. (p. 135-161)

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999. (Série núcleo e pesquisa, 1).

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTERO, Maritza. **Introducción a la psicología comunitaria**. Buenos Aires: Paidós, 2004.

MONTERO, Maritza (Coord.). **Psicología política latinoamericana**. Caracas: Panapo, 1987.

MORENO, Eduard. El derecho a la ciudad. In HERRERO, Luis Francisco (Ed.). **Participación ciudadana para el urbanismo del siglo XXI**. Valencia: Icaro, 2005. (p. 21-23)

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre, Maria Alice Sampaio Dória. 8. ed., ver. e mod. pelo autor. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

MUTZENBERG, Remo. Movimentos sociais: entre aderências, conflitos e antagonismos. **SINAIS - Revista Eletrônica - Ciências Sociais**, v. 1, n. 9, p. 127-143, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/sinais/article/viewFile/2782/2250>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

OLIVA, Alberto. **Filosofia da ciência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

OLIVEIRA, Chico. **Aproximações ao enigma**: o que quer dizer desenvolvimento local?. São Paulo: Pólis: Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV: CEDEC, 2001. 40 p. (Programa de Disseminação de Inovações e Práticas Inovadoras em Gestão Pública Sub-nacional).

ONU - Organização das Nações Unidas. **World Urbanization Prospects, the 2011**. Disponível em: <<http://esa.un.org/unup/CD-ROM/Urban-Rural-Population.htm>>. Acesso em: 31 maio 2014.

PAULILO, Maria Ângela Silveira. Participação comunitária : uma proposta de avaliação. **Serviço Social Revista**, v. 1, n. 2, p. 183-187, jan./jun. 1999.

PERUZZO, Dilvo. **Habitação**: controle e espoliação. São Paulo: Cortez, 1984.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

PINZANI, Alessandro in TENÓRIO, Fernando Guilherme (Org.). **Cidadania e desenvolvimento local**: critérios e análise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Ranking IDHM Municípios 2010**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>>. Acesso em: 31 maio 2014.

RAMO, Laura Affonso de Castro. Depoimento. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALLE, Maria Amália Faller (Org.). **Família** : redes, laços e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (p. 289)

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Primeiros passos).

ROLNIK, Raquel; SAULE, Nelson Júnior. Habitat II – assentamentos humanos como tema global. In BONDUK, Nabil (Org.). **Habitat**: as práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 1996. (p. 13-17)

ROSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social e outros escritos**. São Paulo: Cultrix, 1995.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANDOVAL, Salvador Antonio Mireles. A crise sociológica e a contribuição da psicologia social ao estudo dos movimentos sociais. **Educação e Sociedade**, n. 34, p. 122-130, 1989.

SANDOVAL, Salvador Antonio Mireles. O comportamento político como campo interdisciplinar de conhecimento: a reaproximação da sociologia e da psicologia social. In: CAMINO, Leoncio; LHULLIER, Louise; SANDOVAL, Salvador (Org.). **Estudos sobre comportamento político**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997. (p. 13-24).

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós moderna**. São Paulo: Graal, 1989.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006. (Coleção Milton Santos, 1).

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**. São Paulo: Edusp, 2008. (Coleção Milton Santos, 4).

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Edusp, 2008. (Coleção Milton Santo, 10).

SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretarias de Estado do Meio Ambiente e da Habitação. **Plano de Reassentamento e Requalificação Urbana para os Núcleos de Ocupação Irregular do Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar em Cubatão**. São Paulo, 2009. 89 p. Disponível em: <<http://www.cdhu.sp.gov.br/download/serra-do-mar/A01%20-%20Plano%20de%20Reassentamento%20e%20Requalifica%C3%A7%C3%A3o%20Urbana.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria do Meio Ambiente. Fundação Florestal. **Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e do Sistema de Mosaicos**

da Mata Atlântica. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://fflorestal.sp.gov.br/projetos-e-parcerias-internacionais/serra-do-marbid/>>. Acesso em: 21 ago. 2011.

SÃO PAULO. Assembléia Legislativa. **Lei 8.976 de 28 de novembro de 1994.** Autoriza a Fazenda do Estado a doar, ao Município de Cubatão, os imóveis que especifica, e dá outras providências. [online]. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1994/lei-8976-28.11.1994.html>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria Estadual da Habitação. **Plano de Reassentamento e Requalificação Urbana.** 2009. Disponível em: <<http://www.habitacao.sp.gov.br/download/serra-do-mar/A01%20-%20Plano%20de%20Reassentamento%20e%20Requalifica%C3%A7%C3%A3o%20Urbana.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2011.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. **Ação Civil Pública** – Meio Ambiente. Processo : 0008980-87.1999.8.26.0157 (157.01.1999.008980). Disponível em: <<http://esaj.tjsp.jus.br/cpo/pg/search.do?paginaConsulta=1&localPesquisa.cdLocal=157&cbPesquisa=NUMPROC&tipoNuProcesso=UNIFICADO&numeroDigitoAnoUnificado=0008980-87.1999&foroNumeroUnificado=0157&dePesquisaNuUnificado=0008980-87.1999.8.26.0157&dePesquisa=&pbEnviar=Pesquisar>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

SARTI, Antônio Carlos. **Floresta urbana:** propostas de gestão e subsídios para as políticas públicas em Rio Claro (SP). 2009. 178 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista,. Rio Claro, 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo José. **Uma revolução no cotidiano?:** os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SILVA, Alessandro Soares. **Luta, resistência e cidadania:** uma análise psicopolítica dos movimentos e paradas do orgulho LGBT. Curitiba: Juruá. 2008.

SOMEKH, Nadia. **Projetos urbanos e estatuto da cidade:** limites e possibilidades. Escrito em 09 de junho de 2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.097/131>>. Acesso em: 29 mar. 2013.

TELLES, Vera. Igualdade: qual a medida? In: VERAS, Maura Pardini Bicudo (Org.). **Hexapolis:** desigualdades e rupturas sociais em metrópoles contemporâneas: São Paulo, Paris, Nova Iorque, Varsóvia, Abidjan, Antananarivo. São Paulo: EDUC, 2004.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (Org.). **Cidadania e desenvolvimento local:** critérios e análise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Cidadania e desenvolvimento local. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 9., 2004, Madrid, España. **Documentos de los Congresos**. 2004. [online]. Disponível em: <http://www.gp.usp.br/files/desen_cidadania.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2013.

TURNER, John in Montero, Marcelo. **Antídoto contra despejo**. Escrito em 23 de maio de 2003. Disponível em: <<http://www.favelatemminoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=6&sid=4>> <<http://archive.today/1aRbw>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

VELAZQUES, Isabela; VERDAGUER, Carlos. Instrumentos para la intervención social activa. In HERRERO, Luis Francisco (Ed.). **Participación ciudadana para el urbanismo del siglo XXI**. Valencia: Icaro, 2005. (p. 165-175)

ZÁRATE MARTÍN, Antonio. **El espacio interior de la ciudad**. Madrid: Síntesis, 2003.

ANEXO A – ROTEIRO ORIENTATIVO PARA A ENTREVISTA

Identificação

Nome / Local de atuação / Tempo de Moradia

Desenvolvimento

1. De que forma você participava da comunidade antes do Programa Serra do Mar?
2. Você se considera uma liderança? Em caso positivo, já se considerava antes do Programa Serra do Mar ou é uma liderança por causa dele?
3. No início do Programa Serra do Mar foi realizado o Curso de Agentes Comunitários. Como você avalia esse curso? Houve alguma transformação na sua visão e na forma de atuar por causa do curso?
4. Como você avalia a saída dos outros Agentes Comunitários?
5. Você identifica alguma conquista que os Agentes Comunitários já tiveram?
6. Há alguns Projetos Sociais que foram implantados pelo Programa Serra do Mar. Você se preocupa com a continuidade deles?
7. Você acha que alguma coisa mudou com a chegada do Programa Serra do Mar?
8. O Programa permite ou não que as pessoas participem?
9. Como ocorrem as discussões e decisões sobre o que implantar nos espaços públicos das áreas de urbanização?
10. Você se lembra de alguma ideia sugerida pela comunidade nas discussões sobre a urbanização e que a proposta tenha sido aceita?

Avaliação

Três pontos positivos do Programa Serra do Mar:

Três pontos negativos do Programa Serra do Mar:

Qual sua avaliação geral sobre o Programa Serra do Mar?

ANEXO B – ROTEIRO DE VISITA ÀS OFICINAS DE PROJETOS SOCIAIS

Identificação

Nome do Projeto:

Coordenado por:

Local e data dos encontros:

Desenvolvimento

1. Quando surgiu o projeto social?
2. Qual a forma de divulgação para que a comunidade participe do projeto?
3. N° de integrantes atualmente
4. N° de integrantes que já participaram (se for o caso)
5. Qual a estrutura do projeto?
6. Como é desenvolvido o trabalho?
7. A participação é por tempo determinado ou indeterminado? Explique.
8. Há preocupação com a continuidade do projeto após o término do Programa Serra do Mar?
9. Como tem sido a aceitação da comunidade em geral sobre esse projeto?
10. Conte algumas histórias de sucesso, situações e o que mais julgar necessário que possa expressar a forma de trabalho.

ANEXO C – TERMOS DE CONSENTIMENTO PARA AS ENTREVISTAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente da pesquisa **“A recuperação socioambiental da Serra do Mar – Cubatão: aspectos sociais da degradação, urbanização e participação comunitária”**.

Este trabalho tem como objetivo analisar a recuperação socioambiental da Serra do Mar, em especial as mudanças ocorridas no município de Cubatão, investigando os aspectos sociais da degradação, urbanização e a participação social dos atores envolvidos no Programa Serra do Mar.

A pesquisa resultará na dissertação de mestrado de **Adilana Goulart Silva Ovando**, do Programa de Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política (ProMuSPP), da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP).

Sua participação nesta pesquisa não é obrigatória e consistirá em conceder uma (ou mais, caso seja necessário) entrevista(s) sobre o seu processo de participação no Programa Serra do Mar.

Caso queira manter o anonimato, você poderá indicar um nome fictício.

Todas as informações resultantes da(s) entrevista(s) serão utilizadas somente com finalidade acadêmica.

DADOS DO ORIENTADOR

Prof. Dr. Diamantino Alves Correia Pereira
Av. Arlindo Bettio, 1000 - Ermelino Matarazzo, São Paulo (SP).
Telefone (11) 3091 8877

Você ficará com uma cópia deste Termo e em caso de dúvidas e outros esclarecimentos sobre esta pesquisa poderá entrar em contato com o orientador identificado acima.

Eu, Carlos Guilherme Campos Costa,
declaro que a mestrande Adilana Goulart Silva Ovando explicou-me os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma e as alternativas da minha participação. Declaro ainda que li e compreendi este Termo de Consentimento,

2

portanto, concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário desta pesquisa sob a opção que assinalo abaixo.

☒ Concordo em divulgar meu nome.

☐ Não concordo em divulgar meu nome e sugiro o seguinte nome fictício

_____.

Cubatão, 28 de março de 2014.

Nome: Carlos Guilherme Campos Costa
RG: 4.364.048.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente da pesquisa **“A recuperação socioambiental da Serra do Mar – Cubatão: aspectos sociais da degradação, urbanização e participação comunitária”**.

Este trabalho tem como objetivo analisar a recuperação socioambiental da Serra do Mar, em especial as mudanças ocorridas no município de Cubatão, investigando os aspectos sociais da degradação, urbanização e a participação social dos atores envolvidos no Programa Serra do Mar.

A pesquisa resultará na dissertação de mestrado de **Adilana Goulart Silva Ovando**, do Programa de Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política (ProMuSPP), da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP).

Sua participação nesta pesquisa não é obrigatória e consistirá em conceder uma (ou mais, caso seja necessário) entrevista(s) sobre o seu processo de participação no Programa Serra do Mar.

Caso queira manter o anonimato, você poderá indicar um nome fictício.

Todas as informações resultantes da(s) entrevista(s) serão utilizadas somente com finalidade acadêmica.

DADOS DO ORIENTADOR

Prof. Dr. Diamantino Alves Correia Pereira
Av. Arlindo Bettio, 1000 - Ermelino Matarazzo, São Paulo (SP).
Telefone (11) 3091 8877

Você ficará com uma cópia deste Termo e em caso de dúvidas e outros esclarecimentos sobre esta pesquisa poderá entrar em contato com o orientador identificado acima.

Eu, *Linza Regina de Oliveira*,

declaro que a mestrande Adilana Goulart Silva Ovando explicou-me os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma e as alternativas da minha participação. Declaro ainda que li e compreendi este Termo de Consentimento,

2

portanto, concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário desta pesquisa sob a opção que assinalo abaixo.

☒ Concordo em divulgar meu nome.

☐ Não concordo em divulgar meu nome e sugiro o seguinte nome fictício

_____.

Cubatão, 28 de março de 2014.

Lânia Regina de Oliveira
Nome: Lânia Regina de Oliveira
RG: 23 832 585-4.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente da pesquisa **“A recuperação socioambiental da Serra do Mar – Cubatão: aspectos sociais da degradação, urbanização e participação comunitária”**.

Este trabalho tem como objetivo analisar a recuperação socioambiental da Serra do Mar, em especial as mudanças ocorridas no município de Cubatão, investigando os aspectos sociais da degradação, urbanização e a participação social dos atores envolvidos no Programa Serra do Mar.

A pesquisa resultará na dissertação de mestrado de **Adilana Goulart Silva Ovando**, do Programa de Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política (ProMuSPP), da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP).

Sua participação nesta pesquisa não é obrigatória e consistirá em conceder uma (ou mais, caso seja necessário) entrevista(s) sobre o seu processo de participação no Programa Serra do Mar.

Caso queira manter o anonimato, você poderá indicar um nome fictício.

Todas as informações resultantes da(s) entrevista(s) serão utilizadas somente com finalidade acadêmica.

DADOS DO ORIENTADOR

Prof. Dr. Diamantino Alves Correia Pereira
Av. Arlindo Bettio, 1000 - Ermelino Matarazzo, São Paulo (SP).
Telefone (11) 3091 8877

Você ficará com uma cópia deste Termo e em caso de dúvidas e outros esclarecimentos sobre esta pesquisa poderá entrar em contato com o orientador identificado acima.

Eu, Ester Anita Micene de Souza,
declaro que a mestrande Adilana Goulart Silva Ovando explicou-me os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma e as alternativas da minha participação. Declaro ainda que li e compreendi este Termo de Consentimento,

2

portanto, concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário desta pesquisa sob a opção que assinalo abaixo.

☒ Concordo em divulgar meu nome.

☐ Não concordo em divulgar meu nome e sugiro o seguinte nome fictício

_____.

Cubatão, 28 de março de 2014.

Estela Q. Miceno de Souza

Nome: Estela Anita Miceno de Souza,

RG:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente da pesquisa **“A recuperação socioambiental da Serra do Mar – Cubatão: aspectos sociais da degradação, urbanização e participação comunitária”**.

Este trabalho tem como objetivo analisar a recuperação socioambiental da Serra do Mar, em especial as mudanças ocorridas no município de Cubatão, investigando os aspectos sociais da degradação, urbanização e a participação social dos atores envolvidos no Programa Serra do Mar.

A pesquisa resultará na dissertação de mestrado de **Adilana Goulart Silva Ovando**, do Programa de Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política (ProMuSPP), da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP).

Sua participação nesta pesquisa não é obrigatória e consistirá em conceder uma (ou mais, caso seja necessário) entrevista(s) sobre o seu processo de participação no Programa Serra do Mar.

Caso queira manter o anonimato, você poderá indicar um nome fictício.

Todas as informações resultantes da(s) entrevista(s) serão utilizadas somente com finalidade acadêmica.

DADOS DO ORIENTADOR

Prof. Dr. Diamantino Alves Correia Pereira
Av. Arlindo Bettio, 1000 - Ermelino Matarazzo, São Paulo (SP).
Telefone (11) 3091 8877

Você ficará com uma cópia deste Termo e em caso de dúvidas e outros esclarecimentos sobre esta pesquisa poderá entrar em contato com o orientador identificado acima.

Eu, Adilana G. S. Ovando,

declaro que a mestranda Adilana Goulart Silva Ovando explicou-me os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma e as alternativas da minha participação. Declaro ainda que li e compreendi este Termo de Consentimento,

2

portanto, concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário desta pesquisa sob a opção que assinalo abaixo.

(X) Concordo em divulgar meu nome.

() Não concordo em divulgar meu nome e sugiro o seguinte nome fictício

_____.

Cubatão, 26 de fevereiro de 2014.

Astasio R. S. Amico
Nome:

RG: 18.997.125-3

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente da pesquisa
**“A recuperação socioambiental da Serra do Mar – Cubatão: aspectos
 sociais da degradação, urbanização e participação comunitária”**.

Este trabalho tem como objetivo analisar a recuperação socioambiental da Serra do Mar, em especial as mudanças ocorridas no município de Cubatão, investigando os aspectos sociais da degradação, urbanização e a participação social dos atores envolvidos no Programa Serra do Mar.

A pesquisa resultará na dissertação de mestrado de **Adilana Goulart Silva Ovando**, do Programa de Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política (ProMuSPP), da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP).

Sua participação nesta pesquisa não é obrigatória e consistirá em conceder uma (ou mais, caso seja necessário) entrevista(s) sobre o seu processo de participação no Programa Serra do Mar.

Caso queira manter o anonimato, você poderá indicar um nome fictício.

Todas as informações resultantes da(s) entrevista(s) serão utilizadas somente com finalidade acadêmica.

DADOS DO ORIENTADOR

Prof. Dr. Diamantino Alves Correia Pereira
Av. Arlindo Bettio, 1000 - Ermelino Matarazzo, São Paulo (SP).

Você aceita com uma cópia deste termo o seu consentimento e o seu consentimento sobre esta pesquisa poderá entrar em contato com o orientador identificado acima.

Eu, _____

Helito Santos de Araújo

declaro que a mestrande Adilana Goulart Silva Ovando explicou-me os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma e as alternativas da minha participação. Declaro ainda que li e compreendi este Termo de Consentimento,

2

portanto, concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário desta pesquisa sob a opção que assinalo abaixo.

☒ Concordo em divulgar meu nome.

☐ Não concordo em divulgar meu nome e sugiro o seguinte nome fictício

Cubatão, 25 de março de 2014.

Nome: Felito Santos de Araújo
RG: 15.743.325

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente da pesquisa
“A recuperação socioambiental da Serra do Mar – Cubatão: aspectos sociais da degradação, urbanização e participação comunitária”.

Este trabalho tem como objetivo analisar a recuperação socioambiental da Serra do Mar, em especial as mudanças ocorridas no município de Cubatão, investigando os aspectos sociais da degradação, urbanização e a participação social dos atores envolvidos no Programa Serra do Mar.

A pesquisa resultará na dissertação de mestrado de **Adilana Goulart Silva Ovando**, do Programa de Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política (ProMuSPP), da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP).

Sua participação nesta pesquisa não é obrigatória e consistirá em conceder uma (ou mais, caso seja necessário) entrevista(s) sobre o seu processo de participação no Programa Serra do Mar.

Caso queira manter o anonimato, você poderá indicar um nome fictício.

Todas as informações resultantes da(s) entrevista(s) serão utilizadas somente com finalidade acadêmica.

DADOS DO ORIENTADOR

Prof. Dr. Diamantino Alves Correia Pereira
Av. Arlindo Bettio, 1000 - Ermelino Matarazzo, São Paulo (SP).
Telefone (11) 3091 8877

Você ficará com uma cópia deste Termo e em caso de dúvidas e outros esclarecimentos sobre esta pesquisa poderá entrar em contato com o orientador identificado acima.

Eu, Maria José Cardoso Pedral,

declaro que a mestrande Adilana Goulart Silva Ovando explicou-me os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma e as alternativas da minha participação. Declaro ainda que li e compreendi este Termo de Consentimento,

2

portanto, concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário desta pesquisa sob a opção que assinalo abaixo.

☒ Concordo em divulgar meu nome.

() Não concordo em divulgar meu nome e sugiro o seguinte nome fictício

_____.

Cubatão, 25 de março de 2014.

Maria José Cardoso Pedral
Nome: Maria José Cardoso Pedral
RG: 420.352